



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
LINHA II: CULTURA, PODER E IDENTIDADES

**DA ALEGRIA E DA ANGÚSTIA DE DILUIR FRONTEIRAS:
O Sertão de Guimarães Rosa e as narrativas de formação nacional**

Everton Demetrio

Campina Grande, PB
Fevereiro de 2012

EVERTON DEMETRIO

**DA ALEGRIA E DA ANGÚSTIA DE DILUIR FRONTEIRAS:
O Sertão de Guimarães Rosa e as narrativas de formação nacional**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, na linha de pesquisa: Cultura, Poder e Identidades, sob a orientação acadêmica da Profª. Dra. Marinalva Vilar de Lima, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

D394d Demetrio, Everton
Da alegria e da angústia de diluir fronteiras: o Sertão de Guimarães Rosa e as narrativas de formação nacional / Everton Demetrio. – Campina Grande, 2012.
139 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marinalva Vilar de Lima.
Referências.

1. História. 2. Literatura. 3. Sertão - Nação. 4. Guimarães Rosa. I.
Título.

CDU 82-31 (043)

DIGITALIZAÇÃO:

SISTEMOTECA - UFCG

EVERTON DEMETRIO

DA ALEGRIA E DA ANGÚSTIA DE DILUIR FRONTEIRAS: O Sertão de Guimarães Rosa e as narrativas de formação nacional

Data de defesa: ____/____/____

Aprovação: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marinalva Vilar de Lima – PPGH/UFCG
ORIENTADORA – PRESIDENTE DA BANCA

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira– PPGH/UFCG
EXAMINADOR INTERNO

Prof.^a Dr.^a Débora El-Jaick Andrade – UFF
EXAMINADOR EXTERNO

Prof. Dr. José Otávio Aguiar– PPGH/UFCG
EXAMINADOR SUPLENTE INTERNO

Prof. Dr. Orlando Luiz de Araújo– /
EXAMINADOR SUPLENTE EXTERNO

Dedico este trabalho a todos aqueles que passaram e deixaram algo nesta trajetória, em especial, àquele que chegou para permanecer, conferindo luz nova a minha vida: Santiago.

AGRADECIMENTOS

Muito suor, noites sem fim e solidão, afetiva e intelectual, deram o tom neste exercício dissertativo. Em todo caso, sua elaboração em grande parte foi possibilitada pela contribuição e o apoio de algumas pessoas que doaram energia, saber e afeto neste meu empreendimento. Agradecer a todos que ajudaram a construir esta dissertação não é tarefa fácil. Há sempre o risco de esquecer, de não mencionar alguém importante. Então, a meus amigos que, de uma forma ou de outra, contribuíram com sua amizade e com sugestões efetivas para a realização deste trabalho, gostaria de expressar minha profunda gratidão.

Meu primeiro agradecimento é o óbvio fundamental. À minha mãe por ser elo afetivo e moral, como também, por todo auxílio financeiro no primeiro ano de curso, sem o qual, não haveria como prosseguir. Devo muito ao amigo-irmão Yuri, que soube aguentar minhas insatisfações e por sua crença, sempre motivadora, na minha capacidade de realização. Devo a este o prazer de horas amenas e horas dispensadas em meu favor; sempre presente para qualquer situação, ética ou acadêmica. Agradecimento mais que especial e decoroso à amiga Verônica Pontes, primeiro pelo apreço, depois pela paciência e disponibilidade em ler meus textos e corrigi-los sempre que necessário; fica essa nota de gratidão pelos préstimos e carinho pela amizade indispensável, apesar dos longos períodos de ausência. Ari, igualmente companheiro e mestrando, por ter estendido a mão e aberto às portas de seu apartamento quando precisei cursar disciplina fora de minha cidade. Agradeço-lhe, pela amizade e solicitude.

Agradecimentos honestos e profusos à duas amigas, participes do mesmo caminho, Cibelle e Ivone, pelo afeto, cumplicidade e pelas ótimas horas passadas juntos. Desse curso, fica a certeza do crescimento profissional, mas, efetivamente, a certeza do crescimento como ser humano pela convivência e amizade com estas duas grandes mulheres. Agradeço pelo respeito e dedicação, pela confiança em mim depositada. De tudo, fica a dívida, e a felicidade pela amizade conquistada. Como diria Guimarães Rosa, “Amizade dada é amor”; por isso, fico grato. Agradecimento extensivo ao amigo Rômulo Henrique, pelo exemplo de dedicação e eficiência, pelas discussões e livros emprestados. Outro fruto colhido neste programa.

Minha gratidão a excelência profissional da Dr^a. Marinalva Vilar de Lima que conferiu prestígio e valor ao meu trabalho ao aceitar a orientação de minha dissertação; da minha parte fica a esperança de retribuir, com a seriedade de meu trabalho, a confiança em mim depositada. Afora a gratidão acadêmica, fica a dívida pelo empenho e pelos conselhos, pela atenção, enfim, pela amizade dada.

Incluo, de forma especial, o nome do professor Dr. Iranilson Buriti. Pelas valiosas contribuições no exame qualificação e, principalmente, pelo profissional que é, modelo de conduta e isenção; mais ainda pela capacidade de lidar com as pessoas, de fazê-las crescer e percebê-las em sua integralidade. Fica a satisfação de ter sido seu aluno. Agradecimentos extensivos ao professor Dr. José Otávio Aguiar pelas contribuições no exame de qualificação, pelos caminhos apontados nesta pesquisa. Agradeço ainda à Prof.^a Débora Ei-Jaick de Andrade (UFF) por sua gentil disponibilidade em ler este texto e se deslocar do Rio de Janeiro para Campina Grande a fim de contribuir com esta pesquisa.

Meus agradecimentos a todos os professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande pela contribuição dada nesta caminhada.

Agradeço, ainda, a CAPES pelo financiamento do último ano, que me possibilitou total dedicação à realização da pesquisa.

RESUMO

O inter-relacionamento entre literatura e história ganha força quando da passagem do século XX para o XXI, tendo o debate sobre as possibilidades de aproximação destas disciplinas adquirido fôlego e centralidade; a maneira de fazer ciência, típica do século XIX com sua ânsia pelo método e pela verdade absoluta, esfacela-se em função do surgimento de novas abordagens do real, que levam em consideração a interface com outras áreas do conhecimento com vistas a abordagens que permitam acessos variados ao real. Narrativa entre outras, a história singulariza-se, no entanto, pela relação específica que mantém com a verdade, pois ela tem, de fato, a pretensão de remeter a um passado que realmente existiu. O que pode então, a partir daí, diferenciar o enredo histórico e o enredo romanesco? Para horror daqueles que concebem a ciência como lugar de certezas, este texto reflete sobre as tensões que envolvem a narrativa histórica e a sedução eterna do exercício da criação literária sobre aqueles que lapidam a escrita da história. E como tal, escrita da história e criação literária cruzam-se neste, partilhando das veredas imagéticas de João Guimarães Rosa. As estórias do autor mineiro têm como um de seus elementos narrativos de maior destaque a presença do espaço. É a partir dessa perspectiva presente nas narrativas que se pretende analisar a obra, enfocando a ambivalência entre os espaços urbano e rural (sertão), e sua importância para a construção da leitura da obra enquanto narrativa sobre a formação do Brasil. Para esta leitura serão privilegiados os aspectos sociais e históricos que a obra apresenta, não só os do romance como também os do ato de sua escritura. A presença do espaço no romance, principalmente em sua relação de ambivalência entre o urbano e o rural, pode indicar que as travessias dos personagens rosianos pelo sertão configuram uma espécie de retrato do Brasil, no processo de sua formação e constituição nacional. A partir das narrativas destacadas – dois contos do livro *Sagarana* (1946) e duas passagens pontuais do romance *Grande Sertão: Veredas* (1956) –, procederemos a uma leitura comparativa no sentido de perceber como a narrativa rosiana estabelece, consciente ou inconscientemente, paralelos com o chamado “pensamento social brasileiro”, assumindo algumas de suas representações características quando da enunciação de valores a respeito do sertão e sua gente; o sertão como metáfora da nação no percurso de estabelecimento dos valores modernos em solo pátrio. Em todo caso, tanto em *Sagarana* quanto em *Grande Sertão: Veredas* muitos aspectos da representação do espaço e seus personagens se afastam, o que não implica dizer que isso ocorre unilateralmente, pois, noutras questões – ou em uma questão fundamental – as narrativas se tocam, gravitam sobre um mesmo eixo: tratam do Brasil. A obra de Guimarães Rosa desenha um movimento que articula, em maior ou menor grau, a realidade geográfica e humana do sertão com os grandes temas do debate sobre a nação. A representação do Brasil estaria na passagem entre os caracteres do espaço sertanejo e o imaginário sobre a formação da comunidade concebida como nacional.

Palavras-chave: Literatura; História; Sertão e Nação; Guimarães Rosa

ABSTRACT

The interrelationship between literature and history gain strength in the wake of the twentieth century to century, with discussion on the possibilities of bringing these disciplines acquired breath and centrality, and the way we do science, typical of the nineteenth century with his lust for method and the absolute truth, crumbles due to the emergence of new approaches to real-which take into consideration the interface with other areas of knowledge in order to access various approaches to the real. Narrative among others, the story distinguishes itself, however, specifies the relationship it has with the truth, as she has, in fact, the claim to refer to a past that actually existed. What then can, thereafter, to differentiate the plot historical novel and the plot? To the horror of those who conceive science as a place of certainty, this text reflects on the tensions surrounding the historical narrative and the eternal lure of the exercise of creative writing about those who lapidam the writing of history. As such, literary history and literary creation in this cross, sharing the paths imagery of João Guimarães Rosa. The author's stories have mining as one of its narrative elements more prominent presence in space. It is from this perspective present in the narratives I propose to analyze the work, focusing on the ambivalence between the urban and rural spaces (interior), and its importance to the construction work while reading the narrative about the formation of Brazil. For this reading will be privileged social and historical aspects that the book presents not only the novel as well as the act of his writing. The presence of space in the novel, especially in your relationship ambivalence between urban and rural, may indicate that the crossings of the hinterland rosianos characters make up a kind of portrait of Brazil, in the process of its formation and the national constitution. From the narratives deployed - two tales from the book *Sagarana* (1946) and two passages of the novel *Great point Hinterland: Footpaths* (1956) - proceed to a comparative reading in order to understand how the narrative establishes Rosa, consciously or unconsciously, with parallel the so-called "Brazilian social thought," assuming some of its characteristics when representations of the enunciation of values about the wilderness and its people, the wilderness as a metaphor of the nation on course of establishment of modern values on home soil. In any case, as in both *Sagarana Grande Sertão: Veredas* many aspects of the representation of space and its characters move away, which does not imply that this occurs unilaterally, as in other issues - or a fundamental issue - the narratives touch , revolve about an axis: deal with Brazil. The work of Rosa draws a movement that articulates to a greater or lesser degree, the human and geographical reality of the interior with the great issues of the debate over the nation. Representation of Brazil would be the passage of space between characters and imaginary backcountry on the formation of community conceived as national.

Keywords: Literature, History, and Backwoods Nation, Guimarães Rosa

SUMÁRIO

	Página
VEREDA INTRODUTÓRIA	11
PRIMEIRO CAPÍTULO O SERTÃO ESTÁ EM TODA PARTE? [A problemática dos espaços]	29
SEGUNDO CAPÍTULO O SERTÃO TEM MUITOS NOMES [Diálogos possíveis no imaginário de J.G.Rosa]	58
TERCEIRO CAPÍTULO SERTÃO NÃO É MALINO NEM CARIDOSO [O sertão de Guimarães Rosa entre raça, doença e abandono]	91
PARAGENS PROVISÓRIAS	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135

A arte de escrever histórias consiste em saber extrair daquele nada que se entendeu da vida todo o resto; mas, concluída a página, retoma-se a vida, e nos damos conta de que aquilo que sabíamos é realmente nada.

(CALVINO, Ítalo. **O cavaleiro inexistente**. 1993)

O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem...

(ROSA, Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. 2001)

VEREDA INTRODUTÓRIA

*Já não coleciono selos. O mundo me inquizila.
Tem países demais, geografias demais.*

Desisto.

[...]

*Agora coleciono cacos de louça
quebrada há muito tempo.*

Cacos novos não servem.

Branco também não.

*Têm de ser coloridos e vetustos,
desenterrados — faço questão — da horta.*

[...]

*Lavrar, lavar com mãos impacientes
um ouro desprezado*

*por todos da família. Bichos pequeninos
fogem do revolvido lar subterrâneo.*

Vidros agressivos

ferem os dedos, preço de descobrimento:

a coleção e seu sinal de sangue;

a coleção e seu risco de tétano;

a coleção que nenhum outro imita.

*Escondo-a de José, porque não ria
nem jogue fora esse museu de sonho.*

(Carlos Drummond de Andrade)

I

Esta pesquisa sintetiza uma vereda, “veredazinha”, no amplo itinerário reflexivo provocado pela ficção do escritor mineiro João Guimarães Rosa, motivado a princípio pela satisfação sempre renovada de ler suas estórias. Ademais, apontando para a escolha do objeto de estudo, uma possibilidade interpretativa justifica, ao menos parcialmente, o prazer adquirido e garante enlevo a uma compreensão singular das narrativas rosianas. As quase cotidianas leituras da obra de Guimarães Rosa, as quais me acompanham desde 2005, foram aos goles conduzindo minha percepção na direção de um aspecto que passei a julgar importante na obra, a despeito do “mero” deslumbre estético que recompõe as tramas do real. As sucessivas leituras vão aplainando um campo irregular de perspectivas, adensando e aparando arestas quanto à compreensão dos quadros constitutivos da obra do autor mineiro. Esta camada do texto rosiano me vem à tona por um cruzamento de referências entre *Sagarana* – obra que sempre julguei, equivocadamente, diminuta em relação ao conjunto da obra rosiana devido a sua ênfase na causalidade e em aspectos regionalistas, enquanto as demais possuem maior nível de elaboração formal – e *Grande Sertão: Veredas*.

Na medida em que a narrativa de *Grande Sertão: Veredas* se pauta pela possibilidade de imaginar o sertão para além de suas fronteiras físicas no intento de capturar artisticamente um grande sertão “sem janelas nem portas”, narrativa em que Riobaldo e seus jagunços são dotados de acentuada complexidade psicológica, em contraposição aos contos de *Sagarana* onde os personagens são captados no comum mais rudimentar de sua existência, apartados de qualquer vida heroica. Expresso em outros termos, a elaboração épica da trajetória “riobaldiana” no grande sertão, menino pobre, depois jagunço e líder de bando, para ao fim converter-se em fazendeiro abonado e contador de causos, sugere ao leitor um inventário de aventuras notáveis. O contraponto realizado em *Sagarana* desloca ao primeiro plano do debate todo tipo de personagens marginalizados, de crioulos a loucos e doentes, passando por jumentos e bois, todos empenhados na luta cotidiana pela sobrevivência, submetidos aos mandos e desmandos do espaço sertanejo.

Todavia, sem a intenção de polarizar a obra rosiana em dois conjuntos dispares, queremos fazer notar que esse universo ficcional transborda para além das imagens solidificadas do sertão, bem como, não apresenta em seu conjunto unidade formal ou imaginário. A análise dos textos rosianos indica a cada nova estória a adoção de uma perspectiva nova, outra atitude para com o mundo a sua volta. O sertão enquanto móvel de

possibilidades explicita a cada narrativa a intencionalidade do narrador, e porque não dizer, do autor, no tocante ao real construído ficcionalmente.

Portanto, tanto em *Sagarana* quanto em *Grande Sertão: Veredas* muitos aspectos da representação do espaço e seus personagens se afastam o que não implica dizer que isso ocorre unilateralmente, pois, noutras questões – ou em uma questão fundamental – as narrativas se tocam, gravitam sobre um mesmo eixo: discutem do Brasil. A obra de Guimarães Rosa desenha um movimento que articula, em maior ou menor grau, a realidade geográfica e humana do sertão com os grandes temas do debate sobre a nação. A representação do Brasil estaria na passagem entre os caracteres do espaço sertanejo e o imaginário sobre a formação da comunidade concebida como nacional.

Evitando qualquer pretensão de capturar a unidade de sentido da obra rosiana, nossa atitude aqui recairá sobre um modo de ler apreendido a partir de sugestiva metáfora de Walter Benjamin, o “texto-estrada”, que faz referência ao sobrevoo distanciado ou ao caminhar demorado. Se de um lado, verte-se nossa intenção em aproximar as narrativas da literatura e da história, de outro, este trabalho toma contornos de travessia, rente ao chão, percebendo detalhes, aceitando interditos, assim como, inevitavelmente, “apostando” em caminhos de sentido. Distanciando-nos de uma leitura muito ampla do conjunto de contos que compõem *Sagarana*, elegemos dois que, conectados por inegável intertextualidade, iluminam e revelam figuras e sombras do que se poderiam considerar representações de Brasil: “O burrinho pedrês” e “Sarapalha”. Ao mesmo tempo, recorreremos, quando possível e necessário, à narrativa de *Grande Sertão: Veredas* por ser também texto essencialmente calcado no espaço, o que é percebido de saída, no seu título que apresenta essa perspectiva de olhar a ser direcionado à obra. A presença do espaço no romance, principalmente em sua relação de ambivalência entre o urbano e o rural, pode indicar que as travessias de Riobaldo pelo sertão configuram uma espécie de retrato do Brasil, no processo de sua formação e constituição nacional. A partir das narrativas destacadas, procederemos a uma leitura comparativa no sentido de perceber como a narrativa rosiana estabelece consciente ou inconscientemente, paralelos com o chamado “pensamento social brasileiro”, assumindo algumas de suas representações características quando da enunciação de valores a respeito do sertão e sua gente; o sertão como metáfora da nação no percurso de estabelecimento dos valores modernos em solo pátrio.

Tanto em *Sagarana* quanto em *Grande Sertão: Veredas*, a presença constante da violência, da ausência de instituições, como também, da baixa coesão social, são indicativos do caráter incompleto de nossa formação nacional. Incompleto porque revela uma assimilação

perversa dos modelos de “progresso” dos países ditos centrais quando se trata do capitalismo ocidental, transplantado para o país sem critério.

A intensificação dos contatos e das trocas internacionais promovidas pela instauração do regime republicano acelerou as transformações no país, absorvendo da Europa ideais inovadores ao país, bem como, nutrindo o desejo do avanço mirado nos exemplos de países vencedores. Este sentimento das elites revela um sentimento de inferioridade que vinha desde a colônia em relação à Europa, isto fez com que a modernização fosse espelhada no estrangeiro. Sérgio Buarque de Holanda já prenunciava as consequências desse impasse progressista na abertura de *Raízes do Brasil*: “Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra” (HOLANDA, 1989: 03).

Destarte, além da oposição criada entre arcaico-moderno, ocorre uma *simbiose*, uma unidade de contrários, em que o chamado moderno cresce e se alimenta da existência do atrasado. O campo, então, mantinha-se como espaço de sustentação econômica e constituição das bases políticas das elites. Porém, a cidade assumia o papel de *locus* do poder político, sendo neste espaço onde a imagem de um país progressista se materializava. Segundo Raymond Williams, é significativa que a imagem do campo se converta agora (com a República) numa imagem que remeta ao passado, bem como, a imagem concernente à cidade seja uma imagem do futuro. “Entretanto, se as isolarmos deste modo, fica faltando o presente. A idéia de campo tende a tradição, aos costumes humanos e naturais (tradicional). A idéia de cidade tende ao progresso, à modernização, ao desenvolvimento” (WILLIAMS, 1989: 397).

Em *A moderna tradição brasileira*, Renato Ortiz, analisando o movimento modernista dos anos 20 no Brasil, argumenta que o conceito de modernidade no início do século XX estaria *fora do lugar*, pois o Modernismo ocorre no Brasil sem modernização. Ressalta Ortiz

Que o pensamento na periferia tende a reificar o moderno à medida que este se apresenta como um desejo de superar o subdesenvolvimento, como um projeto a ser construído nacionalmente, mas em descompasso com a situação dura da realidade. Assim, diferenciados do modernismo europeu, ingressamos na modernidade acriticamente - sintoma disto é o fato de que no Brasil "os críticos da modernidade sempre foram os intelectuais tradicionais" – e sem rupturas - pois quando o moderno finalmente se implanta ele já possui aqui uma longa tradição (ORTIZ, 1994: 208-210).

Se, por um lado, o anseio de busca do moderno desempenhou um papel progressista, já que a luta pela construção do nacional pôde se contrapor ao conservadorismo das forças oligárquicas, no afã de superação do subdesenvolvimento e da dependência, por outro lado o

preço pago por isso foi, de acordo com a formulação que tomamos de empréstimo de Ortiz, termos nos posicionado acriticamente ante o moderno, reificando-o e incorporando-o como um valor em si.

Desejar uma modernidade que não “acerta o passo” com o contexto nacional, certamente levará a um pastiche, arremedo de civilização, entre o que se é propriamente e aquilo que se deseja ser. Pode-se dizer, então, que nossa identidade cultural e política tomarão corpo em função do movimento oscilante que passa a *ostentar*, promovendo de forma taxativa a oposição entre *tradicional* e *moderno*. Nossa modernidade é tão somente um engodo, mescla desigual entre o tradicional e o moderno. Onde o moderno mancha com cores alegres a superfície de um conteúdo fraco.

É latente, portanto, o caráter de formação cultural híbrida do Brasil, corroborando o caráter polarizado que adquire nossa formação quando se trata de pensar os termos de um projeto de modernização nacional. A modernização que aqui se produz corresponde ao *status* de uma modernização conservadora, pois que, não elimina completamente o arcaico, antes, detectam-se a persistência de relações arcaicas no novo, as “sobrevivências arcaicas” de que nos adverte Sérgio Buarque de Holanda¹, e relações novas no arcaico. Aquém do modelo, distante da “norma” civilizatória, uma parcela significativa dos intelectuais brasileiros apontará uma falta no que diz respeito à formação do país, lacuna que impossibilita o acesso pleno ao caminho da modernidade. Encarado positivamente por uns, caso exemplar de Gilberto Freyre², ora negativizado, caso de Euclides da Cunha³, esta falta constituinte estará no horizonte de interpretação desses intelectuais como impasse a ser superado no trajeto da nacionalidade.

Para além dos aspectos ressaltados acima, cabe uma reincidente ressalva. Em nossa interpretação, as representações de Brasil entrevistadas nas narrativas de Guimarães Rosa não constituem retrato estático e perfeitamente definido do Brasil. São no princípio e no fim elaboração ficcional da realidade ou até projeção imaginária de um vir a ser. Naturalmente resultado de intencionalidade estética, a narrativa do autor mineiro, marcadamente transitória e dinâmica, confere sentido e forma a uma realidade complexa e contraditória. Por esta via a representação literária só pode se dar como agrupamento descontínuo de fragmentos dispersos

¹ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989, p. 135.

² Ver a respeito dessa postura em Gilberto Freyre o ensaio de ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. **Guerra e Paz. Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. São Paulo, Editora 34, 2005.

³ Sobre esta questão, podemos citar o importante estudo de MURARI, Luciana. **Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade n'Os sertões**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, UFMG. Belo Horizonte: 1995.

no tempo e espaço; desta feita a diversidade da obra rosiana e as veredas que indicam suas condições de enunciação (fronteiras caracterizadas pela hibridez e pela “heterogeneidade multitemporal”⁴) requerem uma intervenção comparativista, levando em consideração o interculturalismo presente na narrativa rosiana; de forma que conceitos como *nacionalismo*, *nação*, *pátria* e *relações identitárias* adquiram coerência dentro do contexto narrativo.

Alargando desse modo a conotação que a representação artística assume, pensamos afastar qualquer possibilidade de simplificação do texto rosiano, pois, trata-se de um interdiscurso, articulador de diversas perspectivas narrativas, bem como, caracterizado por perspectivas culturais, revelando maneiras diferentes de pensar, sentir, agir, e principalmente de falar ou escrever. Os elementos que compõem este exercício na fronteira se cruzam dialeticamente por meio do foco narrativo, onde cada narrativa – estória – assume a perspectiva de um personagem distinto, adotando a cada “momento” mundividências “novas”. A coerência e unidade do real representado se relativizam, estampando a complexidade que subjaz ao ato escriturário, articulado por procedimentos que indicam escolhas e ajustes prévios de caracteres do real; no princípio, a constatação da presença. De um imaginário que medeia as relações entre real e ficcional.

II

A vida soa como se fosse um mau texto, transita entre erros e acertos, sendo o sido uma parte do que nunca fora; e o que nunca pensara ser uma hora, se faz jus. Digo isto a respeito do “Baldo”, Riobaldo, narrador e personagem do *Grande Sertão: Veredas*. Afirma, num átimo, o balancear da vida, o esforço de percepção de que “Tudo é, e não é”, configurando a existência de tudo segundo ambiguidades. “Em desde aquele tempo, eu já achava que a vida da gente vai em erros, como um relato sem pés nem cabeça” (ROSA, 1985a: 232) confirma, Riobaldo ao interlocutor na sua demandada narrativa. “Contar é muito, muito dificultoso”, resulta daí a importância e necessidade do narrador em se mover num campo de possibilidades, à respeito do que escolher e privilegiar no ato de contar. Que o viver é caótico, confuso, desordenado, o narrador menciona constantemente. Para impor uma ordenação, não à vida, porque ela já passou, mas ao que dela restou na memória, é preciso refletir sobre ela e torná-la texto (GALVÃO, 1986: 89).

⁴ Conceito tomado por empréstimo a Nestor Garcia Canclini. Cf. CANCLINI, Nestor Garcia. **Cbs Híbridas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

Grande Sertão: Veredas se forma por meio de múltiplas polaridades: eis que surge Riobaldo, jagunço torto, meio aos avessos – pois que dotado de uma característica que lhe distingue dos outros jagunços: é um homem letrado. Destino duplo, de jagunço e ser pensante; narrador-personagem Riobaldo passa sua vida a limpo, examinando sua travessia pelo Ser-tão – mágico, histórico, espiritual e cavalheiresco. Dentro do romance, a tarefa presente de Riobaldo, narrador e personagem, é transformar seu passado em texto. Enquanto o passado era presente se fazendo no caos do cotidiano, Riobaldo não teve tempo para refletir o suficiente – embora fosse um indagador – e compreender. Portanto, quem se hasteia a leitura da obra logo se depara com o fato de que uma coisa existe dentro da outra – “a personagem dentro do narrador, o letrado dentro do jagunço, a mulher dentro do homem, o Diabo dentro de Deus” (GALVÃO, 1986: 13).

Riobaldo quer contar o narrável de sua existência, o que diz não saber se sabe, mas faz algum juízo; não é a vida de um sertanejo, antes, a matéria vertente: a condição humana. Fica claro, então, que Riobaldo busca o significado para ele mesmo, para que ele se compreenda, para que ele adquira confiança em seus próprios juízos e principalmente em seus juízos sobre si mesmo. É praticamente um julgamento o que ele pretende talvez mesmo uma absolvição (Cf. GALVÃO, 1986: 135). Na medida em que não nascera jagunço, se tornara em função das contingências de sua travessia, Riobaldo é jagunço tomado pelo destino. Riobaldo encarna as contradições do ser humano – traço marcante da obra rosiana –, nas suas idas e vindas, medos e preconceitos, angústias e dúvidas, convergindo em ser ambíguo, em constante formação. Numa imagem muito cara a Guimarães Rosa, a do rio enquanto representação da dualidade que é o homem e a vida, resvalando entre o ser e o não ser/bem e mal, o herói Riobaldo busca a terceira margem do rio; justamente o encontrar-se a si mesmo.

O narrar é aferidor da vida, e não o contrário. Em todo caso, aquilo que é contado/narrado não figura isoladamente como o mais importante, divide espaço com o próprio ato de contar/narrar. Destarte, a forma como é contado, ou seja, o próprio exercício da narração configura-se como um dos objetos da matéria narrativa em Guimarães Rosa.

Riobaldo, narrador/personagem, destinado que estava a recompor as artimanhas de sua existência em texto, como em qualquer ato de rememoração, silencia, esquece, valoriza; enfim, confere pesos diversos a cada passagem da vida narrada, o que possibilita pensar um exercício de memória performativo. Assim, o que se dignifica narrar detidamente e com pormenores são aqueles eventos relevantes enquanto experiência, que possam dar vazão a uma leitura satisfatória de si mesmo. Pouco importa o peso geral dos acontecimentos no

tempo, nem mesmo a linearidade de sequência do que é narrado. Aqui há a crítica ao modo de narrar que persiga uma evolução linear, sem movimento.

Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância. De cada vivimento que eu real tive, de alegria forte ou pesar, cada vez daquela hoje vejo que eu era como se fosse diferente pessoa. Sucedido desgovernado. Assim eu acho, assim eu conto. Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras, de recente data. O senhor mesmo sabe (ROSA, 1985a: 95).

Outra questão diz respeito à dificuldade de se reportar ao passado com clareza, incorrendo na possibilidade do desvio, do engodo, mesmo que involuntariamente, na apreciação de cada instante. Prossegue Riobaldo:

Contar é muito, muito dificultoso. Não pelos anos que se já passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas – de fazer balance, de se remexerem dos lugares. O que eu falei foi exato? Foi. Mais teria sido? Agora, acho que nem não. São tantas horas de pessoas, tantas coisas em tantos tempos, tudo miúdo recruzado (ROSA, 1985a: 172).

A dúvida à respeito ao que de fato ocorreu, ao verídico, ao real enfim, demonstrando o quão penosa pode ser a tarefa de se pensar e elaborar a narração, de passar as experiências do vivido em texto. Temos aqui o autor, Guimarães Rosa, que se coloca pela boca de seu personagem para indicar na sua ficção a interface com o real, conquanto esteja falando de suas pesquisas e anotações de entrevistas, assim como, das impressões dos lugares e pessoas que conheceu. A experiência do existir e o ato do narrar, expedientes tortuosos que podem a cada momento induzir o falso, projetar o erro. “Os ruins dias, o castigo do tempo todo ficado, em que falhamos na Coruja, conto malmente. A qualquer narração dessas depõe em falso, porque o extenso sofrido se escapole da memória” (ROSA, 1985a: 379). O que nos parece escapar destas filigranas narrativas em *Grande Sertão* é que o real se apresenta sob múltiplas camadas, está em movimento e pode conduzir a vários caminhos. Cabe, dessa forma, ao narrador por em ordem, oferecer significado ao caos do existir. A matéria da narração, do texto daí provindo, é consequência do embate entre os anseios, necessidades do autor com os elementos que compõem sua referência para escrever.

Com a publicação de *Grande Sertão: Veredas*, romance atípico e atemporal para e na prosa brasileira, Guimarães Rosa congrega elementos de diversas procedências na construção de um romance que se abre a perspectivas as mais variadas, partindo da utilização de formas arcaicas da narrativa. Já na década de 1950, momento em que fora publicado o romance acima citado, Rosa fazia verter por meio de Riobaldo não só a experiência passada a limpo de um jagunço, tampouco somente a condição humana em suas incertezas, antes, a matéria que

confere formas à estória: a narrativa. Como fora indicado acima, o juízo a respeito do próprio ato do narrar encontra escopo na obra rosiana; o ofício de escrever é um ato que implica interação, enfrentamento, entre aquele que escreve e o objeto da escrita. É possível vislumbrar esta perspectiva numa passagem de outro texto menor e esquecido: “Também as estórias não se desprendem apenas do narrador, sim o performam; narrar é resistir” (ROSA, 1985b: 98).

Como não entrever nessas linhas do escritor mineiro uma vereda cheia de semelhanças com o que pensam estudiosos voltados à questão da narrativa?

Tratar o exercício de escrita da história como uma atividade eminentemente narrativa não é algo recente, podendo ser remontada ao século V a.c. na obra instituidora de Heródoto⁵. Todavia, somente nos últimos séculos podemos assistir a um repensar do fazer historiográfico, verificando estudos preocupados em demarcar com mais precisão a singularidade do discurso da História em face da narrativa literária. Os estudos históricos contemporâneos revêm suas propostas metodológicas e epistemológicas em prol de um diálogo mais aberto com a literatura.

Walter Benjamin em suas “Teses Sobre o Conceito de História” (1994), aprioristicamente advertia sobre o necessário olhar atento que deveria lançar o historiador para os rastros, sinais e evidências das experiências do vivido, *ver o relampejar* enquanto tática que informa caminhos e possibilidades para realizar o seu ofício, exercício que requer deliberação e ação política. Como Benjamin exortava a fazer, é preciso aprender a praticar a *história a contrapelo*, deixando à margem os discursos letrados em razão da busca de narrativas impregnadas de memória, bem como, de experiências que proporcionam a visualização de sensibilidades e subjetividades.

Seguindo ainda o rastro do pensador alemão quando de sua fala em favor da história escrita e sua relação entre a forma épica e a historiografia, temos a narrativa enquanto atividade fundamentalmente composta por reminiscências, ou seja, o ato narrativo é um ato de rememoração; daí projeta sua importância, recuperar o passado, mesmo que no ato mesmo da narração o reelabore. Ainda que, em toda a sua extensão, não haja intento de explicar nada, consegue agregar os interesses de quem lê, bem como, abrir espaço para divagação e

⁵Aparentemente, Heródoto escreveu somente dois livros: uma história da Assíria, hoje perdida, e a grande obra de sua vida — *Histórias* — que chegou até nós praticamente completa. Em *Histórias* (-450/-430), o primeiro texto longo em prosa que chegou aos nossos dias, escrito em dialeto iônico, Heródoto relata os conflitos entre gregos e persas desde -550 até as guerras greco-pérsicas, também chamadas de *guerras médicas*, assim como os seus antecedentes e circunstâncias. As *Histórias* constituem um perfeito exemplo de composição literária livre, dentro da prosa grega antiga. Não descreve os fatos de modo linear, a todo tempo a narrativa é interrompida por digressões e comentários sobre o argumento central. Neste particular, assemelha-se à *Ilíada*, de Homero. (RIBEIRO JR., W.A. *Heródoto. Πολιτικά Αἴτια*, São Carlos. Disponível em www.greciantiga.org/arquivo.asp?num=0345. Consulta: 26/02/2012).

questionamento sobre a continuidade do narrado. “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros”. Como não aproximar esta afirmação de Benjamim àquela preocupação narrativa presente no *Grande Sertão* rosiano, onde a relação entre memória e esquecimento organiza o ato de contar, resultando daí uma refiguração do passado. No entanto, o pensador, estabelece adiante a diferença entre quem narra a história e quem a escreve: o historiador “é obrigado a explicar de uma ou de outra maneira os episódios com que lida...” (BENJAMIM, 1994: 201 *et seq*).

Durante seu processo de constituição de uma representação a respeito do passado, de posse das fontes ou rastros, o historiador age como articulador, garantindo interpretação e significado aos fatos selecionados; estratégias que mantêm interface com aquelas dos escritores de ficção. Estes escolhem, selecionam, organizam tramas e enredos, bem como, dão especial atenção ao uso e escolha de palavras e conceitos (Cf. PESAVENTO, 2006). Seguindo Pesavento, deve-se compreender que o passado para o historiador é também tempo histórico recuperado e reconstruído pela narrativa. De modo que o historiador só pode alcançar a verossimilhança e não a veracidade. Vejamos:

Na reconfiguração de um tempo - nem passado nem presente, mas tempo histórico reconstruído pela narrativa -, face à impossibilidade de repetir a experiência do vivido, os historiadores elaboram versões. Versões plausíveis, possíveis, aproximadas, daquilo que teria se passado um dia. O historiador atinge pois a verossimilhança, não a veracidade. Ora, o verossímil não é a verdade, mas algo que com ela se aparenta. O verossímil é o provável, o que poderia ter sido e que é tomado como tal. Passível de aceitação, portanto (PESAVENTO, 2006 : 04).

Selecionar e significar são termos que nos levam as noções de trama e narrativa, entendendo que a história e a literatura estão próximas exatamente porque são construções de sentido acerca da experiência temporal para que lancem mão de tramas e narrativas. Guardado o devido respeito às estratégias inerentes a cada área do conhecimento, literatura e história, por caminhos e propostas metodológicas distintas, elaboram suas narrativas e constroem suas tramas de modo a produzir textos representativos de suas percepções de mundo (Cf. SILVA, 2007: 04).

O debate em torno das questões que envolvem história e narrativa diz igualmente respeito àquelas questões que incidem sobre os modos de percepção ou representação do passado, bem como a forma que podem assumir as escritas da história reconstruídas. Há que se levar em conta o fato de que a forma de escrever a história não é indiferente aos modos de percepção dos tempos históricos das sociedades, mesmo que isto não esteja colocado por aqueles que realizam o trabalho da sua escrita. Cada tipo de sociedade em épocas distintas ou

específicas concebe o tempo e ideias a respeito do mundo material e espiritual de forma particular. Reconstruir o passado em forma de representação implica reconhecer o caráter fugidivo do mesmo – até mesmo quando dos relatos prestados no presente e da presença dos eventos –, na medida em que os vestígios do passado são também representações, capazes de ao mesmo tempo informar significados e disfarçar intencionalidades. Em tal medida, torna-se coerente creditar as representações do mundo social aos interesses de grupo que as forjam. Relacionar, portanto, para cada caso, os discursos emitidos com o lugar de quem os lançam torna-se expediente necessário.

Segundo Chartier (1998: 20), representação é um instrumento de conhecimento imediato que estabelece uma conexão com o algo (objeto) ausente, através de sua substituição por uma *imagem* capaz de reconstituir em memória e de figurá-lo tal como ele é. Para o historiador italiano Carlo Ginzburg esse conceito é ambíguo, contendo pelo menos dois significados, “por um lado, a ‘representação’ faz às vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença” (GINZBURG, 2001: 85).

Portanto, ao tratarmos da especificidade da narrativa histórica verificamos a possibilidade de pensar as representações como *entre-lugares* entre os vestígios do passado e a constituição da narrativa a respeito destes. Pensar os vestígios enquanto objetos acabados e plenos de sentido seria desconsiderar o que possuem de ausências, de lacunas e não ditos; uma escrita da história que leve em consideração o conceito de representação vislumbrará a possibilidade de converter estas ausências em objetos pensáveis. Um exercício de construção em história para o qual estas ausências signifiquem também construções de silêncios, de lacunas, de não ditos, cujos sentidos embora apagados possam ter se constituído, ou se constituir ainda, em cenas organizadoras da história, cuja representação pode tomar a forma de uma escrita da história (Cf. CERTEAU, 1982).

Contrariamente à posição relegada pelos adeptos da **Nova História** a história narrativa, compreendida enquanto factual disposto cronologicamente na forma de relato – dissimulando “opções ideológicas e procedimentos metodológicos que, pelo contrário, devem ser enunciados” (LE GOFF, 1990: 07) –, Chartier afirma a plena vinculação da história ao domínio da narrativa em todas as suas formas. Recuperando as análises de Paul Ricoeur em *Tempo e Narrativa* (RICOEUR, 1994), o historiador francês reitera que “toda a escrita propriamente histórica construir-se-ia na forma do relato ou da encenação de uma ou várias intrigas, cuja construção seria fruto do trabalho de uma ‘configuração narrativa’” (CHARTIER, 1990: 81).

Mesmo sendo posta na categoria de relato, narrativa, a escrita da história não dispensa a inteligibilidade, porque a mesma é construída nos entremeios da própria narrativa, através de ordenamentos e composições, sempre submetidos a controle, daqueles dados inseridos na intriga como vestígios ou indícios. A aproximação entre narração e inteligibilidade se faz plenamente possível na medida em que os vestígios ou indícios permitem uma reconstrução válida de realidades quando metodologicamente questionados, aferindo-se sua validade enquanto elementos que deem a ver um passado inaudível. O estatuto do conhecimento que produz a história estaria

inscrito num paradigma do saber que não é o das leis matemáticas, nem tampouco o dos relatos verossímeis. A encenação em forma de intriga deve ser entendida como a operação de conhecimento, que não é da ordem da retórica, mas que considera fulcral a possível inteligibilidade do fenômeno histórico, na sua realidade esbatida, a partir do cruzamento dos seus vestígios acessíveis (Chartier, 1990: 83).

Consequentemente, incorreríamos em erro caso julgássemos a escrita da História enquanto mera elaboração discursiva pelo fato de situar-se no domínio da narrativa. A narrativa histórica é elaborada com base na intersecção de dois polos necessários, a saber, de um lado, o arsenal teórico-metodológico assumido pelo historiador enquanto critério de objetividade para compreensão de aspectos relacionados com o real e os vestígios do passado (fontes) – pensados não como fontes passivas, documentos dotados de veracidade absoluta, antes, textos complexos, cheios de desníveis; do outro lado, atua o indivíduo em sua subjetividade que, amparado em expectativas de sentido definidas a partir de debates teóricos e discussões intersubjetivas, constrói os entremeios do objeto histórico e do que resta dado a ler, aquém e ao fim da operação historiográfica, o texto. Portanto, admitir o elemento subjetivo na elaboração da narrativa histórica não significa dizer que o sujeito-historiador lance mão das fontes (vestígios do passado) segundo seus interesses, indiscriminadamente. O objeto é construído a partir do diálogo entre o que permitem dizer as fontes e os protocolos de análise propostos pelo historiador.

Nos rastros do pensamento de Michel De Certeau (1982), o historiador age sob regras intersubjetivas que legitimam um campo de conhecimento, ou seja, o autor fala de um lugar teórico-metodológico que legitima sua fala. Esse campo por sua vez, garante estratégias válidas por meio das quais ele construirá e abordará seu objeto, levando-se em consideração sua subjetividade. Desse modo, o componente imaginativo da narrativa não é independente nem dos vestígios do real, com os quais o historiador opera, nem em relação aos métodos de validação do conhecimento, que lhes põem limites. A relação das regras do campo com os

vestígios do passado confere legitimidade à narrativa histórica enquanto representação do passado.

Se a escrita da história assim como a escrita imaginativa constitui-se narrativa acerca do real, integrando em sua urdidura elementos de composição imaginativa, na medida em que o ato de narrar é, em si mesmo, um ato configurante, como manter a afirmação de que é um regime específico de conhecimento? O historiador italiano Carlo Ginzburg responde a esta questão como um desafio imposto pelos defensores de uma **índice histórica**, guardiões de teses céticas, que localizam a historiografia no campo da narrativa ficcional ou retórica. Contrariando essa suposta lógica, o historiador assevera que “no passado, a prova era considerada parte integrante da retórica e (...) que essa evidência, hoje esquecida, implica uma concepção do modo de proceder dos historiadores, inclusive os contemporâneos, muito mais realista e complexa do que a que está hoje em voga” (GINZBURG, 2002: 13). Para Ginzburg, esses dois estilos de narração influenciam-se mutuamente. Os artifícios retóricos na composição da narrativa histórica visam dar conta das lacunas entre os componentes da narrativa (entre os vestígios/fontes), ajustando a configuração do objeto ao sentido geral pretendido pelo historiador. Vale salientar, a ideia proposta por Ginzburg via Aristóteles, do componente de prova contido na retórica; indissociavelmente ligadas, desde o Renascimento a história soube elaborar as técnicas eruditas que permitem separar o verdadeiro do falso.

O chamado paradigma “indiciário” informado pelo historiador diz respeito a um conhecimento baseado na apreensão e interpretação de sinais fugidios a um olhar pouco concentrado ou preparado que deem vazão à um passado relutante contido nos documentos (vestígios), utilizando-se, de modo controlado, do entrelaçamento entre as lacunas documentais e os elementos tirados do contexto. Uma operação (ou um conjunto delas) onde o plausível e o provável tinham um lugar quase inevitável (Cf. GINZBURG, 2007).

Podemos assim compreender o recurso ao retórico como dispositivo útil para indicar possibilidades quando os vestígios/fontes não garantem induções precisas. Constituição do objeto e definição do sentido da narrativa: as expectativas - constituídas previamente - podem se modificar quando do contato com os vestígios. Esse movimento dialógico implica o caráter validativo das fontes/vestígios, dando vazão a certas narrativas ou composições de sentido, bem como, interditando outros. As fontes podem efetivamente subverter os sentidos que lhes oferecemos previamente quando do contato com sua materialidade. Mesmo que as fontes se apresentem mais como espelhos deformantes do que como janelas escancaradas, ainda assim, segundo procedimentos metodológicos específicos, permitem uma reconstrução de sentidos. Resulta daí seu irreduzível arremate: “reconhecer as dimensões retórica ou narrativa da

escritura da história não implica, de modo algum, negar-lhe suas possibilidades cognitivas, construído a partir de provas e de controles” (GINZBURG, 2007: 329). Por isso, “o conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível” (GINZBURG, 2002: 45).

De fato, para poder representar eventos e fenômenos sem perder de vista a intenção de verdade e o acesso ao real, o historiador lança mão de conjecturas e analogias para se aproximar – verossimilhança – daquilo que não está posto claro: uma projeção do real amparada por indícios ou informada por possibilidades. Em todo caso, o positivo relatado e o verossímil devem figurar distintos no corpo da narrativa historiográfica. Este imbricamento de verdades e possibilidades, como também, a própria discussão em torno das hipóteses de pesquisa são expedientes reconhecidamente aceitos na historiografia atual.

Para efeito de conclusão parcial desta discussão embrionária, não enxergo, a princípio, fundamento algum no ponto de vista que insista em elidir a análise do ato narrativo. Em história, o exercício analítico perpassa a narrativa. “Enunciar significa produzir, sintetiza o poeta ou, como diz o historiador, a narrativa histórica sem análise é trivial, a análise histórica sem narrativa é incompleta” (GAY, 1990: 171). Portanto, o estilo é o produto final de uma extensa e tortuosa travessia, entrecortada pela seleção das fontes e das técnicas para trabalhá-las. O texto é o projeto que une duas veredas – a análise e a narração. Verdades e verossimilhanças estão ali trançadas. Entre uns e outros, historiadores e romancistas, há os que a elaboram com apuro e arte. No mesmo sentido Guimarães Rosa, por meio de seu personagem-narrador – Riobaldo –, define lúcido, a mensagem de sua árdua criação narrativa: “Digo: o real não está nem na saída nem na chegada; ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (ROSA, 1985a: 60).

Comprometido com a capacidade renovadora da palavra, Guimarães Rosa crê na potência criadora da palavra como elemento de transformação do mundo. Desse modo, a ficção ou a estória guarda a capacidade de atualizar os sentidos e interferir na realidade cultural e histórica enquanto potência revitalizadora contra a hierarquia imobilizante da História. O escritor mineiro propõe a renovação da língua como saída aquilo que se encontra estagnado, distanciando-se de dicotomias e imobilismos: “somente renovando a língua é que se pode renovar o mundo”. Não se trata aqui da língua vernácula ou de uso corrente, mas daquela que instaura outros mundos, faz conviver realidades insuspeitadas, só permitidas no curso das páginas poéticas. Guimarães Rosa diz investir numa língua que possa reconfigurar representações cristalizadas de realidades pré-estabelecidas, apontando para convergências e diluição de fronteiras. Mesclar e disseminar distintos saberes e linguagens faz ressoar seu elogio da contaminação, deixando entrever seu projeto literário. Projeto este investido do

desejo de renovar não só a literatura, como também, a própria constituição da realidade histórica e cultural.

III

Na medida da necessidade de um suporte teórico, estabelecemos uma discussão em torno dos significados atribuídos à categoria “sertão” como elemento decisivo para construção de ideais de nação a partir do cotejamento com a narrativa de Guimarães Rosa. Mesmo que assumindo diferentes feições, as nações ocidentais convivem inevitavelmente, de modo proativo, com espaços “selvagens” muito semelhantes ao sertão. Elas podem estar empenhadas por sua transformação – garantindo os benefícios da civilização –, como também, num dado contexto atualizar a validade desses espaços para a totalidade da formação nacional. Recurso que responderia a uma busca por originalidade nacional.

O espaço percebido pelo homem sempre fora de algum modo significativo observa o crítico literário Roland Barthes. O homem em sua subjetividade sempre o impregnou de significações, que se diferenciam por não ser da mesma dimensão daquele do geógrafo ou do cartógrafo.

Em sua poética do espaço, Gaston Bachelard adverte que o espaço abrangido pela imaginação não é o espaço indiferente, “abandonado à medida e reflexão do geômetra. É vivido. E é vivido não em sua positividade, mas com todas as parcialidades da imaginação”. E remata: “Em particular, quase sempre ele atrai” (BACHELARD, 1978: 196). E atrai justamente pela possibilidade de agregar poder, de tomar posse de algum modo do Outro. Assim como história, a narrativa sobre o espaço “pode ser desfeita e reescrita, sempre com vários silêncios e elisões, sempre com formas impostas e desfiguramentos tolerados, de modo que o “nosso” Leste, o “nosso” Oriente possa ser dirigido e possuído por ‘nós’” (SAID, 2007: 14).

Circundados por espaços desabitados, distintos pela vontade da vastidão, do infinito, nossos primeiros narradores da nação reinventam o espaço segundo as “parcialidades da imaginação” e o dotam afetivamente.

Ao produzir o espaço, o homem vai redesenhando, remodelando a superfície terrestre, reconstruindo formas, funções, relações, significações que são continuamente metamorfoseadas pelo processo histórico, o desenvolvimento do trabalho, da técnica, e das condições socioeconômicas, políticas e culturais, que não são igualmente distribuídas no espaço. Se o espaço sofre constantes e contínuas mutações, o mesmo pode ser dito das paisagens, dos lugares, dos territórios e das regiões: diversos modos de se perceber ou de se fazer uso do espaço, ou, ainda,

frações do espaço, concebidas pelo homem para conceder significação ao seu mundo. (MELO, 2001:54).

Levando em conta que o sertão não é um fato natural, assim como a noção de litoral, o espaço figura *onde* e *como* na condição de uma representação articulada em torno dessa categoria. Significa dizer que a realidade espacial não está meramente ali, ela é o registro de certa forma de olhar, uma direção adotada a priori; retomando apenas os produtos acabados das descrições de paisagem, perdemos de foco o que há de criação do homem nesta. Portanto, tal como o litoral ou o espaço urbano, a realidade denominada sertão constitui uma ideia que tem uma historicidade própria, encorpada por tradição, vocabulário e imaginário particular. A forma e a conotação que recebe dependem de temas prefigurados que o tornam realidade e presença efetiva. Esta condição da narrativa – os valores e imagens prefigurados –, seja em sua forma literária ou sociográfica, deve ser concebida em toda a sua plenitude como dispositivo fundante da ficção da nacionalidade. O Brasil enquanto totalidade de sentido se imagina na medida da manipulação das figurações de sertão e litoral como entidades que se sustentam e refletem mutuamente.

Enquanto narrativas que imaginam o mundo, as sociografias e a literatura serão tomadas não como descrições naturais do espaço brasileiro, mas como representações. Portanto, é inútil querer preterir certa proposição da nacionalidade em razão de outra talvez mais autêntica. As representações da brasilidade são atos ficcionais que projetam elementos, caracteres constitutivos da nação e seu povo variando conforme as circunstâncias históricas e sociais. Tomadas como narrativas da brasilidade, a qual vem se somar a literatura de Guimarães Rosa, são composições de referência cultural; será improdutivo tomá-las como estruturas de mitos ou mentiras, buscando alguma versão mais verdadeira. Não havendo esta versão autêntica, as narrativas sociográficas e literárias da formação nacional serão concedidas em sua interlocução temática com as projeções da brasilidade aventadas nas estórias rosianas, tentando perceber como a obra do escritor mineiro em fases distintas vai elaborando *versões de sertão* que acompanham o debate nacional então em curso sobre os caracteres formativos da nação. Não cabe igualmente pensar uma correspondência direta entre as obras do pensamento social e a literatura de Rosa, mas, imaginar como as ideias sobre o sertão e a nação circulam e são iluminadas em outros textos.

O primeiro capítulo tenta dar conta de como vai se formando um campo de debate sobre a questão nacional, tendo no espaço seu ponto fulcral. O sertão surge aí como categoria de pensamento central para definir a nacionalidade, seja em sua condição de atraso ou

necessidade de transformação e preservação. O foco recai sobre o desequilíbrio entre os mundos do sertão e da cidade/litoral, localizando o sertão como fronteira a ser incorporada a nacionalidade.

O segundo capítulo procura mostrar como Guimarães Rosa elabora em seus primeiros livros, junto com a sua experiência da vida no sertão de Minas, a sua leitura do e sobre o país, estabelecendo interlocuções com as representações literárias e ensaísticas precedentes no pensamento social brasileiro. Civilização-barbárie, desordem-ordem são pares de opostos característicos de um choque permanente no caso brasileiro, tanto em nossa existência público-privada-familiar, quanto em nossa vida político-institucional, cuja referência rosiana imediata é o embate entre dois ventos contrários – *o diabo na rua, no meio do redemoinho...*; perspectiva central em sua narrativa é concebida segundo a singularidade manifestada na experiência brasileira. O sertão constitui imaginário caracteristicamente brasileiro.

O terceiro capítulo envereda pela constatação da diferença, da falta constitutiva vinculada a formação racial do povo brasileiro, bem como, tenta discutir a situação de abandono pelos poderes públicos experienciada pelas populações do interior do país. Se considerarmos o raciocínio praticado pela intelectualidade brasileira a partir dos anos de 1870 até as três primeiras décadas do século XX, o Brasil figurará no discurso destes como uma *imensa nação mestiça*, evento que, na visão dos mesmos, inviabilizava a constituição de qualquer nacionalidade, bem como, a definição de um povo característico. Destarte, as expectativas aventadas para a nação brasileira naquele fim de século esbarravam na heterogeneidade racial da população, vista como entrave na construção de uma nação homogênea e civilizada; encarada como fator de degeneração dos povos, a miscigenação racial inviabilizava a concretização de uma civilização moderna nos trópicos.

Ao tempo em que este trabalho gira em torno da narrativa de João Guimarães Rosa, o ponto de convergência do terceiro capítulo, além dos *insights* pinçados no *Grande Sertão: Veredas* será o conto *Sarapalha*, de *Sagarana* (1946). Esse conto é significativo para as pretensões estabelecidas, por mostrar a desolação de um lugar que teve certo progresso, mas está em ruínas. Ali se vive do passado, de nostalgia, de lembranças; é onde habita e reina soberano o espírito que sintetiza a melancolia brasileira – aspecto desenvolvido por Paulo Prado – e emperra o progresso social e econômico; com ele coexiste a doença, fruto da ausência do poder público protetor. O estado psicológico das personagens, a doença, a tristeza, a saudade e o retrocesso estão de tal forma entrelaçados no conto, que cada um desses fatores é causa e efeito dos demais, e todo o seu conjunto vai gradualmente conduzindo as personagens ao aniquilamento.

Por tudo o que dissemos, vemos que *Sarapalha* trata da relação dialética entre a psicologia do caboclo e o meio social no qual atua e ao qual está, ao mesmo tempo, submetido. Essa atenção a uma parcela quantitativamente significativa da população brasileira é fundamental numa obra em que se encontra tão vivaz representação do Brasil.



PRIMEIRO CAPÍTULO

O SERTÃO ESTÁ EM TODA PARTE?
A problemática dos espaços

O senhor sabe o mais que é, de se navegar sertão num rumo sem termo, amanhecendo cada manhã num pouso diferente, sem juízo, nem raiz? Não tem onde se acostumar os olhos, toda firmeza se dissolve... o sertão tonteia

(Guimarães Rosa. Grande Sertão Veredas).

I

“Há um comportamento de eternidade nos caramujos”, isso nos diz um poeta dos gerais, dos interiores brasílicos, Manoel de Barros. Guimarães Rosa o segue numa mesma confraria: “o sertão é uma espera enorme”; veleidades de um espaço que se esquece demorado. Tanto Rosa quanto Barros falam do e sobre o sertão, respectivamente. Falam da velocidade de um espaço, de um tempo todo deles (nosso?), vigente dentro do homem.

Em não sendo uma realidade geográfica dada a priori, localizável, o sertão é o acúmulo da experiência; experiência com o espaço. Em verdade, tem-se uma paisagem imaginada como sertão, não como dado externo palpável, sendo, ao fim, elaboração estética. É, portanto, dotada de imaginário, de conteúdos simbólicos e subjetivos, bem como pode servir a fins políticos e ideológicos.

João Guimarães Rosa, sobretudo, sugere aos que se aventuram nas suas páginas uma percepção de mundo nada unidirecional, contrária a qualquer lógica que aponte um único sentido como prática de bom senso ou de senso comum; não dispõe de identidades fixas: “Decido? Divulgo: que as coisas começam deveras é por detrás, do que há, recurso; quando no remate acontecem, estão já desaparecidas”, isso nos diz o protagonista do conto “Antiperipléia”, de *Tutaméia* (1967). Ainda em *Tutaméia*, a lógica plana do real jaz contrariada; é o que nos deixa entrever o narrador do conto “Desenredo”: “Chamando-se Livíria, Rivília ou Irlívia, a que, nesta observação, a Jó Joaquim apareceu”.

Há toda uma profusão de imagens em Guimarães Rosa configurando tempos e espaços diversos de modo dinâmico, desvirtuando no plano textual toda uma lógica cartesiana – de causa e efeito – de figurar o mundo visível, haja vista, o que nos conta o narrador de “Espelho”, de *Primeiras estórias* (1962): “Quando nada acontece, há um milagre que não estamos vendo”. A unidade do mundo e do homem rosiano se desmaterializa enquanto existência segura. Desse modo, os referenciais físicos centrados perdem a razão de ser no âmbito daquela narrativa, sugerindo um universo de agenciamentos múltiplos. Chega-se, então, a questão fundante do conto acima referido: “[...] despojara-me, ao termo, até à total desfigura. E a terrível conclusão: não haveria em mim uma existência central, pessoal, autônoma?” (Rosa, 1994: 441).

Do plano do humano para o espaço, “sujeito” movente, impreciso, as imagens ou miragens do sertão em Rosa convertem-se em travessias para leitores. Compromisso assumido com a vitalidade do mundo e as virtualidades do real. “Quando se vem vindo sertão a dentro, a gente pensa que não vai encontrar coisa alguma”, observa o narrador da novela

“Buriti”, de *Noites do Sertão* (1965), chamando a atenção para a aparente ermidão daquele espaço. Estas palavras nos conduzem a outras, reflexão de Riobaldo: “... o sertão está em movimento todo-tempo – salvo que o senhor não vê; é que nem braços de balança, para enormes efeitos de leves pesos” (ROSA, 2001: 533). Rosa, poderíamos dizer, “deixa” insurgir do lugar sertão as energias de um mundo imemorial, originário, dotado de um dinamismo corruptor – ... *o diabo no meio da rua, no redemoinho* –, ao mesmo instante uno e múltiplo. Recuperando uma rica metáfora de Octavio Paz, diria que Guimarães Rosa “procura na realidade esse ponto de inserção da poesia que é também um ponto de intersecção, centro fixo e vibrante onde se anulam e renascem sem trégua as contradições. Coração-manancial” (PAZ, 1982: 309-310).

João Guimarães Rosa lança mão de uma cartografia imaginária, demarca os limites do seu território ficcional para nele fazer caber o mundo, mais que isso, o universo. Atitude esta que não conduz à rejeição das origens de homem do interior, antes, potencializava-as: “o pequeno mundo do sertão, este mundo original e cheio de contrastes, é para mim o símbolo, diria mesmo o modelo de meu universo. Assim, o Cordisburgo germânico, fundado por alemães, é o coração do meu império suevo-latino” (ROSA, 1994: 31). A título de comparação, nesse aspecto, o escritor mineiro se aproxima de outro articulador do espaço sertanejo com a identidade brasílica; Ariano Suassuna reescreve um Sertão sublimado em sua rusticidade, louvando a energia e resistência do seu homem face às intempéries do meio. Há em Suassuna o sertão dimensionado para fazer caber seu universo, bem como, definir os termos de seu projeto de nação. Esse sertão se costura na relação com as origens ibéricas da nação, fundamentais na formatação da geografia que retrata. Marinalva Vilar, em estudo sobre o recurso à medievalidade ibérica para a construção da brasilidade em Ariano Suassuna, afirma que o “Sertão suassuniano transita em temporalidades e espacialidades que se ligam pelas estruturas físicas que lhe tonificam e fazem com que o observador tome um lugar pelo outro” (LIMA, 2011: 04). Nas palavras do escritor paraibano:

‘nessa espécie de geografia mítica que venho empreendendo, é necessário destacar que, na Península ibérica, existe um deserto, um sertão – que é a Castela espanhola, despojada e ascética – e um Éden verdejante e tropical, que é a orla litorânea de Portugal. É por isso que Castela e o Sertão têm mais GRANDEZA, enquanto Portugal e a Zona da Mata têm mais GRAÇA. (SUASSUNA, 1976 *Apud* LIMA, 2011: 04).

Sendo assim, as narrativas suassunianas produzem um sertão que reflete o mundo mouro da Ibéria. Elege o mundo mouro, a África, a Ibéria a partir da associação que promove entre estes e o Sertão.

Local/universal, regional/nacional, tempo/espaço, Guimarães Rosa encurta, quando não, suprime estas fronteiras ao longo de suas narrativas, reordenando representações cristalizadas do espaço historicamente construído como sertão. Poliglota, médico, diplomata, sertanejo, rejeita a cartografia convencional em razão de traçados novos, territórios imaginários onde se espacializam suas estórias. De todo modo, não significa dizer que o espaço rosiano exista somente na imaginação; ao contrário, todas as estórias do escritor mineiro são calcadas no espaço, no *Gerais*, de tal modo que sua presença não constitui mero componente do cenário. A presença do meio físico adquire *status* de personagem, tamanha sua influência no transcurso dos acontecimentos. Já nas primeiras páginas o autor nos remete para a dimensão física deste universo, contextualizado em termos geográficos, bem como, apontando certas idiossincrasias do contexto sócio-histórico do sertão:

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é para os campos gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas demais do Urucuia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade. O Urucuia vem dos montões oestes. Mas, hoje, que na beira dele, tudo dá – fazendões de fazenda, almargem de vargem de bom render, as vazantes; culturas que vão de mata em mata, madeiras de grossura, até ainda virgens dessas lá há (ROSA, 2001: 23-24).

Na sequência, porém, a constatação do transcendental. Palavra sertão comunica os vastos territórios, sentidos, intuídos ou visíveis: “O gerais corre em volta. Esses gerais são sem tamanho (...). O sertão está em toda a parte”. O sertão age, é o que parecem indicar as palavras de Riobaldo, narrador do *Grande Sertão*: “O sertão me produz, depois me engoliu, depois me cuspiu do quente da boca...”. Mais adiante, o espaço assume a dimensão sem dimensão, o ignoto: “Vou lhe falar. Lhe falo do sertão. Do que não sei. Um grande sertão! Não sei. Ninguém ainda não sabe. Só umas raríssimas pessoas – e só essas poucas veredas, veredazinhas”.

Na medida em que “povoa” sua narrativa com estilhaços desta Geografia real, o autor mineiro desarticula, contrai e refaz poeticamente sua travessia neste sertão, que reinventado, ora está “está dentro de nós”, como também se espraia “do tamanho do mundo”. Neste espaço relativizado, “a dureza geofísica do sertão perde o peso da referencialidade, para expressar uma realidade ambígua e heterogênea, ao mesmo tempo local e universal” (FANTINI, 2003: 115).

Portanto, o sertão de João Guimarães Rosa incorpora o real e o imaginário, referindo-se tanto a um território demarcado, quanto à uma realidade subjetiva, existente apenas no

plano da obra. Vale considerar as palavras de Antonio Candido a respeito de *Grande Sertão: Veredas*: “Parecia que, de fato, o autor quis e conseguiu elaborar um universo autônomo composto de realidades expressionais e humanas que se articulam em relações originais e harmoniosas, superando por milagre o poderoso lastro de realidade tenazmente observada, que é a sua plataforma” (CANDIDO, 1995: 78-79).

De nomeação imprecisa, de igualmente imprecisos limites geográficos, o sertão se intui, se confirma parcialmente na experiência. “o sertão é a alma de seus homens” como sugere o próprio Rosa ao seu tradutor alemão. O sertão corresponde à realidade interior ao homem ou lhe toma por fora? Não há resposta que supra a questão. “O sertão acaba sendo caos ilimitado de que só uma parte ínfima nos é dado conhecer, precisamente a que se avista ao longo das veredas, tênues canais de penetração e comunicação” (RÓNAI, 1978: 156). Veredas que figuram no título suma do romance único rosiano, demarcando a ambiguidade característica do conjunto de sua obra. *Grande Sertão: Veredas*, onde Guimarães Rosa contrapõe e une a ideia de secura visualizada no grande sertão às veredas como sistema de águas, umidade na secura. O escritor estabelece a fronteira já no título, contornando o conhecível e o ignoto, o desconhecido. Ou como nos indica Paulo Rónai sob orientação direta de Rosa:

“... o sinal - : - entre os dois elementos do título teria valor adversativo, estabelecendo a oposição entre a imensa realidade inabrangível e suas mínimas parcelas acessíveis. [...] E também, segundo me confirmou certa vez o próprio Autor, entre o inconsciente e o consciente” (RÓNAI, 1978: 156).

Não por acaso, um dos principais temas de que se ocupa Rosa em suas histórias é a viagem. Seus personagens sondam e viajam para além das paisagens que os circundam; o caráter errante das suas personagens é validativo deste ponto. Em todo caso, a viagem é a viagem do eterno retorno ao sertão, tal qual se verifica com Miguilim em *Campo Geral*. Miguilim rompe com a infinidade horizontal do cerrado, mundo labiríntico e se lança em busca do conhecimento – leia-se no contexto da novela, o espaço urbano. Esta viagem à cidade lhe remedia de sua metafórica miopia ao tempo que lhe confere outra racionalidade. O fato que Miguilim não prevê reafirma as palavras de Riobaldo, “o sertão me produz, depois me engoliu...”. Miguilim há de voltar ao sertão, agora adulto, como Miguel, em outra novela. Retorno que marca a busca de um mesmo, perdido na experiência urbana. Miguel volta ao sertão em busca de respostas, sobre si e sobre esse sertão.

Guimarães Rosa soube perceber no tema das viagens a representação da ânsia do viajante pela procura, de Si ou de outro; até mesmo a busca de um mundo novo. A viagem aparece enquanto experiência de formação no transcurso da travessia. Movimento de conexão

entre a partida e o encontro. “Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (ROSA, 2001: 52). O movimento, a travessia, é tema importante em várias obras da literatura mundial, a exemplo da *Odisséia* de Homero, do *Dom Quixote* de Cervantes ou *d’A Divina Comédia* de Dante. De acordo com Bakhtin, “[...] rara é a obra que passa sem certas variantes do motivo da estrada, e muitas obras estão francamente construídas sobre o cronótopo da estrada, dos encontros e das aventuras que correm pelo caminho” (BAKHTIN, 1988: 223).

Em 1969, em ensaio intitulado “A viagem”, Benedito Nunes abordou o tema do espaço na obra de Guimarães Rosa. Nele, o autor explica que no caso do sertão rosiano, o espaço abre-se em viagem e nela ele se torna o mundo, em aprendizagem de vida. Sabendo que para Rosa o sertão é o mundo, é universal, pode ser todo e qualquer lugar, ele congrega o perto e o longe, “o que a vista alcança e o que só a imaginação pode ver” (NUNES, 1969: 174). Existir e viajar conjuga-se nas estórias do escritor, expedientes fundamentais para a formatação de seus personagens enquanto possibilidade de abertura ao espaço natural e ao próprio indivíduo; *viagem-travessia* que em maior parte dos casos dá-se para fora do espaço de origem. Todavia, numa convergência cíclica, travessia sempre para dentro do sertão, seja em sua condição de universalidade como espaço originário, seja para dentro do próprio homem, num movimento de autodescoberta. Afirmando a condição de conflito existencial e moral Marli Fantini assevera que “a viagem rosiana perde, dessa forma, os contornos de um mero deslocamento, de uma simples itinerância, para potencializar-se um sentido metafórico” (FANTINI, 1996: 161).

O sertão, o espaço põe lastro para as andanças por meio das quais os personagens se revelam. Praticamente todos assumem a viagem em algum sentido, sendo tudo viagem pelos Gerais, a exemplo da própria narrativa. Benedito Nunes, ainda em ensaio acima referido, deixa claro que a condição em si de sujeitos do campo, da vida rural dos personagens lhes condiciona a uma existência andarilha, assim como vemos ocorrer no conto “O burrinho pedrês”, do livro *Sagarana*, onde a qualidade de vaqueiros em que os personagens se encontram confere aos mesmos a imposição da viagem como cerne do trabalho: têm de viajar para levar o gado (Cf. NUNES, 1996: 253).

Se na ficção rosiana os sertanejos assumem a posição de “centauros” andantes, transpondo caminhos e fronteiras, fora da ficção, a viagem torna-se experiência de espaço do próprio escritor, servindo de anteparo para a construção dos tipos e paisagens do sertão. Com o intuito de observar e colher ao vivo elementos para suas estórias, Guimarães Rosa fez algumas viagens de documentação pelo interior do Brasil, não apenas pelo sertão de Minas,

mas também pelo Pantanal mato-grossense e sertão da Bahia entre 1947 e 52, sempre tomando nota em suas cadernetas inseparáveis. Sendo assim, a ficção produzida tem saldo com viagem, possibilitadora do contato com a terra, seus sons e odores. Fora esse contato com a terra, somado a afetividade primeira com o lugar sertão, que movera Guimarães Rosa em sua atividade literária.

Tanto *Corpo de Baile*, uma de suas principais obras, quanto *Sagarana*, seu livro de estreia, guardam certa intimidade com a experiência da viagem e suas notas. Sandra Guardini já havia chamado a atenção para a atitude de viajante incorporada por Rosa, evento fundamental para a construção do solo sertanejo que abrigou suas estórias.

[...] a famosa viagem pelos gerais em 1952 que, além de promover o reencontro de Rosa com o universo dos vaqueiros que havia se tornado familiar a ele quando criança graças às histórias de boiadeiros e jagunços que lhe narrava seu pajem Juca Bananeira, rendeu ao escritor as novelas do ciclo reunido e publicado com o título geral de *Corpo de Baile*. Enquanto *Sagarana*, desde sua primeira versão como *Sezão*, pronta já em 1937, se constituiu em grande parte de materiais organizados pelo trabalho da memória, a convivência com os homens do sertão que o conduziram em comitiva da Fazenda Sirga, de seu primo Chico Moreira, até Araçá pôs Rosa em contato direto com as tradições daquela comunidade rural, com suas quadras, cantos, danças, histórias, provérbios, que o autor soube, como poucos, incorporar ao tecido de suas narrativas (VASCONCELOS, 2008: 382).

Esse trânsito entre elementos culturais e mundividências de procedências diversas, bem como, a perspectiva do deslocamento que a viagem lhe confere garantiram ao escritor mineiro essa possibilidade de narrar nas fronteiras. Quem nos diz é Marli Fantini:

A viagem por muitas geografias, o convívio com diversas culturas, o conhecimento de várias línguas, são indubitáveis fatores a intervir no enfoque fronteiriço privilegiado na obra ficcional desse escritor, sobretudo no que diz respeito ao desdobramento da perspectiva frente às diferenças culturais (FANTINI, 2003: 122).

Este trânsito participativo e integrativo confere ao escritor mineiro a possibilidade de formatar um espaço novo, imaginado como possibilidade de congregar valores a princípio divergentes. Portanto, o espaço geo-simbólico pensado pelo escritor mineiro se propõe a enfrentar o problema das tensões e dualidades, característicos da formação cultural brasileira. Espaço que se abre a travessia do homem humano, “um espaço que todos nós atravessamos sem atravessar” (FINAZZI-AGRÒ, 2002: 126).

Mesmo em face das opções linguísticas e formais/estilísticas próprias ao poliglotismo do autor mineiro, os arcaísmos (vestígios verbais que atravessam a língua) e os neologismos (flexibilização dos protocolos linguísticos, das maneiras de dizer) neste modo singular de dramatização da fala popular, o alargamento das fronteiras, bem como, a mescla de referências culturais, permitem a travessia, o intercâmbio de uma margem a outra das culturas;

ou ainda se localizar numa margem terceira, espaço de tensão, distanciado do próprio lugar, ocupando outra margem.

Em Guimarães Rosa, o mundo do sertão não é visto de fora e de longe, tampouco, como objeto inanimado, como realidade fugaz e epidérmica. Ele é recriado e representado artisticamente como um complexo de relações sociais, de dramas humanos, de elementos do imaginário. A ação e a reação das personagens diante de situações criadas, cujos destinos e perspectivas inserem-se em realidades socialmente determinadas, abarcam componentes de universalidade, expressos em indivíduos singulares, vivenciando situações particulares. Nesse movimento de criação e representação, o sertão passa a ser o mundo. O sertão figura enquanto símbolo do universal em sua obra, porque ali os paradoxos da dúvida e (des)razão se enfrentam abertamente. Por isto mesmo é que o “Sertão é uma espera enorme”, um “espaço caótico... região/razão bastarda, para o qual não existem fronteiras certas” (FINAZZI-AGRÒ, 2002: 127).

Signo e síntese de diversidade geográfica, histórica, cultural e simbólica, o Sertão de Guimarães Rosa conjuga o real e se faz metáfora para expressar uma brasilidade que se costura lentamente em território nacional. Razão pela qual Custódia Sena (1998) considera este sertão menos uma coisa sobre a qual se pensa e mais uma coisa através da qual se pensa. Desse modo, o sertão pode admitir a condição de categoria de pensamento coletivo ou como nos informa Sena, recuperando o pensamento de Marcel Mauss, categoria *inconsciente do entendimento*:

Situadas no plano do inconsciente, essas categorias operariam como princípios-diretrizes do pensamento, viabilizando ou tornando possível esse próprio pensar. Presentes na linguagem, mas de forma não explícita, por representarem um excedente de significação potencialmente aplicável a uma gama variável de conteúdos simbólicos (SENA, 1998: 26).

Categorias como essas concorrem para o universal e o particular concomitantemente, na medida em que oferecem variadas possibilidades de abstração de ideias de um lado, ao passo que são circunscritas por pertencerem a uma cultura determinada de outro. Urde a possibilidade mesma do universal se exprimir via o específico-particular.

Para Wille Bolle, (2002), o sertão é uma forma de pensamento na medida em que possibilita a conversão de uma imagem que remete ao arcaico em uma imagem dialética ou histórica, dotada de teor político e histórico. Desse modo, é chegado o momento de proceder a algumas indicações sobre o trajeto da gestação da noção de sertão enquanto representação coletiva necessária para pensar o processo de constituição de nossa nacionalidade. Como – ou

seria melhor dizer por quais motivações? – o sertão aparece em nossas letras, bem como, que significações lhe são atribuídas?

II

Sertão talvez seja a categoria espacial mais discutida e debatida no imaginário social brasileiro. Reconhecido desde a chegada dos portugueses, após cinco séculos mantem-se presente no cotidiano e pensamento nacionais como categoria preta de significados. Espacialmente, como pensar o Nordeste sem remeter ao sertão? Seria esvaziar esta região de um de seus referenciais essenciais; como seriam pensadas as identidades em Minas Gérias, Goiás ou Mato Grosso subtraindo-lhes seus sertões? Seriam talvez mais ermos, esgotados de possibilidades.

Falar de sertões, como nos lembra Gilmar Arruda (2000), remete, entre outras coisas, a pensar os significados atribuídos a natureza na elaboração de identidades e memórias para a nação. Num país onde a organização social e política não desperta grandes louvores, onde os contrastes e conflitos sociais concorrem para desestabilizar e envergonhar, a natureza passa a funcionar como elemento distintivo da nação. Presta-se a representar a “essência” nacional. Inicialmente mobilizado como um “Outro”, espaço de alteridade para construção de um “Mesmo”, o sertão passa, nos séculos XIX e XX a constituir categoria primordial para afirmação de um Estado nacional.

Desde os primeiros contatos com os portugueses, os sertões povoam o imaginário social brasileiro, possibilitando a existência de uma quantidade expressiva de discursos e práticas que tentaram de diversas maneiras significá-lo. Aparece já no século XVI, nos relatos de cronistas e viajantes que aportaram no Brasil a fim de traçar descrições desta terra nova, bem como, no século seguinte, em razão das primeiras tentativas de escrever uma história do Brasil – a exemplo de frei Vicente do Salvador. Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século posterior – mais especificamente entre 1870 e 1940 –, *sertão* esteve presente em praticamente todas as elaborações historiográficas inclinadas a pensar a nação brasileira, constituindo categoria essencial nestes escritos. Até o final do século XIX, as características geográficas pouco remetiam a ideia de sertão, com exceção de significar terras interioranas⁶. Até então, mais do que espaço naturalizado, um significado aventando já o

⁶ A vinculação do termo sertão a uma realidade geográfica específica e já com valores modernos pode ser aferida na leitura de DEAN, 1997: 27.: “Ao norte do cerrado, e em alguns pontos até cruzando a fronteira cerrado-florestas, existe uma área de matagais espinhosos, a *caatinga* – floresta branca –, assim chamada porque suas arvores se defendem da seca prolongada do nordeste por meio da queda sazonal das folhas. Áridos, ressecados,

colocava no âmbito das representações sociais: naquele momento, o sertão era significado como espaço desconhecido, atraente e misterioso. A um só tempo, despertava o ímpeto do desbravamento, o sonho do enriquecimento rápido e fácil”, mas, contrariamente, “trazia o risco das forças destrutivas da natureza rebelada” (VAINFAS, 2000: 528-529).

Grafado e significado a partir da região litorânea, a este tempo já colonizada, sertão passa a remeter toda região que não estivesse compreendida pela extensão do litoral conhecido. Janaína Amado indicou algumas possibilidades para a origem do termo sertão:

Segundo alguns estudiosos (NUNES, 1784, p. 428), “sertão” ou “certão” seria corruptela de “desertão”; segundo outros (TELES, 1991), proviria do latim clássico *serere*, *sertanum* (trançado, entrelaçado, embrulhado), *desertum* (desertor, aquele que sai da fileira e da ordem) e *desertanum* (lugar desconhecido para onde foi o desertor). (AMADO, 1995: 147).

Janaína Amado ainda propõe que desde o século XII, ou mais precisamente desde o século XIV, a terminologia sertão estava identificada a regiões localizadas nos interiores de Portugal, porém, distantes do “centro”, Lisboa. Do século XV em diante, a utilidade do termo se amplia para abarcar os espaços vazios dos limites integrados ao império português a respeito dos quais pouco ou nada se sabia; para além de espaços vazios, incógnitos, insulados, apartados do centro irradiador. No domínio da constituição do Império Colonial Português, a concepção tradicional dos espaços interiores e/ou longínquos vem somar-se outra, relacionada diretamente à atuação da administração colonial portuguesa: eram terras “sem fé, lei ou rei”, áreas extensas afastadas do litoral, de natureza indomada, habitadas por índios “selvagens” e animais bravios, sobre os quais as autoridades portuguesas, legais ou religiosas, detinham pouca informação e controle insuficiente” (AMADO, 1995: 148). Em Portugal, no ritmo em que o império colonial foi se desagregando, a noção de sertão se generaliza, assumindo, em termos semânticos, identificação com a ideia de “interior”; no Brasil, assim como em outras colônias portuguesas, o conteúdo político do termo acabou se mantendo inalterado.

Sertão visto unicamente do ponto de vista geográfico, como área para além do litoral colonizado, ermo e desconhecido. Portanto, espaço fora das garras do Estado legalista, sendo dessa forma apartado da ordem. No entanto, Walnice Nogueira Galvão projeta outra perspectiva para a origem da palavra, amparada em estudo de Gustavo Barroso (1983). Neste estudo, a ideia de que sertão seria corruptela de *desertão* é afastada:

Num paciente trabalho de erudição, Gustavo Barroso percorre os principais dicionários e autores clássicos portugueses e brasileiros, chegando a algumas

conclusões. Que, por exemplo, a palavra já era usada na África e até mesmo em Portugal. Ainda mais, que nada tinha a ver com a noção de deserto (aridez, secura, esterilidade) mas sim com a de “interior”, de distante da costa: por isso, o sertão pode até ser formado por florestas, contanto que sejam afastadas do mar. [...] O vocábulo se escrevia mais freqüentemente com c (*certam e certão* [...]) do que com s. E vai encontrar a etimologia correta no *Dicionário da língua bunda de Angola*, de frei Bernardo Maria de Carnecatim (1804), onde o verbete *muceltão*, bem como sua corruptela *certão*, é dado como *locus mediterraneus*, isto é, um lugar que fica no centro ou no meio das terras. Ainda mais, na língua original era sinônimo de “mato”, sentido correntemente usado na África Portuguesa, só depois ampliando-se para “mato longe da costa”. Os portugueses levaram-na para sua pátria e logo trouxeram-na para o Brasil, onde teve longa vida, aplicação e destino literário. (GALVÃO, 2001: 16).

A partir desta citação podemos encadear a discussão sobre a relação do homem com a natureza, não necessariamente árida, mas associada a ideia de sertão como espaço inculto – no sentido de não colonizado, portanto, sem cultura –, distante da costa. Walnice Galvão coloca a noção de sertão como espaço interior, independente de sua condição de aridez ou esterilidade, pois, podendo contemplar espaços de floresta.

Deste modo, enquanto o território brasileiro se formatava no pensamento social, a natureza e a cultura do sertão se confundem, preenchendo o imaginário social como o espaço do desconhecido, do estranho. O que se tem aqui nos conduz a primeira formulação básica constituinte do sertão brasileiro, a oposição litoral\sertão. Visto de longe, do litoral, o sertão igualmente assume esta distância, lugar que está alhures, esse outro caracterizado por um *lá, mais além, acolá*; ou seja, o sertão é o lugar do outro. Notadamente por ser visualizada do mar, do meio das águas, a conotação atribuída a este espaço interiorano se associa sempre a deserto, área rarefeita de contingente humano, de natureza rude consumindo todo território. Um enigma para o desbravamento, o sertão torna-se fronteira passível de conquista. Quem nos diz ainda sobre este aspecto de fronteira a ser tomada é Frei Vicente do Salvador, já evidenciando um pouco deste sentido que tomará a noção de sertão:

Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar, como caranguejos. (*Apud* VICENTINI, 1998: 46)

O colonizador impõe seus significados ao passo que se impõe politicamente; ao conquistar, domina a totalidade, pelo menos enquanto território descoberto. Desse modo, quem passa a enxergar o todo, do litoral, domina pela proporção de conhecimento, cultura. O sertão se estrutura seguindo essa lógica da colonização, tanto no campo do pensamento social quanto no da literatura. Prevalece continuamente a lógica do colonizador, civilizado e letrado, que enxerga o outro – sertão – como o desconhecido, rude, iletrado e avesso as leis. Neste

ponto, a localização do enunciante fora de fundamental importância para a constituição da ideia de sertão. O litoral abrigara toda a empresa colonial portuguesa, concentrando neste local os seus núcleos administrativos, econômicos e urbanos, de modo que a ideia de sertão fora pensada deste ponto, à distância, pelo menos até o século XVIII.

Janaína Amado nos adverte a respeito das possibilidades de significação dos espaços denominados sertões na época colonial, a partir não só do olhar do colonizador, como também, segundo o ponto de vista de quem os vivenciava independentemente de sua localização social:

Se para um habitante de Lisboa, o Brasil todo era um grande sertão, para o habitante do Rio de Janeiro, no século XVI, ele começava logo além dos limites da cidade (por exemplo, na atual Nova Iguaçu), no obscuro desconhecido espaço dos indígenas, feras e espíritos indomáveis; para o bandeirante paulista do século XVI ou XVII, o sertão eram os atuais Minas, Mato Grosso e Goiás, interiores perigosos, mas dourados, fontes de mortandades e riquezas, lócus do desejo; para os governantes lusos dessas mesmas capitanias, entretanto, o sertão era o exílio a que haviam sido temporariamente relegados, em seus tão bons serviços prestados à Coroa [...] sertão, necessariamente foi apropriado por alguns habitantes do Brasil colonial de modo diametralmente oposto. Para alguns degredados, para os homiziados, para muitos perseguidos pela justiça real e pela Inquisição, para os escravos fugidos, para os índios perseguidos, para os vários miseráveis e leprosos, para, enfim os expulsos da sociedade colonial, “sertão” representava liberdade e esperança; liberdade em relação a uma sociedade que os oprimia, esperança de outra vida, melhor, mais feliz. [...] Inferno ou paraíso, tudo dependeria do lugar de quem falava. (AMADO, 1995: 150).

Para os colonizadores, instituintes da primeira visada para os interiores do território nacional, como também, aqueles que lhes sucederia nos mandos e desmandos da futura nação, o lugar sertão assume, indubitavelmente, a condição de espaço do outro, elemento ignoto e recusada deles mesmos.

Em princípios do século XIX, o olhar ilustrado de estrangeiros viajantes, especialmente cientistas e cronistas, responsabilizou-se por engendrar uma percepção nada positiva do espaço sertanejo. Amparando-se numa suposta imagem de imparcialidade e objetividade científica, esses viajantes pintaram um quadro negativo da realidade humana e natural do sertão que será recuperado por análises posteriores sobre este espaço. No final da década de 1820, os naturalistas austríacos Spix & Martius asseveraram que o sertão era “um mal afanado território”, habitado pelo pior tipo de gente, sem escrúpulos e selvagem. “Saint-Hilaire pela mesma época, qualifica o sertanejo de indolente, indigente, preguiçoso, ignorante e supersticioso, reforçando ainda mais a identificação do sertão com os padrões não civilizados de vida” (SAINT-HILAIRE, 1938 *Apud* OLIVEIRA, 2000: 39). Esse discurso pejorativo dos viajantes se irmana essencialmente com os ideais iluministas de civilização e

progresso. De tal modo, o sertanejo passa a caracterizar o avesso da imagem promovida pela filosofia das luzes, pouco absorvendo em termos de civilização.

Tudo o que precede prova que os sertanejos não mais cometem grandes crimes, e que, enervando-os, o calor do clima abrandou seus costumes, pouco realmente ganharam quanto à civilização. A prostração que sucede à agitação febril não significa saúde. O povo do deserto é atualmente bom, hospitaleiro, caridoso, pacífico, mas essas virtudes são apenas o resultado de seu temperamento e deixa-se levar por ele sem esforço e como que por instinto. Estranhos às idéias elevadas e combinações generosas, quase que completamente estranhos, mesmo, ao exercício das faculdades intelectuais, os sertanejos levam uma existência animal e não saem de sua apatia senão para entregar-se às voluptuosidades mais grosseiras (SAINT-HILAIRE, *Apud* SILVA, 2006: 445).

Os relatos dos viajantes guardam este afastamento do espaço sertanejo, constituído como contraponto ao espaço privilegiado da civilização que é a cidade ou num sentido etnocêntrico, a Europa. A proximidade com uma natureza indócil não permitia a esses elementos humanos alcançar estágios de civilização desejáveis; o que lhes resta é o espectro de uma natureza grosseira, de contornos primitivos. O não branco (índio, negro, mestiços) constitui no fim, um semicivilizado, devido à áspera natureza do sertão. Inteligência, moral, costumes polidos, delicadeza, religião, apreço ao trabalho são caracteres alheios ao sertanejo. Destarte, o que salvaria os sertanejos da degradação social seria a mestiçagem com o elemento branco – de ascendência europeia –, podendo a partir daí almejavam alguma possibilidade de civilização. Em todo caso, os mestiços são afetados também pela natureza rude: o clima do sertão é um algoz para o homem sertanejo (concepção comum no século XIX, de que os climas determinam a constituição psicológica e moral dos indivíduos).

Podemos, por exemplo, constatar a força desta ideia gestada por uma parcela dos viajantes naturalistas no século XIX no século imediatamente posterior, tendo ressonâncias no pensamento de um intelectual como Nelson Werneck Sodré. Aqui, Sodré afirmará uma concepção essencialista de sertão, tributária do imaginário construído pelos naturalistas, onde a própria humanização constitui evento deficitário em razão da presença de uma natureza agressiva, absorvente e diluidora das condições de vida.

Sobre o sertão paira a força impulsiva e bruta da natureza. Correndo chapadões e planícies baixas [...] o homem encontra apenas as forças obscuras que se abrigam na amplidão. Sente-se diminuído por elas, apesar de suas grandes reservas de energia. O meio físico, com o qual não comunga, aniquila-o, impõe uma supremacia tremenda. A própria fulguração da paisagem traz todos os sinais de divórcio absoluto. [...] Nas caminhadas solitárias, ou tocando as monótonas pontas de gado [...] o homem compreende, obscuramente e primariamente, a força poderosa, tirânica, dominadora do sertão (WERNECK SODRÉ, 1941: 132).

Dessas condições subsiste a dificuldade de estabelecimento de uma cultura, ou mesmo, um trabalho que altere o substrato natural que se lhe apresenta. Segundo Werneck Sodré, tem-se uma sociedade de atitudes primitivas, visto que não se põem a alterar as condições previamente dadas pela natureza. Uma cultura, portanto, que em face da agressividade natural “ajustam suas necessidades ao meio encontrado, sem tomar o novo espaço como patrimônio a ser transformado, melhorado e defendido” (VIDAL E SOUZA, 1997: 67-8).

A rude natureza sertaneja se converte, no discurso de alguns importantes viajantes naturalistas, especialmente nos supracitados Spix, Martius e Saint-Hilaire, como entrave a civilização, a possibilidade de povoamento e progresso. Não só um espaço vazio, desumanizado, mas dotado de uma natureza agressiva. Spix e Martius sugerem esta condição desagregadora do meio nos “filhos do sertão”:

A 12 de julho, avistamos à nossa frente uma parte da serra de Bento Soares, e, ao anoitecer, chegamos ao arraial de formigas situado numa vargem ao pé desta serra baixa. Os habitantes deste pequeno povoado, constituído de algumas filas de cabanas baixas, todas de barro, são, como os filhos do sertão, mal afamados como brigões e por seu banditismo (Spix e Martius, 1975 *Apud* OLIVEIRA, 2000: 445).

Já em Saint-Hilaire, destoando um pouco de Spix e Martius, apesar do clima abrandar seus instintos de violência, tornando-os um povo hospitaleiro e pacífico, “pouco realmente ganharam em civilização”. Se o temperamento indolente do sertanejo é visto, em última análise, como determinado pela natureza, seu déficit civilizacional deve-se em parte pela ação opressiva do sistema colonial português. Segundo Marinalva Vilar de Lima, Saint-Hilaire acusa os colonizadores portugueses de não terem tido a “capacidade de bem ‘civilizar’ este mundo conservado em plena naturalidade” (LIMA, 2005: 04). O naturalista advertia que os portugueses, quando do processo de dominação das populações ameríndias, traziam já consigo uma série de vícios provenientes da experiência histórica tida em Portugal. De modo que, se o grau de civilização era ínfimo ou inexistente, se devia ao jeito como os colonizadores conduziram a dominação destas populações.

Segundo o que nos apontam as intervenções do naturalista francês, se há possibilidade de civilização para estas populações interioranas, esta se daria mediante a intervenção de uma civilização superior, sem a qual o sertão permaneceria na condição de “civilização natural”, isto é, dominada por uma natureza sempre mais forte; por outro lado, o agenciamento civilizador do homem, do homem branco, viabiliza a constituição de uma natureza civilizada. Esta ambiguidade parece, a nosso ver, ser estrutural nas narrativas que costuram o campo simbólico percebido como “Sertão”.

Os pares de opostos são tônica dominante no do discurso estrangeiro sobre as áreas insulares da nação: branco/não branco; civilizado/incivilizado; sertão/cidade. Essas categorias, especialmente aquela relacionada à cor, são determinantes na constituição simbólica do sertão, na atribuição da concepção de vazio civilizacional em face da vastidão de indolência, violência, preguiça e ausência de moral. O que fatalmente concorreria para salvar esta região seria a interferência enrijecedora do homem branco.

Nesse sentido, se o colonizador estabelece os interiores do território como o outro, visto a partir do litoral, a corte imperial adota o discurso da urbanidade como símbolo da civilização e da ordem; o sertão, o interior, figura como atraso e ignorância: o mundo rural.

Distante já no tempo, do período colonial, próximo dos momentos finais do império, podemos verificar a recorrência desta perspectiva em Euclides da Cunha N'Os sertões, talvez exemplo máximo desta dicotomia assumida entre litoral e sertão. Muito embora caracterize o sertanejo como a *rocha viva da nacionalidade*, defendendo-o, Euclides concretiza o modelo dual com o qual se passou a representar imagetivamente o sertão. Oscilando entre uma visão romântica do espaço sertanejo, abrigo daquele que seria símbolo da brasilidade, e outra que guardava uma grande desconfiança em relação à degeneração racial da qual era acusado o sertanejo. Destarte o discurso de Euclides projete o espaço sertão como *locus* da brasilidade, instaura a distância. Os tempos sociais em que estão sertão e litoral são diversos, cabendo à civilização urbana sincroniza-los, trazendo para o “nosso tempo” – da cidade\litoral – *aqueles rudes compatriotas retardatários*.

A racionalidade euclidiana – filha dileta do evolucionismo e do positivismo –, embora conferindo ao sertanejo o sumo da brasilidade por julgá-lo ainda não contaminado pelos estrangeirismos que já tomara conta do espaço urbano, legara a este, dado a natureza inóspita que o cercava, a condição de semibárbaro. Conclui-se que, para Euclides, o sertanejo, conquanto forte fisicamente, era carente de moral e força psíquica. Logo na Nota Preliminar, quando escreve que “A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável força motriz da história que Gumplowicz, maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes” (CUNHA, 1975: 13); se faz notar aqui a confiança irrestrita no progresso, na civilização e na ciência do século XIX. O fragmento recortado proclama uma perspectiva fundamentalmente teleológica, essencial para uma retórica que visa conduzir o raciocínio do leitor ao projeto civilizador inevitável: “Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos” (CUNHA, 2002 *Apud* LIMA, 2011: 03). Contudo, a paisagem sertaneja projetada em *Os Sertões* tonifica a condição de incerteza quanto ao futuro do homem naquelas paragens. Vejamos:

Ajusta-se sobre os sertões o cautério das secas; esterilizam-se os ares urentes; empedra-se o chão, gretando, recrestado; ruge o Nordeste nos ermos; e, como um cilício dilacerador, a caatinga estende sobre a terra as ramagens de espinhos ... (CUNHA, 1975: 40)

A projeção da paisagem no sertão imaginado por Euclides cria o efeito de completa lentidão e imobilidade temporal; recurso que se presta à denúncia do descaso da nação por aqueles “rudes patricios”, entregues as intempéries climáticas que os afastam paulatinamente de qualquer chance de civilização. Disso “resultaria por em prática projetos que viabilizassem prevenir-se para evitar as intempéries periódicas do clima que inviabilizam o nascimento e manutenção de uma sociedade civilizada” (LIMA, 2011: 03). Portanto, “Euclides defende o sertanejo, sim, mas fala por ele, explica-o, interpreta-o e a sua terra e a sua luta por parâmetros seus, de homem da cidade, do litoral, do mar, homem da ciência, ex-militar e jornalista. Fala com autoridade, em tom ensaístico, ensinando” (VICENTINI, 1998: 46).

Assim como acontece com Euclides da Cunha, ao resumir, metaforicamente, no título *Os sertões*, sua leitura do sertanejo, Guimarães Rosa lança mão do termo “grande sertões”, no intuito de capturar no campo narrativo a dimensão múltipla desse espaço sociocultural e existencial em toda sua complexidade; se Euclides sacraliza o sertão como espaço inequívoco de construção da identidade nacional, denunciando o abandono e propondo alternativas, Rosa vai mais além da denúncia e crítica social. O sertão rosiano é feito totalidade narrativa e existencial, prolongando-se no íntimo do homem, de modo que, ultrapassando a análise do drama social do interior do país levado a termo pelo romance regional de 1930, eleva o sertão à condição de universalidade criativa, alterando a perspectiva com que se aborda o sertão e seu homem.

Destarte, há que se marcar a importância decisiva que tem na literatura brasileira um narrador como Riobaldo. Até então, o sertão e seu homem eram capturados por vozes alheias, ou mais precisamente, só conseguia abrir espaço no meio literário como concessão do literato cidadão, como que agarrando em sua mão para lhe dizer todos os caminhos. Culto e letrado, o narrador urbano detém todas as ações narrativas. Considerando o recurso narrativo adotado em *Grande Sertão: veredas*, que dispõe lado a lado, num estranho diálogo sem interlocução, a soberana doutoração de um interlocutor silenciado (proveniente do espaço urbano) e a inteligência mística de um ex-jagunço, Guimarães Rosa reinventa um país contrastante na figura de um homem⁷; não reproduz sua voz, antes, lhe oferece a palavra, faz com que o

⁷ Riobaldo se converte na narrativa rosiana em alegoria de uma realidade contraditória, desejosa de harmonizar os contrários. Não no sentido do moderno/progresso sufocar o atraso/tradicional ou este a aquele, mas antes, que se permitam conviver, aceitando-se reciprocamente. Por isso, Guimarães Rosa afirma em entrevista à Günter Lorenz que “Riobaldo é o sertão feito homem. [...] melhor, é apenas o Brasil” (LORENZ, 1983: 95-96).

sertanejo domine a própria voz. O interlocutor urbano, silenciado, não passa de um doutor da cidade escutando a narrativa de um sertanejo. Guimarães Rosa, agindo em instância transculturadora, mergulha nas falas e valores do povo, fazendo saltar aos olhos o que talvez se quisesse relegar ao esquecimento. “João Guimarães Rosa transpôs o fosso entre a voz do narrador culto e a voz do personagem iletrado ou semi-iletrado e, por meio do uso frequente do discurso indireto livre, elidiu as distâncias, misturando pontos de vista e colocando em contato duas esferas diversas de experiência” (VASCONCELOS, 2008: 383).

Oportunamente voltaremos a tratar destas duas utopias: a de Euclides, romântica, em vistas de conciliar tempos históricos e sociais distintos; e a de Rosa, postura de equilibrar contrários em meio a um país que se costura lentamente.

De forma simplificada, a construção da categoria de “sertão”, segundo a historiadora Nísia Trindade Lima foi elaborada durante o processo colonial em oposição à categoria de “litoral”, a primeira expressa um espaço desconhecido, inacessível, incivilizado enquanto a segunda categoria remete a um espaço conhecido e civilizado, onde foram fundados os primeiros aglomerados urbanos. Existindo assim dois Brasis: o Brasil do litoral representa o país moderno, urbano em contraposição ao sertão atrasado, de uma ruralidade profunda (Cf. LIMA, 1999). Acompanhando os sentidos destacados pela socióloga, as representações elaboradas para o sertão pela literatura inicialmente, depois pelo pensamento social, foram historicamente marcadas pela dualidade rural-urbano; tendência que se afirma a partir do século XX em razão do *prelúdio republicano*, progressista, empenhado num projeto de autoafirmação de uma cultura brasileira em expansão. Dualidade transferida das representações espaciais para as pessoais, na medida em que o sertanejo e sua cultura passam a ser referenciados segundo o que haja de exótico aos olhos do homem urbano.

Portanto, as características atribuídas à geografia e à cultura do sertão estiveram profundamente marcadas por antagonismos, definidores de estereótipos que fizeram e fazem o rural na sociedade brasileira: “ao mesmo tempo em que é apresentado como lugar inóspito, onde a vida é difícil porque se trata de terra pouco povoada [...], o sertão é habitado por gente brava e desmedida: o heroico sertanejo” (GUILLEN, 2002: 08). Ancoradas em antagonismo, estas representações permitem pensar o sertão numa existência para além do sentido físico-geográfico, considerando seus elementos simbólicos. De tal modo, o sertão é significado a partir de sua oposição à urbanidade da cidade:

A cidade é moderna, progressiva, representante de valores novos na qual a atividade política se desenvolve segundo os padrões da moderna democracia, usa-se a razão para convencer, há livre expressão e liberdade de opção. É o lugar da vivência e da atuação de cidadãos livres e conscientes. O sertão é arcaico, o lugar da ação do

clientelismo político, dos coronéis, do populismo, da violência de onde não há possibilidade de ação política de cidadãos livres e conscientes. (ARRUDA, 2000:13)

Gilmar Arruda (2000), ao pensar sobre o processo de reconhecimento e significação da memória do sertão o relaciona com o ideal modernizador da recém-nascida República nacional e suas elites, desejosas de enquadrar o Brasil nos termos das nações europeias. Daí o estranhamento com um espaço até então elaborado por folclorizações, remetido a um passado arcaico-colonial. A partir deste espectro, o sertão – ou o lado do Brasil que causava desconforto – será caracterizado enquanto os avessos da progressividade urbana: “como um espaço selvagem, bárbaro, inóspito, e seus moradores como rotineiros incivilizados, bárbaros ou mesmo selvagens” (ARRUDA, 2000: 167).

O sertão necessário? Resposta positiva no sentido de que a modernização almejada para a nação definia-se por um projeto que incluía a dominação da natureza, portanto, também seu correlato, os sertões ermos e atrasados. Desse modo, cabe à afirmativa: o moderno constrói-se sobre seu avesso; no Brasil, além da oposição entre arcaico-moderno, ocorre uma *simbiose*, uma unidade de contrários, em que o chamado moderno cresce e se alimenta da existência do atrasado⁸. Superar o mundo rural dos sertões, rude, de paisagem inóspita significa avançar no cenário da civilização, afastando o estigma da herança colonial.

III

O “Brasil”⁹ queria reivindicar seu lugar no teatro da civilização, queria partilhar da atmosfera de modernidade e de progresso que estavam sendo gerados pela expansão do sistema capitalista, e incluir o país na configuração da nova ordem mundial. Portanto, o século

⁸ Quando do advento da nossa tardia industrialização apoiada pelo Estado, a substituição das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas não exigiu rupturas como no modelo clássico da revolução burguesa, pois o nosso capital industrial se formou a partir do capital cafeeiro, estando em continuidade com nossas seculares estruturas agrárias. Não é casualmente que na região do café se encontra a maior parte da indústria nascente, sendo nela que o desenvolvimento das relações capitalistas se dá mais aceleradamente. Ora, o advento do café já tinha produzido o efeito de reforçar a estrutura tradicional da economia brasileira, voltada inteiramente para a produção intensiva de uns poucos gêneros destinado à exportação, perpetuando a grande propriedade mono cultural que utiliza o trabalho compulsório e levando-nos a ser o último país a abolir a escravidão. É nesta ascensão da acumulação capitalista que não requer a destruição completa das relações não-capitalistas, perpetuando-as, que reside a especificidade do desenvolvimento capitalista brasileiro (Cf. LISBOA, 1988: 123).

⁹ Cabe deixar claro neste momento que o uso de *Brasil* para falar de um projeto modernizador se faz de modo genérico, não havendo a intenção de indicar uma homogeneidade nacional quanto à aceitação das benesses do modelo de modernização importado; todavia, as políticas de governo estarão orientadas para este fim, já que amparadas na defesa dos interesses de uma emergente elite urbano-industrial. A defesa de um projeto modernizador será assumida por uma parcela significativa da intelectualidade brasileira. Em todo caso, há grupos de defesa da tradição, tanto no campo político quanto no âmbito da intelectualidade.

XIX é marcado por novas perspectivas ideológicas e políticas trazidas no bojo da Segunda Revolução Industrial, reconhecida como a vitória da ciência sobre o obscurantismo, é o século das luzes, do capital industrial. “Desaparecem as nuvens, e quem lidera a cena, para sempre, é progresso e a civilização (...)” (COSTA; SCHWARZ, 2000: 09). O império brasileiro assentado sobre um sistema escravocrata, que levava à conformação de uma sociedade patriarcal, marcada pelas relações de ordem pessoal, violenta e na qual vigorava um profundo preconceito em relação ao trabalho braçal, via-se ameaçado em meio a este ambiente conturbado, onde civilização e modernidade convertiam-se em palavras de ordem. Então vejamos o que nos propõe Murari:

Na segunda metade do século XIX, o crescimento econômico do mundo capitalista adquiriu uma intensidade até então inédita, sob o impulso da expansão da atividade industrial nos Estados Unidos e nos principais países europeus, e das recentes inovações tecnológicas nos setores de transporte e de comunicação, que possibilitaram a incorporação de novos espaços à dinâmica do capitalismo e a aceleração do ritmo das trocas, com correspondente ampliação dos mercados para a economia industrial em ascensão, de forma a integrar todo o planeta, progressivamente, ao sistema capitalista. A extensão das linhas de estradas de ferro, a ampliação da rede de cabos telegráficos, a urbanização crescente, e a migração em escala inédita faziam parte deste conjunto de transformações definidas por uma palavra chave: o progresso – por vezes indistinto de um termo correlato de sentido fundamentalmente cultural, a *civilização*¹⁰ (MURARI, 2002: 14).

A intensificação dos contatos e das trocas internacionais promovidas pela instauração do regime republicano acelerou as transformações no país, traziam da Europa novas ideias para aplicar no país, bem como um sentimento de que o Brasil poderia melhorar se seguisse exemplos de países vencedores. Conforme indica Luciana Murari (2002), este sentimento da emergente elite urbana brasileira nas primeiras décadas do século XX revela a ingerência cultural que as modernas civilizações europeias praticavam sobre as sociedades comumente aceitas como periféricas ao sistema capitalista mundial, cujas elites manifestavam ardente entusiasmo pelo triunfo tecnológico, científico e cultural da modernidade a que ansiava ser incorporadas; o país queria se modernizar, mas permanecia olhando para o estrangeiro como algo a ser copiado. Não apenas inserir o país na civilização era a intenção da elite dominante,

¹⁰ O próprio conceito de civilização transmuta-se, convertendo seu valor de ação em um estado que “carregado de sagrado demoniza seu antônimo. A palavra civilização, se já não designa um fato submetido ao julgamento, mas um valor incontestável entra no arsenal verbal do louvor ou da acusação. Não se trata mais de avaliar os defeitos ou os méritos de civilização. Ela própria se torna o critério por excelência: julgar-se-á em nome da civilização. É preciso tomar seu partido, adotar sua causa. Ela se torna (o critério por excelência) motivo de exaltação para todos aqueles que respondem ao seu apelo; ou, inversamente, fundamenta uma condenação; tudo que não é civilização, tudo que lhe resiste, tudo que a ameaça, fará figura de monstro ou de mal absoluto” (STAROBINSKI, J., 2001: 32).

mas também definir uma identidade nacional, como alerta ORTIZ (1994: 182): “devemos entender a questão da identidade nacional na sua alteridade com o exterior”.

No rastro da assertiva de Ortiz, o esforço de transferência de regime político – do Império à República – será acompanhado do já referido esforço de acertar o passo com as nações europeias e os EUA. Em razão deste desejo de atualizar o Brasil, faz-se urgente garantir feição homogênea ao Estado Nacional, o que mobiliza a inteligência nacional no sentido de repensar os caracteres formadores da nação. Entre estes caracteres, a demanda territorial assume central importância. Definir o território da nação, mapeando-o e identificando-o, converte-se em expediente necessário para construção da “identidade nacional”. Processo iniciado ainda no Império, mais especificamente em 1870, marco inaugural da modernização no país, a necessidade de organização/integração do espaço nacional significava expandir a capacidade administrativa do Estado às regiões interioranas da nação, visando com isto garantir o controle político do território nacional, ordenando-o segundo os moldes civilizatórios europeus. O problema agora posto, a saber, da integridade do território nacional, mobilizará conjuntamente *os donos do poder* no sentido do reconhecimento de toda extensão do espaço nacional, o que eventualmente corresponderá a transformações nos significados atribuídos ao “sertão”. Abre-se a perspectiva de captar a nação em toda sua multiplicidade, mapeando e identificando seus tipos e espaço naturais; posto isso, segue-se o debate sobre como ou o que fazer com os habitantes das áreas insulares da nação, os interiores e seus moradores. Repensar o espaço, (re)apresentar o espaço para novos tempos, de industrialização e urbanização, principalmente em se tratando de São Paulo e Rio de Janeiro. Portanto, a urbanidade se impunha como nova realidade de abstração do espaço brasileiro, tornando-se a vida urbana modelo de comparação entre aquilo que era posto como civilizado e o outro termo da polaridade, “o incivilizado”¹¹. “Foi a partir desta nova realidade, a cultura urbana, que o outro termo, ou mesmo outro espaço, que representava a maioria do território do país, foi repensado” (ARRUDA, 2000: 20).

¹¹ De acordo com WILLIAMS (1989: 369), “A nova cidade, quando surgir, será um mundo novo, dirigido por uma nova espécie de ciência”. Essa espécie de ciência urbana surge, preocupada em sanear os espaços urbanos segundo métodos científicos, tendo em vista a preocupação em transformar as cidades em ambientes pautados por certa ordenação; segundo premissas do capitalismo e da industrialização, as sociedades rurais também devem ser convertidos em espaços higiênicos e civilizados, espaços modernos, controlados. Especificamente, seguindo SEVCENKO (1995: 30), “a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense”.

À Proclamada República corresponderia outra proclamação. Desta feita, a proclamação do desconhecimento dos sertões, parente distante e avulso, mas de grande valia para os projetos de nacionalidade, uma vez que, as áreas insulares converter-se-iam em polos de uma autenticidade nacional, protegidas do cosmopolitismo litorâneo. Decorre disso que a simples dicotomia entre litoral e sertão será alterada quando da passagem do século, impulsionado pela necessidade de constituição e afirmação do Estado Nacional. Se no século XIX, a natureza era o estereotipo comumente atribuído ao Brasil, ou seja, a visão pátria se vertia numa visão de sua exuberância natural ou na aridez de seus espaços vazios, já no século XX, a percepção se altera, adquirindo outro elemento. Repensada pelo espaço urbano na “figura” de uma intelectualidade identificada com as matrizes europeias de pensamento, a natureza – leia-se a propósito deste trabalho, sertão – será percebida através da ótica do progresso. Candice Vidal e Souza reitera esta posição ao pensá-la nos seguintes termos:

A dimensão propositiva dos relatos sobre o Brasil se distancia da admiração exotizante do olhar que vê nos trópicos brasileiros apenas *natureza exuberante*. A literatura social tematiza o espaço vasto – o deserto –, a imensidão do território nacional como problema e destino coletivo. Nada parecido com o escritor diletante, extasiado ante o maravilhoso da natureza, ou com o cientista naturalista coletor de preciosidades animais, vegetais e humanas, que pelo Brasil viajam, escrevem relatos e retornam às terras longínquas de onde partiram. Aqui, na escrita de crítica social, temos um viajante preocupado, que se porta como um enviado encarregado de relatórios sobre as possibilidades de resolução dos impasses nacionais. (VIDAL E SOUZA, 1997: 38)

O referente-guia neste ponto é a ideia de fronteira. O sertão, ou o espaço vasto desconhecido – como vereda a ser transposta, grafado e integrado a uma comunidade nacional chamada Brasil. A concepção de fronteira indica o deslocamento espacial e a progressiva expansão do núcleo inicial de algum padrão cultural ou civilizacional. No caso, a civilização urbana percebia o sertão como fronteira a integrar, mapear e diluir num todo nacional. Dito de outro modo, a noção de fronteira enfatiza a projeção da nação sobre o espaço, nomeando, caracterizando e constituindo identificações. Destarte, o espaço demarcado ou pensado não o é puramente segundo caracteres naturais, antes, dizem respeito a representações simbólicas; constituem-se em espaços onde são projetados valores e caracteres forjados para legitimar concepções ideológicas ou posições culturais¹².

¹² Como observou Murari, nos países à margem do capitalismo ocidental, o afã pela posse da terra originou duas ordens de raciocínio: “A primeira é a consciência da fragilidade da condição dos territórios desérticos, de fronteiras instáveis, o que criava o imperativo de estender a institucionalidade nacional sobre o conjunto do território, cuja integridade cabia defender a partir de sua ocupação efetiva – daí emerge a noção de colonização que definiu muito do discurso da época. Ao mesmo tempo, ensejava-se a incorporação da totalidade do território pela cultura, pelo imaginário brasileiro que encontraria as fontes de sua identidade justamente nesses territórios ainda não tocados pela mão destrutiva do progresso sobre a tradição” (MURARI, 2002: 50).

A representação do sertão no pensamento social brasileiro atende, portanto, a esta demanda de “construção do chão que recebe o povo brasileiro, a reflexão caracterizante do quinhão de terras reconhecido como Brasil” (VIDAL E SOUZA, 1997: 36). A nacionalidade – concebida como uma totalidade homogênea, uma comunidade de valores – é deste modo, uma ausência, um a priori futurista, idealizada num espaço pouco definido a tornar-se fronteira.

Tratando do significado de fronteira para formação da nacionalidade nos Estados Unidos, Nísia Trindade Lima reporta-se à obra historiográfica de Frederick Jack Turner, destacando o quanto teria sido fundamental o movimento de fronteira para a constituição do caráter democrático da sociedade americana. Segundo o autor, o constante deslocamento no território americano garantia menor fixidez, bem como, evitava que se formassem localismos, promovendo maior autonomia em relação à metrópole inglesa; de outro modo, constituía garantia igualmente de um povoamento horizontal do território americano. É possível estabelecer similitude entre a experiência de fronteira na história dos Estados Unidos e a representação dos sertões no pensamento social brasileiro, no sentido de que, tanto aqui como lá, o espaço geográfico a integrar a nação apresenta-se em contornos poucos definidos, sendo-lhe, de todo modo, atribuído à condição de espaço a abrigar o mais típico da nacionalidade (Cf. LIMA, 1999: 41-42).

Porém, nem todos os autores aceitaram de imediato esta definição de fronteira para pensar o povoamento e integração territorial no Brasil. Ainda segundo Nísia Trindade Lima, as experiências brasileira e americana guardam relevante diferença. Enquanto que nos Estados Unidos o movimento de fronteira conduzia a consolidação plena do tipo de núcleo de organização puritana, oferecendo possibilidade para o deslocamento populacional e para mobilidade social desse núcleo; no caso brasileiro, fronteira implicou, em grande parte, a simbiose de paisagens, pessoas e culturas (Cf. LIMA, 1999: 43). Em grande medida, a literatura de interpretação do Brasil confirma essas diferenças e afirma a heterogeneidade do território nacional quanto a seus espaços culturais e sociais. A constatação de que o território nacional é composto por regiões distintas aparece nos escritos, decorrendo disso, a percepção da descontinuidade espacial, bem com a noção de que a própria nação se apresenta em desequilíbrio. “O escritor, então, coloca-se como guia em missão de percorrer os diversos cenários do Brasil para elaborar explicações sobre a disjunção entre os elementos regionais do mapa nacional” (VIDAL E SOUZA, 1997: 36). A compreensão dos descompassos espaciais do Brasil conduz a percepção da falta, do desconhecido que inviabiliza a constituição nacional, uno quanto a seus estágios de desenvolvimento. De modo que, a possibilidade de construção

de uma comunidade nacional passa pela dissolução de diferenças, conseqüentemente, pela expansão da fronteira civilizada. Em se tratando do imaginário relativo à fronteira, as representações sobre o sertão são concebidas como operadores de raciocínio, falas que organizam a noção de nacionalidade.

À margem das narrativas hegemônicas da nação, a prosa rosiana fez ver a noção de fronteira não como expansão de um padrão cultural ou modelo civilizacional; tampouco espaço a conquistar constitui fronteira. Antes, mobiliza a questão das fronteiras como momento/local do confronto, e faz (con)viver as diferenças, convertendo o confronto numa possibilidade dialógica. Evocar aquilo que é nacional por meio do sertão – espaço de tensão entre dimensões conflitantes – concorre para desestabilizar fronteiras rígidas e totalizadoras, tanto reais como conceituais. Se o sertão atende a perspectiva de fronteira, o faz tão somente em sentido metafórico, não como delimitação geográfica, local que marca o princípio e o fim de algo, mas, local mesmo da interlocução, da mistura, desse *mundo misturado* ao qual nos remete o escritor mineiro quando fala em sertão – projeção de um todo nacional ambivalente e instável. À revelia do que almejava Riobaldo enquanto narrador de estórias, “os pastos todos demarcados”, o espaço e o existir que se lhe apresentava constituem terrenos movediços, afirmação do amálgama que caracterizava o *sertão* e, por extensão, a *nação*. Dá-se ao narrador rosiano o confronto com a mistura que comporta esse mundo fronteiriço:

Que isso foi o que sempre me invocou, o senhor sabe: eu careço de que o bom seja bom e o ruim, ruim. Que dum lado esteja o preto e do outro o branco, que o feio fique bem apartado do bonito e a alegria longe da tristeza! ...Como é que posso com esse mundo? (...) Ao que, esse mundo é muito misturado (ROSA, 2001: 206).

Se for condição inevitável que este espaço fronteiriço projetado na narrativa de Guimarães Rosa seja primordialmente ambíguo e *misturado*, o lugar que a questão nacional assume nessa escrita pode ser lido segundo seu potencial político, imiscuído no projeto literário do escritor mineiro. Significa dizer que a narrativa assume contornos de escrita da nação, conformadora de um retrato da brasilidade ou mesmo projeção da *comunidade imaginada*.

Destarte, o projeto nacional em Guimarães Rosa se realiza segundo sua “poética de fronteiras”¹³, criando e recriando pontos de contato entre elementos, garantindo a coexistência no cruzamento entre esferas culturais e simbólicas via de regra polarizadas.

¹³ Segundo Marli Fantini, o conhecimento de vários idiomas, o contato afetivo e intelectual com inúmeras culturas, a diversidade de focos assegurada pelo olhar multifacetado do escritor – sertanejo, médico, intelectual, diplomata, — são fatores decisivos na constituição de sua poética de “fronteiras” (Cf. FANTINI, 2003).

Nesse sentido, a formação nacional perfaz um movimento oscilatório que não conduz à fusão entre elementos dispares, tampouco, a assimilação, mas induz a coexistência, sem, contudo, anular os conflitos. Desse modo, os contornos da comunidade imaginada como Brasil deixam entrever um ser *híbrido* que é também o misturado, que ambiciona uma *terceira margem* – para usar uma expressão do próprio Guimarães Rosa. *Terceira margem* ou ainda o *entre-lugar*, termo desenvolvido por Silviano Santiago (2000), fazem ver um país que se quer nação sem um ajuste real, pendente entre universalismo e particularismo, entre cidade e interior, entre modernidade e atraso, entre autonomia e dependência, entre desigualdade e democracia, entre primeiro e terceiro mundo, ou mesmo, ocupando um lugar que, segundo Ettore Finazzi-Àgro (2001), se desloca constantemente, é sempre móvel.

Contribuição relevante para esta discussão é dada pelo sociólogo José de Souza Martins em *A sociabilidade do homem do simples* (2000), especialmente na primeira parte do livro, “As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil”, onde o autor elabora uma compreensão da formação nacional tomando como ponto de partida seu caráter conservador, pois que assentada no descompasso de tempos históricos quando da incorporação dos signos e valores modernos, o que, inevitavelmente gera desconfortos quanto à assimilação pelo popular. Nas palavras do sociólogo, “a modernidade nos chega, pois pelo seu contrário e estrangeira como expressão do ver e não como expressão do ser, do viver e do acontecer” (MARTINS, 2000: 27). Anúncio das promessas no progresso linear, sem, contudo, mostrar suas realizações efetivamente humanas. Nesse aspecto, a modernidade assume a ambiguidade como teor, ou como quer José de Souza Martins, ela “é, em certo sentido, o reino do cinismo: é constituído dela a denúncia das desigualdades e dos desencontros que a caracterizam” (MARTINS, 2000: 21).

Sendo um projeto assentado em países ricos, a modernidade chega ao contexto nacional apartada de qualquer noção de pureza, dotado de temporalidades alheias a realidade nacional, sinais de outras estruturas que se combinam em ajustes e ritmos que geram sua especificidade social. A disparidade de ritmos e experiências históricas marca a crítica da modernidade no caso brasileiro. Aqui, sobretudo, mas também, em alguns casos latino-americanos, a modernidade assume os contornos daquilo que o mexicano Nestor Garcia Canclini nomeou de “hibridismo cultural” (Cf. CANCLINI, 2006), disseminado nos meandros da cultura e da existência social, confrontando precisamente passado e presente, o inconcluso e o inacabado. A discrepância de temporalidades não encerra, nem garante a plenitude da modernidade periférica. Ela assumiu a condição particular de um tempo que se tornou lento, que, em sua *travessia* – traço distintivo na ficção de Guimarães Rosa –, entre um

passado obsoleto e entre as potencialidades de um presente provável (mas não efetivado), é que ela se define, “no atravessar sem chegar, que está presente o nosso modo de ser – nos perigos do indefinido e da liminaridade, por isso viver é perigoso” (MARTINS, 2000: 25).

Para além da ideia de limite, segredador de espaços, a fronteira incide sobre a percepção da contiguidade. Local de reentrâncias, espaço forjado no contato. Desse modo, Cássio Eduardo Viana Hissa referenda o projeto estético-literário de Guimarães Rosa ao afirmar o caráter intersticial do tecido fronteiriço:

[...] a fronteira é demarcação imprecisa, vaga. Longe do núcleo, de costas para o território que em princípio lhe diz respeito, a fronteira é lugar pulverizado que se questiona mesmo com seus arquitetos e guardiões. O que deveria ser demarcação perceptível mostra-se espaço de transição, lugar de interpenetrações, campo aberto de interseções. O que foi concebido para conter transforma o conteúdo em espaço ilimitado, incontido. Para além da linha que demarca é exatamente a fronteira que explicita a amplitude ou a complexidade do que não foi arquitetado para ser contido ou confinado. O que foi concebido para pôr fim, para delimitar territórios com precisão como se fosse uma linha divisória, espraia-se em uma zona de interface e de transição entre dois mundos tomados como distintos. (HISSA, 2002: 35-36).

Assim como procura uma *terceira margem* onde se localizar, o híbrido enquanto artefato literário tem precisamente a intenção de encontrar outros terrenos, aquém da rigidez e estabilidade dos gêneros literários. A esse respeito Lynn Mario Menezes de Souza recupera a teoria do hibridismo literário de Homi Bhabha:

Lembrar o espaço ‘fora da frase’ é recusar a ditadura do enunciado normatizado, pronto e fechado; é lembrar do contexto, da história da ideologia e das demais condições da produção da significação que constituem o momento de enunciação e, portanto, que contribuem para a constituição do sentido do enunciado. É nesse espaço intersticial e particularizante que se desfazem os desejos substantivos pela universalização, pela homogeneidade e pela estabilidade; portanto, é nesse mesmo espaço que a diferença e a alteridade do hibridismo se fazem visíveis e audíveis. (SOUZA, 2004: 131)

O sertão está em toda parte nos revela Guimarães Rosa. Parece mesmo figurar em qualquer lugar que anuncie a falta, o desconhecido, o vazio a preencher. Dotar de significados um espaço, fazendo-lhe cumprir sua missão no teatro da civilização. Tomar a ideia de sertão a partir do conceito de fronteira possibilita desterritorializar qualquer dicotomia básica entre um *aqui* e um *acolá*, pois, sertão converte-se em instância simbólica; espaço cujos contornos geográficos são de difícil estabelecimento.

Portanto, o sertão não é unidirecional, tampouco constitui um ponto fixo no espaço ou um lugar que figure em *mesmo* no tocante a qualquer esforço de rememoração. Pensar em sertão conduz a um emaranhado complexo de representações, imagens e discursos que sofrem

transfigurações ao longo do tempo, em decorrência das próprias mutações vivenciadas pela sociedade e o espaço produzido por esta noção. Feito da leitura que os homens fazem do mundo, o real grafado por textos, sejam os sertões ou qualquer outro lugar, são localizáveis e datados espaço-temporalmente. São, enfim, representações construídas historicamente pelo imaginário social e pelas ações dos homens nas quais, inevitavelmente, esse imaginário está incluído.

Conhecer o sertão e torná-lo fronteira significa, desse modo, elaborar um modelo de interpretação e avaliação da nacionalidade. A categoria sertão funciona bem mais ou exclusivamente como lugar, repositório de representações. Exatamente por ser um lugar, é migrante, plural, multisignificativo; destarte, o lugar faz parte de um exercício de subjetividade. Só resta ver como o pensamento social volta seus olhos para o interior, percebendo como os sertões são pensados, nomeados no espaço brasileiro.

Tanto as obras de ficção quanto as sociografias participam ou integram isto que chamamos de pensamento social. Textos totalizadores da ideia de nação, ou seja, empenhados em caracterizar a nacionalidade, convertendo-a em homogeneidade aceita socialmente. Para tanto, buscam no passado as chaves de interpretação do presente, bem como, a projeção do futuro da nação. Desse modo, temos obras concebidas enquanto “organizadoras de significados de originalidade, autenticidade e essencialidade da nação brasileira. E projetam para o futuro um destino das pessoas, das regiões e da nação inscrito de antemão nas suas próprias origens” (SILVA, 2006: 432). Ao fim, são textos que adotam o sertão, ou os interiores desconhecidos do território brasileiro como pontos de partida para uma história legítima da nação. Seja para projetar um futuro requerido que pressuponha a superação da realidade atribuída aos sertões ou assumir a perspectiva da ruína, da perda do sertão autêntico, origem e fim da nacionalidade.

Dito isso, podemos reiterar a noção de pensamento social acompanhando o rastro do raciocínio de Candice Vidal e Souza. Para a autora ainda, pensamento social

aqui está como uma classificação para os textos que cuidam de demarcar no tempo e no espaço as características distintivas da nação brasileira. Quando e onde começam a existir o Brasil e por quais caminhos tem evoluído a formação nacional são as temáticas de inspiração para se construir modelos explicativos do país, por esse núcleo de preocupação, distribuem-se obras que expõem descrições-pareceres da situação brasileira, as quais podem ser desenvolvidas sob perspectivas diversas de construção da realidade pensada. Ou seja, há múltiplas linguagens utilizadas para opinar sobre um só e mesmo tema: a nação brasileira (VIDAL E SOUZA, 1997: 21).

A recorrência com que são pensadas parece mostrar o quanto se acreditava haver uma verdade recôndita nas ásperas regiões sertanejas, demarcando posições de fala que se

afigram comuns no tocante ao período, pois, as sociedades que não alcançaram na sua plenitude o processo de modernização capitalista conferiram relevante ensejo às questões da nacionalidade na passagem do século XIX para o XX. Desse modo, o papel desempenhado pelos intelectuais assume importância para construção de uma unidade cognitiva e moral, necessária a instituição do Estado moderno brasileiro. Segundo Sevcenko, o compromisso com um projeto nacional era tarefa primordial desses intelectuais brasileiros, preocupados com o estudo e a compreensão dos aspectos da realidade nacional. Significava, portanto, “empenho sério e consequente de criar um saber próprio sobre o Brasil” (SEVCENKO, 1995: 85). Por tudo isso, ressalta ainda Sevcenko, o “engajamento se torna a condição ética do homem de letras” (SEVCENKO, 1995: 79). Atividade a um só tempo literário, científica e política, almejaram suprir as carências de uma realidade fragmentária e dispersa por meio de conhecimento globalizante e profundo da realidade brasileira. Tratava-se de construir algo diverso do modelo europeu, de quebrar amarras e pensar numa imagem unificadora da nação que pudesse substituir localismos e particularismos; desvirtuar a lógica de uma nação em eterno descompasso ideológico. Posição que visa ainda elidir a existência de tempos histórico-sociais diversos numa mesma jurisdição política.

Nicolau Sevcenko ao mesmo tempo em que indica a emergência da chamada *geração modernista de 1870* como portadora de um discurso de transformação social amparado nos ideais cientificistas e liberais advindos da Europa, tendo em razão dessa missão transformadora da sociedade assumido a alcunha de “intelectuais mosqueteiros”, confessa com evidência a decepção que se abateu sobre essa elite modernizadora quando da realidade aferida com o regime republicano; á proclamação da República seguia-se a proclamação da desilusão: “Essa não é a República dos meus sonhos”. Agora “paladinos malogrados”, visualizavam a como a consagração da irracionalidade e da incompetência. Isso porque,

conspurado pelas adesões maciças e disputas canhestras pelo poder e cargos rendosos, o novo regime esvaziara rapidamente os sonhos que os seus arautos acumularam ao longo de três décadas. Esterilizados pela acomodação, os políticos e os partidos que se assenhoraram da situação tornaram-se alvos de violentas críticas por parte dos intelectuais. Censurava-se-lhes a inocuidade política, o vazio ideológico, a corrupção e, sobretudo a incapacidade técnica e administrativa que os caracterizava. Não há, praticamente, partidos políticos no sentido clássico do conceito e esse foi um dos traços mais notáveis da Primeira República, porque não se mantinham interesses rigorosamente conflitantes nos meios políticos e entre os grupos que sobrenadavam à sociedade (SEVCENKO, 1995: 87).

Entre *mosqueteiros intelectuais* e *paladinos malogrados*, esses escritores se lançam à cruzada ideológica de equilibrar as inconstâncias de sua localidade com o andamento da

história universal, ou melhor, da história europeia, clarividente na posição largamente assumida, e já referida neste trabalho, de representar a sociedade nacional como um todo, para além das divergências de interesses sociais por acaso existentes. Desse modo, convertem-se em palavras de ordem, acertar o passo com a modernidade no Brasil, bem como, conduzir os desacertos da periferia no sentido da integração à história universal.

Entre local e universal, a busca por unidade nacional constitui igualmente uma busca por unidade temporal, entrando em compasso com o progresso dos tempos. Mas, na comparação com as modernas nações europeias de supostas “histórias homogêneas”, o Brasil contrastava. A constatação de que o Brasil comportava em seu interior diferenças radicais no tocante as condições socioculturais, conduzindo a percepção da existência de sociedades antagônicas, figura na consciência do intelectual como mote que conduz à ação, a necessidade de redefinir os caracteres formadores de uma comunidade nacional una, de situar a “identidade da nação”. Nesse contexto, diz Sevcenko, “é que se inserem os esforços renitentes dispendidos na tentativa de determinar um tipo étnico específico representativo da nacionalidade ou pelo menos simbólico dela, que se prestasse a operar como eixo sólido que centrasse, dirigisse e organizasse as reflexões desnorteadas sobre a realidade nacional” (SEVCENKO, 1995: 85).

Outro elemento a se destacar no esforço intelectual de pensar a nação brasileira nos seus vacilos e viabilidades é a centralidade do espaço como componente da narrativa. Em especial, o espaço do interior, o sertão. Impossível ignorar a presença e pressão dos espaços interiores para a nacionalidade. Portanto, narrar o sertão e suas possibilidades, enquanto partícipe da nação, constitui desvelar o próprio Brasil, atendendo ao compromisso com a totalidade nacional. Se as prerrogativas sobre esta porção do território nacional são desalentadoras ou indesejáveis, cabe apontar vetores de mudança como parte deste intento de construir a nação.

Projetos de nação e de povo no Brasil. As representações sobre o sertão e a ideia de nação funcionarão como narrativas de fundação, conjunto estruturado de significados que concorrem para projetar a comunidade imaginada como Brasil.

Cabe percorrer agora, partindo da presença da temática da relação entre homem\ sociedade e natureza\sertão na produção intelectual brasileira a partir de 1870, como as narrativas da nacionalidade inseriram valores e significados sobre o sertão nas representações da nacionalidade, direcionando seus olhares ao meio físico, bem como, para as regiões apartadas do processo de modernização assumido no país. Ainda que rudimentar, este panorama modernista brasileiro incidirá fortemente sobre a percepção do espaço e seu povo.

Em todo caso, como este trabalho se debruça essencialmente sobre a representação da formação nacional em Guimarães Rosa, do lugar sertão como espaço da coexistência de dois brasis, arrolar autores do pensamento social e suas mediações para a temática sertão-nação não constitui experiência feita no vazio. Temos posto, sim, o referente rosiano; ou seja, as narrativas sertanejas rosianas reverberam os grandes temas do pensamento social. Dito de outro modo, as representações a respeito do sertão e da formação nacional nas literaturas e sociografias nacionais de fins do século XIX e primeiras décadas do XX podem esconder paralelos sutis com as imagens inscritas no *corpus* das obras de Guimarães Rosa. Tentaremos verificar estas tramas insuspeitas a partir de agora.

Desta feita, não se trata aqui de analisar exhaustivamente todo conjunto de obras que compõe a esfera do que chamamos pensamento social, na medida em que este se constitui numa quantidade de autores e obras impossíveis de abarcar no espaço deste capítulo; tampouco este é o nosso objetivo. Portanto, dentre as obras e autores que integram esta noção de pensamento social, elegemos apenas alguns, representativos, a nosso ver, no tocante ao imaginário sobre o sertão e seu povo. Ainda desta feita, procurou-se autores que possibilitassem interlocução, mesmo que insuspeita como já referido, com as representações do sertão verificadas em Guimarães Rosa.



SEGUNDO CAPÍTULO

O SERTÃO TEM MUITOS NOMES

Diálogos possíveis no imaginário de J.G.Rosa

“A colonização do Brasil fez-se da periferia para o centro: a sua nacionalização faz-se do centro para a periferia”

(Olavo Bilac).

I

Quero partir aqui do predicado indicado por Simon Schama em seu *Paisagem e Memória* de que a *natureza não produz o natural*, sendo portanto, os espaços naturais algo realizado, projetado, no fim, construído. São em realidade espaços atingidos por um exercício de imaginação coletiva; no que diz respeito a este texto, imaginação para buscar algo não sabido de nós mesmos. O lugar sertão, como um desconhecido mal visto, será o ponto fulcral para onde irão convergir o desejo e os mundos imaginados da regra civilizada. Será o espaço para onde um narrador (alguns mais) situado no litoral direciona a projeção, o estranhamento e o contraste.

Dentre as diversas interpretações verificadas, contestadas e/ou louvadas a respeito do Brasil, figuram com importância neste trabalho aquelas proposições que pensam o espaço nacional como agregador de singularidades de nossa brasilidade. Tanto mais, e mais fundamental, pensar estas interpretações em trânsito com as narrativas de Rosa. Tentar lançar luz sobre estas narrativas que imaginam a formação nacional fazendo crer as mediações com as histórias rosianas, preocupadas igualmente com a brasilidade. “Segue-se à enumeração dos componentes nacionais a opinião sobre a contribuição positiva ou negativa das coisas e dos modos de viver sertanejos e litorâneos para a construção de uma nacionalidade completa em civilização e segura em sua autenticidade” (VIDAL E SOUZA, 1997: 17). Desse modo, temos narrativas nacionais agenciando roteiros de exclusão de um lado, compondo cenários ideais de civilização de outro.

Se entendermos, nesta perspectiva, que a nação constitui não apenas uma entidade política, antes algo que projeta sentidos – um sistema de representação cultural –, estaremos dando conta da qualidade simbólica adjacente à ideia de nação ou “essência” nacional. Desde que se tome a condição imaginativa da nação, esta passa a figurar como referente das representações socioculturais, desenvolvendo algo como uma cultura nacional que suprime ou subordina as diferenças regionais e étnicas em favor de uma identidade cultural homogênea.

Quanto às culturas nacionais, não constituem meras elaborações institucionais ou discursos engajados politicamente, são também providas de símbolos e representações. Uma cultura nacional, no rastro do que propôs Stuart Hall, funciona como uma narrativa que elabora sentidos cujo teor pretende definir ações e influenciar na percepção que temos de nós mesmos. Estes sentidos, quando produzem alguma identificação, dão origem a identidades; deflagram então a percepção de uma comunidade. Histórias que definem, memórias que criam pontes de um presente previsto com um passado imaginado: as culturas nacionais

movimentam sentidos e forjam representações que configuram a Nação (Cf. HALL, 2001: 50-51).

A identidade nacional em diversas oportunidades está assentada simbolicamente na crença de um povo puro, originário. As narrativas da cultura nacional brasileira alçaram em diversos casos o espaço do sertão (ou interior), bem como seu povo, como depositário da autenticidade nacional, dotados de essencialidade. Em todo caso, dentro do real construído pelas narrativas de formação nacional, dificilmente esse povo ou espaço originários figuram no exercício do poder nacional. A plausibilidade de tal questão encontra respaldo na formulação do filósofo liberal e sociólogo Ernest Gellner: “Quando [os ruritananos] vestiram os trajes do povo e rumaram para as montanhas, compondo poemas nos clarões das florestas, eles não sonhavam em se tornarem, um dia, também poderosos burocratas, embaixadores e ministros” (GELLNER, 1983 *Apud* HALL, 2001: 56).

Quanto aos narradores brasileiros, inicialmente está presente em sua atividade uma necessidade fundante que diz respeito ao engrandecimento da pátria, afirmando seu entusiasmo pelo povo e coisas da terra. Nomeadamente, estes intelectuais dão conta do trato com a questão nacional. De todo modo, a condição de mero entusiasta ou viajante pasmado com o real que percebe, narrando impressões dos trópicos na sequencia, não constituía qualidade posterior destes intelectuais; antes, posicionam-se como intelectuais engajados, demonstrando preocupação com as disparidades nacionais. Louva elementos distintivos da terra, mas reflete sobre questões incômodas, indesejáveis. Existe aqui uma intenção de projeto político no sentido de que o intelectual observa e formula prognósticos, dando conta dos rumos futuros da nação. Interessado na utilidade de seus escritos para os brasileiros contemporâneos e os que virão, com as ideias arranjadas para a prosperidade e progresso da comunidade nacional (Cf. VIDAL E SOUZA, 1997: 23). A literatura brasileira de ensaios assume a postura de mapear as singularidades da Nação (Brasil) na condição de preparar um saber que qualifica projetos de ação. Esse pensamento social, elemento presente na vida cultural brasileira desde o século XIX, é responsável por uma totalidade narrativa que articula autor, temática e público em torno do projeto de conhecer/redescobrir o Brasil enquanto amplidão espacial e multidão de tipos sociais.

As narrativas da essencialidade nacional, provedoras de cultura, colocam os termos da identidade da Nação entre o passado e o futuro. Há um impulso de remeter ao passado em busca das glórias próprias da nação, sem, contudo, perder de vista o horizonte que conduz a modernidade. As culturas nacionais dotam seu passado de grandeza inédita, tempo perdido que abriga o *locus* imaginário daquilo que é propriamente elemento de identificação de um

povo. Ao passo que o movimento pela restauração de identidades passadas cumpre o papel de mobilizar o singular da cultura, estabelece, mesmo que velada, a intenção de projetar os anseios do povo no sentido de purgar aquilo que lhe é externo e ameaça sua identidade homogênea, preparando um futuro de progresso e modernidade sob a égide de certa essencialidade nacional: “os nacionalismo do mundo moderno são a expressão ambígua [de um desejo] por assimilação no universal e, simultaneamente, por adesão ao particular, à reinvenção das diferenças” (WALLERSTEIN, 1984 *Apud* HALL, 2001: 57). Destarte, há que se perceber o pensamento social no Brasil enquanto complexo narrativo representando a Nação como espaço onde convergem sertão e litoral, reconhecendo nestas denominações, a tradição e a modernidade, a essência e o excêntrico nacionais. Não utilizados necessariamente com a denominação exata de sertão e litoral nas representações literárias e ensaísticas, assumindo outras conotações conforme a articulação narrativa, estas classificações firmam rotas de comunicação para pensar a formação nacional e o sentido amplo de nacionalidade que se queira conferir. Sertão/interior e seu contraponto, cidade/litoral, constituem operadores de raciocínio para imaginar uma comunidade de interesse chamada Brasil. Os caracteres formadores dessa nacionalidade são percebidos mediante o tensionamento das categorias sertão e litoral.

II

O que procuramos mostrar daqui por diante é como Guimarães Rosa elabora em seus primeiros livros, junto com a sua experiência da vida no sertão de Minas, a sua leitura do e sobre o país, estabelecendo interlocuções com as representações literárias e ensaísticas precedentes no pensamento social brasileiro. Civilização-barbárie, desordem-ordem são pares de opostos característicos de um choque permanente no caso brasileiro, tanto em nossa existência público-privada-familiar, quanto em nossa vida político-institucional, cuja referência rosiana imediata é o embate de dois ventos contrários – *o diabo na rua, no meio do redemoinho...*; perspectiva central em sua narrativa é concebida segundo a singularidade manifestada na experiência brasileira. O que nos parece constituir realidade espaço-temporal, tal como imaginário caracteristicamente brasileiro.

Uma abordagem que revela a existência de dois brasis, de duas potencialidades de país; desígnio especialmente verificado na obra de Euclides da Cunha, bem como, naqueles autores posteriores a publicação de *Os Sertões*; a saber, Graça Aranha, Paulo Prado, Oliveira Vianna, Raimundo Faoro e Monteiro Lobato, para citar alguns. Esses autores mantem preocupação

constante quanto à formação da nação principalmente no que diz respeito ao caráter contrastante da realidade nacional, marcado por oposições e polarizações. Uma leitura, todavia, sem qualquer pretensão definitiva acerca de uma “verdade” inerente aos textos; ou mesmo uma sistematização que possa conduzir a resultados pré-definidos. Propomos, aliás, uma atenção especial nas imagens, levando em conta a dubiedade e hibridez que estas assumem nas estórias rosianas. Figuras marcadas de ambiguidades, portanto, não sancionadas por qualquer verdade aprisionante. Antes, viventes no espaço entre as “Verdades”, um sertão empírico e outro imaginário. Talvez apenas nas imagens, filigranas de um intento maior, seja possível “a redenção dos fragmentos e das imagens de um sentido individual que, justamente na transmissibilidade da figura, conecta-se com um destino e com uma história coletivos” (RELLA *Apud* FINAZZI-AGRÓ, 2001: 10).

Considerando a segunda metade do século XX no mundo e, especificamente no Brasil poderemos visualizar um Guimarães Rosa completamente assentado no mundo das letras, dono de uma carreira literária já plenamente consolidada, visto que já publicara suas duas maiores obras: *Grande Sertão: Veredas e Corpo de Baile*¹⁴. Afora esta carreira literária, o escritor mineiro era já um diplomata, fato eminente na composição de sua visão de mundo, desembocando nos seus artífices narrativos: suas estórias. Conectados, obra e carreira diplomática oferecem a Rosa matéria vertente necessária para a costura de seus livros. Viajou, conheceu o mundo, participou dos principais debates nacionais públicos e mundiais. Enfim, escreveu livros e subjetivou-se nos mesmos. Nas poucas oportunidades em que “revelara” aspectos de sua literatura em entrevistas, o escritor diplomata decidiu-se um pouco muito personagem de si mesmo, de sua literatura: “(...) às vezes quase acredito que eu mesmo, João, sou um conto contado por mim mesmo (...)”; “provavelmente, eu seja como meu irmão Riobaldo”; “minhas personagens, que são sempre um pouco de mim mesmo, um pouco muito (...)” (LORENZ, 1983: 35).

Obra e diplomata se contendo mutuamente foram sendo lentamente formatadas segundo aproximações e debates sociais e culturais que deram vazão a um projeto político literário subjetivado em narrativas literárias que deram conta de uma nação de contrastes marcados, representação de um Brasil conflituoso e solidário, revelando um Guimarães Rosa

¹⁴ Afetados pelas consequências de um mundo em guerra e por disputas ideológicas, os meados do século XX brasileiros foram marcados por intenso debate de ideias em torno dos impactos da urbanização e das rápidas transformações técnicas e industriais em um país de forte herança ruralista e com cidades que recebiam grande população migrante das áreas rurais com baixos índices de formação escolar e cujo acesso ao escrito não se dava através do livro. As vicissitudes de um processo de modernização que avançava sobre o país, e que se encontrava com antigos hábitos e modos de vida das populações das áreas rurais, marcaram o contexto em que Guimarães Rosa exerceu suas atividades de escritor e diplomata, escrevendo livros de literatura publicados nas grandes cidades brasileiras (FAGUNDES, 2010: 12).

nos entremeios das próprias narrativas, assumindo a condição de mediador entre esferas culturais dessemelhantes, agudas despossuídas. Guimarães Rosa se abre a tarefa de mediador cultural, projeto literário de investimento político e estético-cultural no sentido que o escritor busca uma representação do nacional, viabilizada na categoria sertão, que prometa o equilíbrio de energias entre urbanidade e “sertanidade”.

De natureza singular, a escritura literária converte-se ainda em material de cujos predicados o literato – na medida em que agrupa os personagens em enredos conforme seus entendimentos da sociedade, de mundo e de Brasil – resvala, naturalmente, e revela, velada ou taxativamente, aquilo com o que comunga tratando-se de valores. De forma que seleciona e qualifica o que seja fundamental num debate público, fazendo ver suas posições em face de questões impositivas no campo da sociedade, política e cultura. Dessas propriedades políticas do texto literário Guimarães Rosa participa: ao formatar tramas e enredos tendo por base um contexto político cultural específico, o diplomata escritor viabiliza a captação de uma “mundividência” sua própria nas entrelinhas do texto, informando os rastros de seus posicionamentos políticos perante os principais debates sociais, bem como, sua interlocução com os principais debatedores públicos sobre a questão nacional.

Não é de se estranhar, portanto, a prerrogativa de aproximar um literato de um conjunto de estudos de caráter sociológico-histórico debruçados sobre a questão nacional. Afirma-se isso em razão de não haver até então – década de 1950 –, momento da publicação das obras mais influentes do escritor mineiro (*Grande Sertão: Veredas* e *Corpo de Baile*), a consolidação de esferas profissionais demarcadas no Brasil. Evento somente percebido na década seguinte com consolidação do sistema universitário no país. De tal forma, os intelectuais que publicam nestes tempos estão quase sempre conectados ao Estado, reconhecidamente espaço privilegiado para pensar a questão nacional. Em sua maior parte as editoras agrupam estudos de homens oriundos de institutos históricos e geográficos, academias de letras, faculdades de direito, medicina ou engenharia e, em número reduzido, faculdades de Ciências Sociais e educação. Destarte, o horizonte que marca a produção intelectual de novos ensaístas do Brasil até a década de 1950 era marcado por uma relação bastante estreita entre ensaísmo social e literatura, relação antecipada por Antonio Candido:

Antes, de Euclides a Gilberto Freyre, a Sociologia aparece mais como ponto de vista (...) O poderoso ímã da literatura interferia com a tendência sociológica, dando origem àquele gênero misto de ensaio, construído na confluência da história com a economia, a filosofia ou a arte [o que, para o autor, gerava] uma forma bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil (CÂNDIDO, 1967: 153).

Intelectual-artista conectado simultaneamente ao campo das artes narrativas da escrita, bem como, à arte política da negociação diplomática, Guimarães Rosa não poderia estar alheio ao contexto histórico-social em que pretendia articular seu projeto artístico de mediação por meio da literatura, tendo assim, nítida consciência dos embates a realizar na dupla condição de diplomata e literato em gradativa consagração. Questão que subjaz a isso dá conta da necessidade do diálogo – previsto ou não – com aqueles que, pela via da letra literária ou da interpretação, também cotejavam o tema do sertão; era uma necessidade que se lhe impunha a condição diplomática e artística autoral. O sertão e os sertanejos eram temas-conhecimento para acessar o Brasil por meio de sua literatura, a qual poderia lhes conferir dignidade e reconhecimento, segundo pensava o escritor mineiro. O crítico literário Willi Bolle afirma a condição de *Grande Sertão: Veredas* como um grande “diálogo entre campo e cidade”, preferindo subverter a construção natural do título para fins de análise e melhor compreensão; altera a segunda camada do título para obter outro efeito, “Grande Sertão: Cidades”, analisando-o como “uma indagação sobre os fundamentos do projeto civilizatório no Brasil e sobre o próprio conceito de civilização” (BOLLE, 1997-98: 29).

Como já debatido num primeiro lance de momento, a categoria sertão enquanto forma de entendimento aparece nas letras nacionais bem antes do surgimento de Guimarães Rosa e sua literatura. Enquanto homem de letras e diplomata, o escritor mineiro abre espaços no debate sobre a nacionalidade, circulando entre salões e academias de letras, bem como transitando nas fileiras de sua biblioteca: o Brasil está ali, nas suas leituras e saudades do espaço de outrora, o sertão. Ao tomar como escopo de análise na obra de Rosa a alegorização da vida político-institucional brasileira nos momentos iniciais da República, demonstrando haver no texto rosiano camadas “indecifradas” indicando leituras de Oliveira Vianna, Alceu de Amoroso Lima, Alberto Torres e outros intérpretes do Brasil, Luiz Roncari atribui a ela a “dimensão de uma representação do país” através da qual Rosa teria atuado como um “intérprete do Brasil, embora muito peculiar” (RONCARI, 2004, p.25).

Mesmo que dicotomias estruturantes, tais como, litoral/sertão, civilização/barbárie, cosmopolitismo/brasildade não figurem nos artifícios literários de Rosa aparentemente, são elas determinantes nas correntes do pensamento social brasileiro, lançando as bases de entendimento para suas interpretações do Brasil. Figurando como antagonistas, as realidades do interior – *locus* de autenticidade e genuinidade – e do litoral tomada como cópia e artificial, sempre aquém da verdadeira matriz nacional, despontam no cenário de nossas letras desde Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha.

A literatura rosiana está dessa forma, no parecer da crítica de literatura Sandra Guardini Vasconcelos

(...) entre a modernidade urbana e a cultura tradicional-oral das comunidades rurais, ou na articulação entre o espírito de vanguarda e o interesse no regional, o que, superando dualismos e dicotomias, resulta numa mescla de formas cultas e populares, arcaísmos e neologismos e regionalismos e estrangeirismos (VASCONCELOS: 1997-1998: 81).

Se o sertão enquanto *topos* de pensamento passa a existir para os intérpretes do Brasil à luz dessas dicotomias que instauram o debate, Guimarães Rosa encontra nelas motivos de relação e trocas textuais para debater e construir seu sertão imaginado. Ao pensar os caracteres de uma “essência” sertaneja em suas narrativas, o escritor dialoga, recupera, faz luzir em rompantes os traços dessas leituras, os contatos inauditos com estes textos do ensaísmo social brasileiro. Encontra enfim motivos textuais para escrever (reescrever?) o Brasil como ele concebia.

Exemplar dessas trocas textuais é a importância conferida às águas, especialmente aos rios, na literatura rosiana. Dotado narrativamente de dimensão filosófica, comparado ao fluxo da vida e da atividade literária, guarda concomitantemente outra dimensão, de natureza histórica e geográfica, porque se refere a rios da grande bacia hidrográfica brasileira. Portanto, elemento da paisagem física do Sertão e universo mágico simbólico que tematiza a vida, desdobra Antonio Candido: “Como um largo couro de boi, o Norte de Minas se alastra, cortado no fio do lombo pelo São Francisco, – acidente físico e realidade mágica, curso d’água e deus fluvial, eixo do Sertão” (CANDIDO, 2006: 114). De outro modo, a preocupação de Rosa com os rios, especialmente o São Francisco (“Rio é só o São Francisco, o Rio do Chico. O resto pequeno é vereda. E algum ribeirão”) indica quanto o escritor mineiro recuperou uma tradição que conta a história do Brasil por meio de sua ocupação através do Norte, seguindo a grande via fluvial do São Francisco e seus braços afluentes. Ensejo à ocupação pelo Norte em razão de ser essa a origem dos sertanejos que ocupam e transitam o terreno das narrativas rosianas.

Constante da biblioteca particular de Guimarães Rosa, *Fazendas de Gado no Vale do São Francisco*, de Jozé Norberto Macedo (1952), percebe a região do vale do rio não apenas como uma mera região natural, antes, dota-a da condição de ser uma região de cultura e civilização: “no lombo ou nos cascos da alimária” se plasmou a “civilização do São Francisco” (MACEDO *Apud* FAGUNDES, 2010: 201).

A partir do instante em que passa a figurar nos estudos de intelectuais e demais interessados no papel do rio enquanto marco divisório da formação nacional, o São Francisco adquire essa condição de região de cultura e civilização: “(...) de rico potencial etnográfico e sociológico, sobretudo por essa diversidade que oferece (...). A fazenda de gado no vale do São Francisco oferece ao estudioso da Sociologia e da Etnografia do Brasil elementos valiosos para o conhecimento de uma região cultural do Brasil” (MACEDO, 1952: 02).

Em *Grande Sertão: Veredas*, Riobaldo assevera que “o rio São Francisco partiu minha vida em dois”. Essa metáfora conduzida na voz do narrador rosiano serve perfeitamente a dois propósitos. Inicialmente conectado a suas pretensões existencialistas, o São Francisco encarna a função que divide qualitativamente o Sertão/mundo em duas partes:

o lado esquerdo e o lado direito – acompanhados do sentido mágico-simbólico que esta divisão representa para a mentalidade primitiva. O direito é o fasto; nefasto o esquerdo. Na margem direita a topografia parece mais nítida, as relações mais normais. Margem do grande chefe justiceiro Joca Ramiro; do artimanhoso Zé Bebelo; da vida normal no Curralinho; da amizade ainda reta (apesar da revelação na Guararavacã do Guaicuí) por Diadorim, mulher travestida em homem. Na margem esquerda a topografia parece fugidia, passando a cada instante para o imaginário, em sincronia com os fatos estranhos e descontraídos que lá sucedem. Margem da vingança e da dor, do terrível Hermógenes e seu reduto no alto Carinhonha; das tentações obscuras; das povoações fantasmiais; do pacto com o diabo. Nela se situam, perdidos no mistério, os elementos mais estranhos do livro: o campo de batalha do Tamanduá-tão; as veredas-Mortas; o liso do Sussuarão, deserto-símbolo; o arraial do Paredão, com “o diabo na rua, no meio do redemoinho” (CANDIDO, 2006: 114-115).

De outro modo, o jagunço rosiano constrói uma metáfora da história brasileira de caráter dúplice: num vértice o rio Chico demarca o espaço a partir do qual nada lhe convém, para ele Riobaldo, o desconhecido; um Brasil alheio dele, Riobaldo. Noutra vértice, o rio marca a separação dos dois Brasis, aquele identificado no espaço urbano, Brasil das cidades, do litoral, da civilização do Sul em contraste com o Brasil interior, sertanejo, rude, da “incivilização”, a ser suplantada em proveito de um projeto de nação, moderna. Civilizar o Brasil interior para integrá-lo ao todo, assim respondiam algumas interpretações da realidade nacional.

Adensando um tanto mais esta perspectiva de pensar as possibilidades de interfaces textuais entre a narrativa do escritor mineiro e vertentes interpretativas sobre o *topos* sertão nos interessa aqui para efeito de análise refletir o universo de relações sociais e políticas que integram a vida rural brasileira a partir do advento da República; nesse sentido, cabe aqui perceber a formação de uma população intermédia sertaneja entre senhores e escravos no

período colonial e, posteriormente, entre fazendeiros e os trabalhadores sem-terra no período pós-abolição.

No livro *O campesinato brasileiro* (1973), conjunto de ensaios a respeito de civilização e grupos rústicos no Brasil, Maria Isaura Pereira de Queiroz estabelece marco referencial importante no que concerne a uma abordagem do tema. Em termos sucintos, diz ter havido no meio rural brasileiro ao longo da fase colonial a presença de um grupo intermediário de homens livres vivendo de culturas de subsistência ou até mesmo integrando de maneira complementar a economia dos monocultores; em se tratando dos momentos posteriores à abolição da escravatura, esse mesmo grupo passará a condição de sitiantes localizados entre fazendeiros e os trabalhadores sem-terra. Segundo a autora, sua condição de sitiante não permitia nenhuma fixidez, podendo oscilar entre a condição de pequeno proprietário ou posseiro e a de agregado ou parceiro (Cf. QUEIROZ, 1973: 37). Uma boa parcela da literatura a respeito de caboclos, sertanejos e caipiras deriva da situação de existência desses grupos. Euclides da Cunha, Caio Prado Jr. e Oliveira Vianna são dos poucos autores que cotejam a existência dessa população rural livre, provedor de gêneros básicos para as fazendas monocultoras e de gado desde a época colonial.

O sertão nesta perspectiva passa a se referir ao *locus* da camada intermediária situada entre os polos tradicionais de dominação e subordinação. A cultura rústica ou sertaneja seria encontrada nas áreas dedicadas ao gado e à agricultura de subsistência. Uma questão importante na abordagem de Maria Isaura Pereira de Queiroz para os fins aqui propostos é a qualidade móvel deste grupamento humano e o caráter das relações mantidas em seu meio. A sociedade sertaneja é caracterizada ao mesmo tempo por grande fluidez, bem como, inexistência de hierarquia interna rígida; esses caracteres farão a autora identificar um estado de “anomia endêmica” nestas populações.

Sempre dependentes de uma camada superior – fosse esta composta de fazendeiros, de criadores de gado, de comerciantes, de chefes políticos, de cidadãos endinheirados – os camponeses esposavam-lhes as disputas e partilhavam-lhes as lutas. Integravam-se assim na sociedade global brasileira, porém sempre em posição de inferioridade... sofriam mais do que quaisquer outros as conseqüências dos conflitos constantes, característicos da estrutura sócio-econômica brasileira tradicional. Esse traço, juntamente com a fluidez também característica desta mesma estrutura, deram sempre lugar entre eles a um estado de anomia endêmico (QUEIROZ, 1973: 28-29).

A discussão em torno desta “anomia endêmica” proposta por Maria Isaura traz a luz um paralelo com o conceito de “solidariedade clânica”¹⁵ proposto por Oliveira Vianna. Segundo Vianna (1952), forças capazes de gerar alguma solidariedade social não teriam tido presença ativa no Brasil, na medida em que as instituições de solidariedade pública e privada, alçadas a nossa realidade via colonizador, se dissipariam sob a ação dispersiva dos grandes domínios. Da análise dos dois autores sobressai a constatação da ausência de classes sociais muito nítidas nesta sociedade, dado haver, portanto, um tipo de solidariedade social no Brasil hierarquizada, vertical, bem como, estabelecida em relações de cunho pessoal.

Nesta tese, a frouxidão dos laços sociais recria o sertão como anomia. Espaço em que as entradas para sociedade global se davam somente mediante a subordinação e a dependência; essas populações campesinas acabam por ingressar em relações sociais grupais como parentela, trocando proteção, suporte financeiro e apadrinhamento por serviços prestados e favores políticos (leiam-se obrigações). Estamos assim diante de sociabilidades desenvolvidas não somente a partir de requisitos sanguíneos, como também, por laços de compadrio e aliança política. A regência deste universo fica a cargo da lógica da reciprocidade, no sentido que constitui obrigação social a ajuda mútua.

Vale a pena nesse ponto da discussão remeter ao texto rosiano para “iluminar” representativamente a natureza da compositura destacada acima. Ressaltando a fala do personagem Ricardão no romance *Grande Sertão: Veredas* – num momento em que se abre um processo de decisão política entre os compadres e chefes no plano do romance –, creio ser possível visualizar as linhas que compõem o modo de sociabilidade específico do compadrio e apoio político naquele universo (a reciprocidade). A intervenção de Ricardão carrega em si dimensão histórico-sociológica emblemática para acessar o tipo de sociabilidade imaginado no espaço sertanejo pela ensaística nacional, aqui refratada nas estórias de Guimarães Rosa:

Compadre Joca Ramiro, o senhor é o *chefe*. O que a gente viu, o senhor vê, o que a gente sabe o senhor sabe. Nem carecia que cada um desse opinião, mas o senhor quer ceder alar de prezar a palavra de todos, e a gente recebe essa boa prova... Ao que agradecemos, como devido. Agora eu sirvo a *razão* de meu *compadre* Hermógenes: que este homem Zé Bebelo veio caçar a gente, no Norte sertão, como mandado de políticos e do governo, se diz que até a soldo... A que perdeu, perdeu, mas deu muita lida, prejuízos. Sérios perigos, em que estivemos; o senhor sabe bem, *compadre chefe*. Dou a conta dos companheiros nossos que ele matou, que eles mataram. Isso se pode repor? E os que ficaram inutilizados feridos, tantos e

¹⁵ Oliveira Vianna define o clã como a única instituição real, bem como, prática autêntica a ter raízes sólidas nos costumes sociais e políticos do Brasil: “De real, de vivo, de orgânico, na nossa estruturação de partidos, só existiam – os *clãs eleitorais*. Só o clã eleitoral – que era então (e ainda é) a unidade elementar da nossa vida pública; só o clã eleitoral (local, municipal, distrital), só ele era real – sociologicamente, culturologicamente, psicologicamente irreal. Tudo o mais não passava de ficções do nosso impenitente idealismo utópico” (VIANNA, 1955: 226).

tantos... Sangue e os sofrimentos desses clamam. Agora, que vencemos, chegou a hora dessa vingança de desforra. A ver, fosse ele que vencesse, e nós não, onde era que uma hora destas a gente estaria? Tristes mortos, todos, ou presos, mandados em ferros para o quartel da Diamantina, para muitas cadeias, para a capital do Estado. Nós todos, até o senhor, sei lá. Encareço, *chefe*. A gente não tem cadeia, tem outro despacho não, que dar a este; só um: é a misericórdia duma boa bala, de mete-bucha, e a arte está acabada e acertada. Assim que veio, não sabia que o fim mais fácil é esse? Com os outros, não se fez? *Lei de jagunço é o momento, o menos luxos*. Relembro também, que a responsabilidade nossa está valendo: respeitante ao sel *Sul de Oliveira*, doutor *Mirabô de Melo*, o velho *Nico Estácio*, *compadre Nhô Lajes* e *coronel Caetano Cordeiro*... Esses estão agüentando acossamento do governo, tiveram de sair de suas terras e fazendas, no que produziram uma grande quebra, vai tudo na mesma *desordem*... A pois, em nome deles, mesmo, eu sou deste parecer. A condena seja: sem tardança! Zé Bebelo, mesmo zureta, sem *responsabilidade nenhuma*, verte pemba, perigoso. A condena que vale, legal é um tiro de arma. Aqui chefe, – eu voto... (*grifos meus*) (ROSA, 2001: 283-284).

Ricardão, figura voraz, grande, no sentido corporal e material, dono de muitas posses, só reconhece – isto é patente em seu discurso – os laços diretos, familiares, afetivos e hierárquicos; estes são confirmados em toda sua fala, quando trata a maior parte de seus superiores por *compadre*¹⁶. Essa relação de compadrio presente na fala de Ricardão se inscreve no campo do clientelismo – espécie de relacionamento de ordem *política* herdado do Império –, pois que, como mesmo diz, *sirvo a razão de meu compadre Hermógenes*, lembrando a todos de sua subordinação, bem como, sua responsabilidade para com os coronéis – *Sul de Oliveira*, *Mirabô de Melo*, *Nico Estácio*, *Nhô Lajes* e *coronel Caetano Cordeiro* –, de tal forma, que não restava dúvida sobre o lado que abraçava. Sob o olhar de Ricardão, Zé Bebelo vinha desestruturar a ordem estabelecida no sertão; por isso fechava com seus velhos compadres, para pôr termo a essa nova investida da política oficial do Estado em função da afirmação de seus poderes, como também da oligarquia dominante apoiada pelo governo do Estado, evento comum durante a Primeira República. Do mesmo olhar compartilhavam os potentados locais, resistindo à nova forma de dominação política, centralizadora, lutando pela continuidade da autonomia e dos poderes particularistas (Cf. RONCARI, 2004: 312).

Encerramos este adendo a fala persuasiva de Ricardão, considerando o que nos diz Luiz Roncari a respeito das entrelinhas do discurso deste chefe jagunço:

O quadro que Ricardão deixa entrever [...] revela como o chefe jagunço está integrado numa rede de relações na qual se misturam o parentesco sanguíneo,

¹⁶ Quem tem chefe não delibera, ouve e executa ordens. O dissenso não se abrigará na liberdade reconhecida de opinião, senão que caracteriza a traição, sempre duramente castigada. O coronel é, acima de tudo, um compadre, de compadrio o padrão dos vínculos com o séquito. A hierarquia abrandando-se, suavizando-se as distâncias sociais e econômicas entre o chefe e o chefiado. O compadre recebe e transmite homenagens, de igual para igual, comprometido a velar pelos afilhados, obrigados estes a acatar e respeitar os padrinhos. (FAORO, 2004: 634).

religioso (o sistema de compadrio), a vizinhança territorial e as várias formas de dependência, como a de favores, proteção militar e econômica, esta, dispensadora dos recursos de que eles próprios dependiam para lutarem e sobreviverem. A lealdade de Ricardão, “responsabilidade nossa”, é para com os seus laços estabelecidos, pessoais e de costumes, “a condena que vale, legal, é um tiro de arma”, que o vinculam à tradição, ao direito costumeiro, e o faz a encarnação do espírito do sertão (RONCARI, 2004: 313-314).

Portanto, a guerra que se dava nos Gerais (sertão mineiro) ganhava contornos de conflito entre as facções (situação e oposição) no estabelecimento da política local. Resistir ao Governo e à centralização da política do Estado era lutar pela afirmação do direito atemporal, dos desmandos de senhores e jagunços: o particularismo político dos poderes locais. A partir da década de 1920, o governo federal intensifica sua política de centralização em benefício da diminuição do poder dos coronéis a nível local. A nomeação de intendentes, eletivos apenas os conselhos municipais, resultou em criar, á margem dos chefes locais, uma teia governamental autônoma. Raimundo Faoro esclarece nestes termos:

“Para as autoridades estaduais, bem como para os delegados do governo federal, os reatores não passam de jagunços armados, bandoleiros, que sempre existiram em certa zona do sertão baiano, fazendo, de vez em quando, incursões nas localidades onde possam satisfazer seus instintos de pilhagem, agora insuflados e aproveitados pelas facções oposicionistas, que lhes forneceram armas, munições e dinheiro, impelindo-os ao saque de cidades abertas, e arregimentado-as para a luta armada contra autoridades constituídas dos municípios, com manifesta perturbação da ordem e tranquilidade públicas. As próprias classes conservadoras [...] alarmam-se. Todos pedem a intervenção federal, que o presidente Epitácio Pessoa concede para garantir a situação reinante, com o malogro dos revolucionários. O espectro de Antonio Conselheiro não era de molde a admitir a vitória dos sertanejos contra o governo constituído. *A política dos governadores*, agora bordada de iluminuras jurídicas, afirma-se, ainda uma vez. [...] A presença corretora da União, afastando a oligarquia, não evocaria o coronel, num comando central, ao estilo monárquico?” (FAORO, 2004: 644-5).

Na medida em que a grande parte do eleitorado nacional se constitui de habitantes da zona rural, sendo estes, completamente ignorantes, e dependentes dos fazendeiros, seguindo-os em suas orientações políticas, decorre desse fato – reflexo de nossa organização agrária – que os chefes dos partidos tinham de se entender com os fazendeiros, através dos chefes políticos locais. Ao passo que esse entendimento levava ao compromisso de tipo coronelista entre os governos estaduais e municipais, à semelhança daquele compromisso existente entre União e os Estados. Tal qual nas relações estaduais-federais predominava a política dos governadores, nas relações estaduais-municipais dominava uma política de cunho coronelista. Por vias desse compromisso, habitual dentro do sistema, os chefes locais prestigiavam a política eleitoral dos governadores e destes recebiam o apoio necessário à constituição das oligarquias municipais. Para que aos governadores e não aos coronéis, tocasse a posição mais

vantajosa nessa troca de serviços, os meios técnicos e jurídicos eram acionados (Cf. LEAL, 1978: 102).

Se levarmos em consideração que os municípios não dispunham de recursos financeiros suficientes para arcar com despesas relativas aos serviços básicos, tendo por isso, que assumir sua dependência da estrutura estadual, responsável pela manutenção da ordem e da justiça, bem como das obras públicas. No âmbito do município, a figura do coronel assume a função de benfeitor, defendendo os seus e distribuindo benefícios; em lugar da ausência estatal, protege e mobiliza a segurança coletiva.

O agricultor e o pecuarista, grandes e pequenos, vivem em um mundo perigoso, ameaçado pela violência dos homens, numa sociedade congenial à solução das disputas ao preço de sangue, bem como cercados de ameaças alheias ao seu controle – a seca, as inundações, as oscilações de preço de seus produtos. Entre a roça e o grande mundo há o mistério, o desconhecido, a mão implacável dos acontecimentos que lhes transtornam o limitado destino. Protegendo-os da ansiedade, num mecanismo que aproxima e domestica as insondáveis forças estranhas, surgem os homens que compreendem, retardam e simplificam as instituições e suas regras (FAORO, 2004: 632).

Homens que simplificam as instituições e suas regras, coronéis/latifundiários que articulam a comunidade camponesa em torno de si, adaptando-a ao sistema político e socioeconômico através de elos flexíveis, suaves, inspirados na camaradagem. As diretrizes desse fenômeno histórico foram muito bem elucidadas por Victor Nunes Leal em seu trabalho, *Coronelismo, enxada e voto*, publicado pela primeira vez em 1949¹⁷.

¹⁷Vale a pena citarmos a abordagem de do autor para efeito de melhor visualização do momento histórico em questão: “Conquanto suas conseqüências de se projetem sobre toda a vida política do país, o coronelismo atua no reduzido cenário do governo local. Seu habitat são os municípios do interior, o que equivale a dizer, os municípios rurais; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como sejam o comércio e a indústria. Conseqüentemente, o isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno./ significando o isolamento ausência ou rarefação do poder político, apresenta-se o coronelismo, desde logo, como certa forma de incursão do poder privado no domínio político. Daí a tentação de o considerarmos puro legado ou sobrevivência do período colonial, quando eram freqüentes as manifestações de hipertrofia do poder privado, a disputar atribuições próprias do poder instituído. Seria, porém, errôneo identificar o patriarcalismo colonial com o coronelismo, que alcançou sua expressão mais aguda na Primeira república. Não se pode, contudo, reduzir o coronelismo a simples afirmação anormal do poder privado. É também isso, mas não é somente isso. Nem corresponde ele a fase áurea do privatismo: o sistema peculiar a esse estágio, já superado no Brasil, é o patriarcalismo, com a concentração do poder econômico, social e político no grupo parental. O coronelismo pressupõe, ao contrário, a decadência do poder privado e funciona como processo de conservação de seu conteúdo residual./ Chegamos, assim, ao ponto que nos parece nuclear para conceituação do coronelismo: este sistema político é dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido./ O simples fato do compromisso presume certo de fraqueza de ambos os lados, também, portanto, do poder público. Mas, na Primeira República – quando o termo coronelismo se incorporou ao vocabulário corrente para designar as particularidades da nossa vida política do interior – o aparelhamento do Estado já se achava suficientemente desenvolvido, salvo em casos esporádicos, para conter qualquer rebeldia do poder privado. É preciso, pois, descobrir a espécie de debilidade que forçou o poder público a estabelecer o compromisso coronelista./ [...] Finalmente, a abolição do regime servil e, depois, com a República, a extensão do direito de sufrágio deram importância fundamental ao voto dos trabalhadores rurais. Cresceu, portanto, a influência política dos donos de terras, devido a dependência dessa parcela do eleitorado, conseqüência direta da

Em nosso passado, os homens livres, nem proprietários nem escravos, aumentaram tanto que chegaram a formar a massa da população brasileira, sempre à margem do processo produtivo principal. E aumentaram de duas maneiras. Primeiro, de modo vegetativo; segundo, quando do encerramento de um ciclo econômico. Foi o que ocorreu quando cessaram as bandeiras; quando as minas de ouro se esgotaram; quando o cativo foi abolido.

Sobrevivendo como desterrados, carentes de quase tudo, incluindo nesta soma, propriedade, bens, raízes e qualificação profissional, seu único meio de ganhar a sobrevivência era colocar-se sob a proteção de um fazendeiro e ou/ latifundiário, morando em regime de favor nas suas propriedades, tendo, para pagar sua estadia que executar todo e qualquer tipo de trabalho. Vêm daí as designações correntes de *moradores* ou *agregados*, prontos a remunerar o patrão com qualquer espécie de serviço. Portanto, quando a situação de manutenção do poder ou qualquer situação de defesa dos interesses de determinados potentados requeria a utilização da força, ou seja, da violência, esses homens eram convocados.

Essa população rural numerosa, que foi geneticamente determinada por sua exclusão do processo econômico, encontra sua possibilidade material de sobrevivência na peculiaridade do latifúndio. Seja nas fazendas voltadas a criação de gado, seja para a produção mercantil, há sempre terra sobrando. De toda forma, essa terra em excesso não era desprovida de dono; ela pertence sempre a um proprietário, que tem o direito de permitir que alguém nela more e pratique uma pequena lavoura de subsistência. Caso essa situação se concretize, gera-se conjuntamente um compromisso pessoal com o proprietário da terra, seja qual for a instância de trabalho: agregado, morador, parceiro, meeiro, camarada, vaqueiro (Cf. GALVÃO, 1986: 37-38).

Em sua maioria, o contingente camponês vivia de trabalhos esparsos, o que eventualmente reduzia ao mínimo seus rendimentos; daí decorrem, concomitantemente, uma alimentação insuficiente, organização social quase inexistente, bem como uma produção cultural irrelevante. Naturalmente ignorados e silenciados pelos grandes potentados locais, foram sempre tratados como arraia-miúda, meros escravos requisitados ocasionalmente. De tal forma esse evento se revela, que não fica difícil imaginar o por quê da grande mobilidade

nossa estrutura agrária, que mantém os trabalhadores da roça em lamentável situação de incultura e abandono. Somos, neste particular, legítimos herdeiros do sistema colonial da grande exploração agrícola, cultivada pelo braço escravo e produtora de matérias-primas e gêneros alimentícios destinados à exportação. A libertação jurídica do trabalho não chegou a modificar profundamente esse arcabouço, dominado, ainda hoje, grosso modo, pela grande propriedade e caracterizado, quanto a composição de classe, pela sujeição de uma gigantesca massa de assalariados, parceiros, posseiros e ínfimos proprietários à pequena minoria de fazendeiros, poderosa em relação aos seus dependentes, embora de posição cada vez mais precária no conjunto da economia nacional". (LEAL, 1978: 251-3).

verificada nos homens pobres do meio rural, onde os laços que os prendem ao lugar são fundamentalmente frágeis. A literatura rosiana – alegorizando a sociedade sertaneja e suas relações – é exemplar daquilo que pode ser nomeado de “desconcerto” ideológico, de um país assentado numa realidade tentando produzir uma imagem diversa desta, fundamentalmente contrária, desproporcional.

Quem é pobre, pouco se apega, é um giro-o-giro no vago dos gerais, que nem os pássaros de rios e lagoas. O senhor vê: o Zé-Zim, o melhor meeiro meu aqui, risonho e habilidoso. Pergunto: Zé-Zim, por que é que você não cria galinhas-d'angola, como todo mundo faz? (ROSA, 2001: 58).

A resposta vem na precisa formulação de Guimarães Rosa para a condição do homem do campo no Brasil: “Quero criar nada não...” — me deu resposta... ‘Eu gosto muito de mudar...’” (ROSA, 2001: 58).

Em face do caráter contingente de sua absorção aos meios produtivos, essas populações camponesas, sobrevivendo dentro de uma lógica marcada pelo deslocamento constante, não representam força de trabalho significativa, quer seja na pecuária, onde muitos braços são desnecessários, quer seja no âmbito do latifúndio monocultor. Em toda, alcançando alternativas para esta situação contingente, irão se instalar no campo das relações pessoais, seja em cumplicidade com companheiros de jornada, seja com os poderosos dos quais depende: “jagunço não é muito de conversa continuada nem de amizades estreitas: a bem eles se misturam e desmisturam, de acaso, mas cada um é feito por si” (ROSA, 2001: 29).

Ignorados e desprezados em relação aos próprios direitos, bem como a inaptidão para organizar-se em defesa dos mesmos, resta ao homem do campo fazer valer aquilo que lhe rendera as agruras sertanejas: sua valentia, compensatória de todas as carências; a violência torna-se evento resolutivo na relação entre os homens, único meio para manter resguardada sua integridade física e moral, conservando intacta sua suposta independência. Portanto, ser jagunço, constitui um estar sozinho no espaço do sertão, onde o que vale é o poder seco da pessoa, assim diria o jagunço Riobaldo, protagonista do *Grande Sertão*. Na acepção de Walnice Nogueira Galvão:

Livre, e por isso mesmo dependente. Sem ter nada de seu, e por isso mesmo servidor pessoal de quem tem. Inconsciente de seu destino, e por isso mesmo tendo seu destino totalmente determinado por outrem. Sem causas a defender, e por isso mesmo usado para defender causas alheias. A vulso e móvel, e por isso mesmo chefiado autoritariamente e fixado em sua posição de instrumento. Posto em disponibilidade pela organização econômica, que não necessita de sua força de trabalho, e por isso mesmo encontrando quem dele disponha, para outras tarefas que não as da produção. Tal é a condição dessa imensa massa de sujeitos disponíveis em

suas “existências avulsas”, que estavam aí para serem usados, e que o foram, ao longo de toda a história brasileira (GALVÃO, 1986: 41-42).

Membro de um grupo armado a serviço de chefes em oposição ou situação em relação ao governo estabelecido, compõe-se o ser jagunço, potencial de força manipulado por outrem para o exercício do poder¹⁸. Podendo ser utilizado tanto para o trabalho como para a destruição, para manter tanto quanto para colocá-la em perigo, para impor a lei como também transgredi-la, vingando ofensas ao mesmo tempo em que as pode praticar; as razões que orientam e determinam sua ação, em certos momentos, fogem de sua escolha imediata. O senhor é quem designa, o jagunço executa. Tudo aquilo que se inscreve fora das tarefas cotidianas se posiciona fora de seu alcance. Nestes termos o determina Antonio Candido:

o jagunço é, portanto, aquele que, no sertão, adota uma certa conduta de guerra e aventura compatível com o meio, embora se revista de atributos contrários a isto; mas não é necessariamente pior do que os outros, que adotam condutas de paz, atuam teoricamente por meios legais como o voto, e se opõem à barbárie enquanto civilizados. Ao contrário, parece freqüentemente que o risco e a disciplina dão ao jagunço uma espécie de dignidade não encontrada em fazendeiros estadonhos, solertes aproveitadores da situação, que o empregam para seus fins ou o exploram para maior luzimento da máquina econômica (CANDIDO, 2004: 113).

Nossa vida ideológica acompanhava dependentemente os passos da Europa. O projeto de nação era na verdade uma representação daquilo que se implantava na Europa. A modernidade, a civilização, os princípios liberais eram a fachada de um interior corrompido de mazelas, compromissos e articulações fraudulentas; as ideias liberais eram usadas de forma ornamental, como prova de modernidade e distinção. As ideias realmente pareciam fora do lugar.

¹⁸ Para o teórico político Thomas Hobbes, o poder se exerce de modo original, de homem para homem, ou através de uma estrutura instrumental, com a impessoalidade derivada dessa intermediação institucionalizada. Acompanhando o raciocínio do teórico inglês, FAORO (2004) coloca que: “Trata-se de um poder de homem a homem, não racional, pré-burocrático, de índole tradicional. O mecanismo estatal, na percepção dos homens do campo, lhes parece, na sua composição jurídica e impessoal, o longínquo mistério de sombras. No máximo, o presidente e o governador corporificam os donos da República ou do Estado, superfazendeiros que dispõem de tudo, da vida e do patrimônio dos cidadãos. O homem do *sertão*, da mata e do pampa sabe que o chefe manda e ao seu mando se conforma, sem que o socorra, para levantar o quadro de domínio, a ideia de representação. Essa dominação implantada através da lealdade, do respeito e da veneração, estiola no dependente até mesmo a consciência de suas condições mais imediatas de existência social, visto que suas relações com o senhor apresentam-se como um consenso e uma complementariedade, onde a proteção natural do mais forte tem como retribuição honrosa o serviço que, consensualmente, é exercido para o bem... Para aquele que se encontra submetido ao domínio pessoal, inexistem marcas objetivadas do sistema de constrições a que sua existência está confinada: seu mundo é formalmente livre. Não é possível a descoberta de que sua vontade está presa a do superior, pois o processo de sujeição tem lugar como se fosse natural e espontâneo. Anulam-se as possibilidades de autoconsciência, visto como se dissolvem na vida social todas as referências a partir das quais ela poderia se constituir. Plenamente desenvolvida, a dominação pessoal transforma aquele que a sofre numa criatura domesticada: proteção e benevolência lhe são concedidas em troca de fidelidade e serviços reflexos. Assim, para aquele que está preso ao poder pessoal, se define um destino imóvel, que se fecha insensivelmente no conformismo. Quem tem chefe, não delibera, ouve e executa ordens”. (FAORO, op. cit., p.634).

O escritor diplomata parecia ter plena consciência de que o sertão enquanto mote de compreensão do Brasil disfarçava determinadas categorias de análise que estabeleciam diferenciações entre as regiões do país. O estabelecimento de tais diferenciações permitia pensar o sertão como par dicotômico, espaço da falta de exercício da ação pública em um polo, como também, repositório da autenticidade nacional, em outro. Ambas as conotações empregadas segundo o gesto artístico-ficcional que permitiria tratar a matéria intratável.

Vasculhar o texto rosiano em busca dessas ranhuras interiores que façam ver o diálogo com outros textos é encontrá-lo em outros lugares, pululando em outras significações. Uma leitura, ou várias, sempre age(m) como dispositivos que reorganizam o significado organizado aprioristicamente, desvendando-lhe outras marcas e significações.

III

Pertencente a uma fase distinta da maneira de Guimarães Rosa entender e representar o sertão e seus caracteres constituintes, o livro de contos *Sagarana* (1946)¹⁹ seria a obra inaugural de uma primeira fase que se completaria com a publicação de *Grande Sertão: Veredas* e essencialmente *Corpo de Baile*. Em *Sagarana*, além da violência social irrefreável presente no conjunto da obra, Rosa abordou uma série de temáticas inerentes aos debates desenvolvidos especialmente a partir dos anos 20 no meio intelectual brasileiro; debates estes que tinha a intenção latente de analisar os problemas da nação com objetivo de gerar alternativas de correção. Dessa forma, procedendo a uma leitura comparativa de dois contos do livro (por julgarmos representativos da totalidade de temáticas expressas na obra), pretendemos evidenciar como certas representações do sertão e por extensão da nacionalidade se organizam nas entrelinhas do universo narrativo rosiano. Nossa leitura seguirá a orientação já proposta que se vale do chamado pensamento social brasileiro, que, assim como *Sagarana*, trata do Brasil e suas vicissitudes.

No entanto, o fato de mantermos uma intenção comparativa entre a narrativa do escritor mineiro e algumas ideias fundantes do pensamento social a respeito do espaço sertanejo, não implica dizer que o texto de *Sagarana* mantém um nexos evidente e seguro com as obras de pensadores do ensaísmo social. Quando e onde nos pareceu mais apropriado, estabelecemos conexões entre o acidentado percurso da cultura brasileira em Guimarães Rosa e as manifestações do pensamento social. Para a maior parte dos interpretes do Brasil, a nação

¹⁹ *Sagarana* é substantivo composto de “Saga” (derivado do germ. *sagen*, to say) e “rana”, palavra tupi que expressa semelhança ou analogia. A “saga” rosiana condensa nestas narrativas o núcleo lendário e a forma mais “banal” da comunicação cotidiana, o contar-casos.

brasileira parece padecer de alguma ausência ou insuficiência constituinte no transcurso de sua formação que afeta decisivamente seu curso em rumo da civilização. Uma parcela considerável desses intelectuais localiza esta falta no espaço do sertão. Interessa-nos aqui percorrer os contos de *Sagarana* em razão de alcançar, até onde for possível, vestígios camuflados de interlocução entre as representações do Brasil levadas a efeito na narrativa de Rosa e as narrativas da *falta/insuficiência* de que são dotadas as obras do ensaísmo social brasileiro.

Apesar de figurar no cenário das letras nacionais dez anos antes de *Corpo de Baile e Grande Sertão: Veredas*, *Sagarana* também faz desfilar um sem numero de narradores diversos entre si, responsáveis por conduzir as estórias do escritor mineiro. Caso fôssemos elencar suas personagens na integralidade, passo que não almejamos dar, veríamos um corpo fecundo de vaqueiros, animais, burros, malandros, doentes, coronéis, valentões, jagunços, vaqueiros, donzelas, velhos, crianças e ciganos coabitando o mesmo espaço, dotando de cores singulares a mesma região, significando e imaginando um sertão, simbólico, prático e natural. Guiados ora pela ascendência que lhes acomete o clima, vez por outra, ancorados numa transcendência metafísica a lhes guiar os destinos, os personagens rosianos são profundos e imediatos, contemplativos e viscerais. Em *Sagarana*, o horror, o místico, a violência são temas recorrentes, assim como a dor e a tristeza, elementos constituintes de um cenário físico e simbólico, realidade imaginada e conformadora de identidades. Neste sentido, ressalva seja feita quanto as nossas pretensões de interpretação: a representação do Brasil percebida em *Sagarana* é uma elaboração ficcional da realidade, e como tal, não constitui um retrato fidedigno e estático do Brasil, não sendo, assim, nosso objetivo equipará-la ao caráter dos ensaios sociais por ventura referenciados. Mesmo porque, a representação construída por Guimarães Rosa sugere mais do que afirma e, portanto, está distante de uma intenção que projete a realidade em moldes figurativos muito delineados. Não possui enfim, estatuto de diagnóstico científico.

Guimarães Rosa abre *Sagarana* com o conto “O burrinho pedrês”, estória de um esquecido e maltrapilho burro (asno) sobre o qual parece recair todos os infortúnios da vida de um ser humano. No mais, o asno recria e reflete as vicissitudes que acompanham a existência no sertão. O burrinho é comprado, vendido e roubado por diversas vezes, recebendo os mais diversos nomes ou apelidos antes de retornar para seu antigo dono. Claro está quando feita a leitura do conto de que o asno de aparência pouco vistosa figura como símbolo de algo que lhe está para além. Não é a evocação de um simples asno, mas algo que toma corpo e ser na cabeça do leitor por semelhança talvez. Vejamos:

Mudo e mouco vai Sete-de-Ouros, no seu passo curto de introvertido, pondo, com precisão milimétrica, no rastro das patas da frente as mimosas patas de trás. [...] Bem que Sete-de-Ouros se inventa, sempre no seu. Não a praça larga do claro, nem o cavouco do sono: só um remanso, pouso de pausa, com as pestanas meando os olhos, o mundo de fora feito um sossego, coado na quase sombra, e, de dentro, funda certeza viva, subida de raiz: com as orelhas – espelhos da alma – tremulando, tais ponteiros de quadrante, aos episódios para a estrada, pela ponte nebulosa por onde os burrinhos sabem ir, qual a qual, sem conversa, sem perguntas, cada um no seu lugar, devagar, por todos os séculos e seculórios, mansamente amém (ROSA, 1984: 46).

O pequeno burro “se inventa”, somente adota comportamentos práticos, movimentos precisos, sem baldeações, próprios a uma qualidade intrinsecamente brasileira e sertaneja, qual seja: Guimarães Rosa alude a uma característica plenamente debatida pela intelectualidade brasileira quando tratando do homem interiorano, a preguiça, quase mitificada no pensamento de um Paulo Prado. O ser preguiçoso do burro, de gestos remanceiros, traduz outra noção plenamente atribuída ao espaço sertanejo, à lógica de um tempo que passa arrastado, a lentidão, enfim, como traço definidor da percepção de tempo e espaço no sertão. Essa noção de que o tempo transcorre penosamente fora adotada pela literatura regional brasileira para marcar a ubiquidade do ritmo da vida humana com a imobilidade da paisagem natural. Estar no campo se consagra com uma perene necessidade de repouso em face de um espaço governado pela lentidão e paciência: “o sertão era uma espera enorme”.

Essa percepção de tempo contrastava com o ritmo da civilização urbana, acelerado, contínuo e utilitarista. Esta paisagem literária fundamentada na imagem do mundo natural em sua permanência, poderia ser “capaz de transmitir a sensação de enraizamento própria ao sentimento nacional, e que, frente a um tempo em aceleração, tornavam-se o retrato do passado no presente, a ser suplantado ou criteriosamente encenado para conservação na cultura” (MURARI, 2002: 55).

É qualidade própria da literatura de Rosa, em diversas de suas estórias, conferir aos animais qualidades propriamente humanas. Esse antropomorfismo no conto começa a desenhar-se lentamente na conduta de Sete-de-Ouros²⁰, “miúdo e resignado”, “muito idoso”, “decrépito”, “em constante semi-sono”, a figura rústica do burrinho parece emanar uma humilde e solene seriedade que beira o cômico em alguns momentos: “O capim que ficara a sair-lhe dos cantos da boca foi encurtado e sumiu, triturado docemente. Então ele dilatou as narinas. Trombejou o labro. E fez brusca eloquência de orelhas”. Sete-de-Ouros parece indicar em seus comportamentos um intenso entendimento de tudo ao seu redor, com

²⁰ O burrinho pedrês tem o nome recoberto pela magia de um número místico – o sete – e pela força simbólica do ouro, representando a superação e a transcendência.

seriedade e nobreza nas ações; de todo modo, o velho era uma montaria da qual todos faziam pouco caso, preferindo os cavalos como montaria. A Badu, vaqueiro que se atrasa ao começo da boiada, resta-lhe a montaria do velho burro, pequeno e lento. Ao que não se contem em ira e reparte:

– Que é do meu poldro?! Ô-quê!? Só deixaram para mim este burro desgraçado?... Sete-de-Ouros enrugou a pele das espáduas. Foi amolecendo as orelhas. E fechou os olhos. Nada tinha com brigas, ciúmes e amores, e não queria saber coisa a respeito de tamanhas complicações (ROSA, 1984: 48).

O desfilar das características antropomórficas do asno conduzem no sentido de marcar os caracteres definidores do ser sertanejo, do homem do sertão. Pelo menos de um tipo ideal de sertanejo, o qual Euclides da Cunha esboçou em *Os Sertões*. No caso do conto rosiano, a interlocução com as ideias de Euclides vai se constituindo no contraste entre a inteligência vivencial verificada no burrinho – sua vida miúda conduzida no despojamento despretenso do sertão, sua economia de gestos, bem como sua entrega impassível ao inevitável – e o risco sempre constante do estouro violento, da manifestação da violência naquele espaço do sertão. Desse modo, em boa parte dos contos de *Sagarana*, a começar por este *O burrinho pedrês*, “se apresentam passagens que ressaltam as manifestações agressivas dos animais, a possibilidade de controle dessa agressividade e o sempre presente risco de retrocesso rumo à selvageria” (BENEDETTI, 2008: 20). Parece haver uma violência incontida, latente em homens e animais prestes a despontar, que no caso do espaço sertanejo, reforçaria a ideia da luta do homem com o meio, num esforço constante pela sobrevivência em que se misturam animais, homens e plantas; e onde prevalecem as astúcias. Ou como diria um dos narradores rosiano: “o poder seco da pessoa é que vale”.

Começemos pelas astúcias do ser, ou pelo ser ladino como quer Rosa, e depois faremos algumas considerações a respeito do estado de violência associado ao sertão.

Desprovidos da força, beleza e da velocidade dos cavalos, são os burros sempre preteridos; em todo caso, os últimos parecem gozar de estranha inteligência. Pouco vistosos, pequenos e lerdos, os asnos quase que metaforizam a própria paisagem do sertão no que há de árido e cinzento. Entretanto são astutos, assim o concebe – Sete-de-Ouros – o vaqueiro João Manico, quando indagado por seu senhor:

– Escuta uma pergunta séria, meu compadre João Manico: Você acha que burro é burro?
– Seu Major meu compadre, isso até é que eu não acho, não. Sei que eles são ladinos demais... (ROSA, 1984: 34).

Burros, como sertanejos, são ladinos, quer dizer, astutos. Estabelecem em relação com seu espaço positiva inteligência, fruto das experiências em sua trajetória de vida no lugar. Ou seja, o sertanejo, tal qual, o asno, conhecem os ritmos, sons e silêncios do sertão; homens e animais estão conectados pela experiência da vida sertaneja, concebida por Euclides da Cunha como dramática. No sertão rosiano, homens e animais (ou o meio) participam de uma experiência conjunta, fazem parte de um mesmo plano. O conhecimento, as astúcias se manifestam de duas formas, hermeneuticamente: a princípio, o conhecimento advém da experiência mediada pelo olhar e atenções nos detalhes do entorno; em segundo lugar, o conhecimento é fruto da experiência com os homens e com os bois, assumindo estes a condição de referencial para lidar com aqueles; deve saber o homem que assim como um boi pode alternar a mansidão em ato de violência extrema, o homem pode converte-se em bicho num instante. De certo que acertar ou errar diz respeito a capacidade de ver o mundo, da astúcia:

– Escuta, Manico: é bom a gente ver tudo de longe. Assim como nós dois aqui vamos indo... Pelo rastro, no chão, a gente sabe de muita coisa que com a boiada vai acontecendo. Você também é bom rastreador, eu sei. Olha, o que eu entendo das pessoas, foi com o traquejo dos bois que eu aprendi... (ROSA, 1984: 35).

Destarte, o conhecimento de mundo, dos homens e animais fará Major Saulo não desprezar o burrinho mal vistoso, reconhecendo seu valor de animal prudente, de instintos cordiais. Mesmo assim, Sete-de-Ouros participa da boiada como montaria desprezada pelos outros homens. Entretanto, como apontado acima, o conto assume dois planos narrativos. Em princípio a história gira em torno de uma tentativa de vingança (a violência latente) motivada por evento transcorrido durante os preparativos para a viagem: circula a notícia de que um dos vaqueiros – Silvino – nutre ódio particular contra Badu, que há pouco começara um namoro com uma moça dona dos afetos do primeiro. O enredo parece conduzir para a vingança de Silvino contra Badu. Major Saulo, dando conta dos boatos sobre a desdita, age prontamente, destacando Francolim para atentar nos passos de Silvino, evitando assim os desfechos da trama.

No entanto, não houve tempo para vingança. No retorno para a Fazenda da Tampa, tendo sido feita a entrega da boiada, durante a noite, os cavalos esbararam de estancar, aludindo algum perigo. O Córrego da Fome – nome sugestivo em se tratando daquele espaço – havia transbordado em razão da chuva e todos optaram por aguardar a chegada de Badu e o burrinho Sete-de-Ouros amparados na certeza de que se o burro seguisse adiante era sinal de que não havia perigo (crença na prudência do animal), já que “os burros não entram em lugar de onde não podem sair”.

- Vamos deixar chegar o Badú, mais o burrinho caduco, que vêm vindo aí na rabeira, minha gente!
- Isso mesmo, Silvino. Vai ser engraçado...
- Engraçado?! É mas é muito engano. O burrinho é quem vai resolver: se ele entrar n'água, os cavalos acompanham, e nós podemos seguir sem susto. Burro não se mete em lugar de onde ele não sabe sair! (ROSA, 1984: 59).

Sete-de-Ouros foi adiante e os cavalos seguiram-no. Oito vaqueiros e os seus cavalos se afogaram. No momento do afogamento dos vaqueiros a constatação da violência contida no espaço: “E ali era a barriga faminta da cobra, comedora de gente; ali onde findavam o fôlego e a força dos cavalos aflitos. Com um rabejo, a corrente entornou a si o pessoal vivo, enrolou-o em suas roscas, espalhou, afundou, afogou e levou” (ROSA, 1984: 66). Aqui uma imagem que poderia muito bem integrar *Os Sertões*, segundo a visão dramática da contenda entre o homem e o meio, violento e rude.

Fernando Azevedo em *A Cultura Brasileira (1945)* definiu Euclides como dono de um espírito localista, que o permitiu acessar o mais singular de nossa nacionalidade, e com a força de seu estilo “pôde apresentar a vida dos sertões, nos seus aspectos primários e brutais, e dar-nos como ninguém a sensação estranha de tudo que é grande e poderoso, contraditório e traiçoeiro na terra e na natureza tropical” (AZEVEDO *Apud* OLIVEIRA, 1998: 203).

Reflexo do pensamento euclidiano pode ser encontrado em inúmeros autores, entre os quais, podemos citar Ronald de Carvalho em *As bases da nacionalidade brasileira, 1924*. Para o autor,

somos atraídos pela imensidão da terra, pela maravilha da natureza. Em verdade, o brasileiro encontrou uma natureza áspera e pouco generosa para as criações do homem civilizado. Faz-se mister que ele a domine continuamente, para não ser absorvido por ela ... pois, ao menor descuido, a terra volta novamente a sufocá-lo, na magia de sua exuberância violenta e impiedosa (CARVALHO *Apud* OLIVEIRA, 1998).

A lógica corrente segundo a qual nos distinguimos de acordo com o espaço geográfico subsiste enquanto dispositivo interpretativo para a caracterização social e cultural.

Retornando a narrativa, salvaram-se apenas Sete-de-Ouros, Badu que o montava e Francolim, que se deixou levar pelo córrego pendurado no rabo do burrinho. Salvaram-se os três em razão da astúcia do burrinho, que não desesperou, nem investiu contra a correnteza. Entregou-se ao inevitável.

Para além desse momento de tragédia o volume da história converge para certo tipo de sentimento: aquele próprio do sertanejo, de lidar com o inevitável, de existir com economia de

tratos. O começo da história de Sete-de-Ouros demarca as contingências da vida: misturam-se alegriazinhas e tristezas em sua trajetória. De todo modo, mesmo em face das agruras experimentadas, seu passo mantém-se tranquilo, convertendo-o de vítima do meio em herói-sem-heroísmo: criatura que invade a miséria do existir sem rompantes de dor ou angústia, sem arrojados esplêndidos, heroicos.

Na mocidade, muitas coisas lhe haviam acontecido. Fora comprado, dado, trocado e revendido, vezes, por bons e maus preços. Em cima dele morrera um tropeiro do Indaiá, baleado pelas costas. Trouxera, um dia, do pasto - coisa muito rara para essa raça de cobras - uma jararacussu, pendurada do focinho, como linda tromba negra com diagonais amarelas, da qual não morreu porque a lua era boa e o benzedor acudiu pronto. Vinha-lhe de padrinho jogador de truque a última intitulação, de baralho, de manilha; mas, vida a fora, por anos e anos, outras tivera, sempre involuntariamente: Brinquinho, primeiro, ao ser brinquedo de meninos; Rolete, em seguida, pois fora gordo, na adolescência; mais tarde, Chico-Chato, porque o sétimo dono, que tinha essa alcunha, se esquecera, ao negociá-lo, de ensinar ao novo comprador o nome do animal, e, na região, em tais casos, assim sucedia; e, ainda, Capricho, visto que o novo proprietário pensava que Chico-Chato não fosse apelido decente.

A marca-de-ferro - um coração no quarto esquerdo dianteiro - estava meio apagada: lembrança dos ciganos, que o tinham raptado e disfarçado, ovantes, para a primeira baldroca de estrada. Mas o roubo só rendera cadeia e pancadas aos pândegos dos ciganos, enquanto Sete-de-Ouros voltara para a Fazenda da Tampa, onde tudo era enorme e despropositado: três mil alqueires de terra, toda em pastos; e o dono, o Major Saulo, de botas e esporas, corpulento, quase um obeso, de olhos verdes, misterioso, que só com o olhar mandava um boi bravo se ir de castigo, e que ria, sempre ria - riso grosso, quando irado; riso fino, quando alegre; e riso mudo, de normal (ROSA, 1984: 30).

Sete-de-Ouros assume a condição genérica dos sertanejos que Guimarães Rosa idealiza, reunindo-lhes os atributos emblemáticos para tal: o sertanejo é homem singular porque dotado de uma capacidade de “contemplação prática”, entrega e “fé” nas pequenas “alegriazinhas” oferecidas pela rude realidade do sertão²¹.

Embora Rosa diminua ou até inviabilize sua associação a sistemas de ideias filosóficas ou sociais, afirmando em contrapartida a sua tendência majoritária para as dimensões do místico e da intuição, é improvável não visualizar referências imprevistas à escritura positivista e imaginativa de Euclides da Cunha nos seus contos. De todo modo, o escritor mineiro não recupera integralmente e segue linearmente as proposituras emblemáticas contidas *n'Os Sertões*.

Quando Guimarães Rosa projeta em homens e animais a astúcia (o ser ladino) de se moverem no espaço do sertão com seus perigos e agruras, está recuperando Euclides, de

²¹ Em carta a João Condé, comentando aspectos de *Sagarana*, Guimarães Rosa afirma: “Sou um homem profundamente crente, embora fora dos trilhos das confissões...” Aqui se referi ao seu *Sete-de-Ouros* e sua “Religião”: entregue àquela confiança e atenção que retêm tudo o que há de bom e favorável no meio das ásperas decepções da vida.

forma diminuta e não dramática; às vezes cômica, como no caso do burrinho Sete-de-Ouros. Veja-se a descrição que Euclides da Cunha realiza dos híbridos sertanejos.

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral.

A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas. É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gingante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofreia o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a espenda da sela. Caminhando, mesmo a passo rápido, não traça trajetória retilínea e firme. Avança celeremente, num bambolear característico, de que parecem ser o traço geométrico os meandros das trilhas sertanejas. E se na marcha estaca pelo motivo mais vulgar, para enrolar um cigarro, bater o isqueiro, ou travar ligeira conversa com um amigo, cai logo — cai é o termo — de cócoras, atravessando largo tempo numa posição de equilíbrio instável, em que todo o seu corpo fica suspenso pelos dedos grandes dos pés, sentado sobre os calcanhares, com uma simplicidade a um tempo ridícula e adorável (CUNHA, 1975: 99).

Ridículo e adorável o é também o burrinho de Rosa. Sua fealdade desgraciosa e aparente fraqueza são, como os defeitos dos sertanejos, sua virtude e sua superioridade específicas. Eternamente sonolento, ele parece viver num permanente semissono, e percebe o mundo ao redor “coado” pelas pálpebras meio fechadas. Mas, esse entrever faz parte da sutil economia de forças e energias que caracteriza o sertão. Rosa nada mais faz do que transpor a descrição direta do homem do sertão para um dos animais (Cf. ROSENFELD, 2006: 60). Naturalmente que a construção do personagem do escritor mineiro não pretende reproduzir a análise histórico-sociológica de Euclides; mas, fica evidente que os signos que compõem o caráter de Sete-de-Ouro possui um lastro imaginário funcionando como referente. O sertanejo de *Os Sertões* desponta no horizonte do escritor mineiro como potencial narrativo. Subtraindo a carga dramática do sertanejo euclidiano, a qualidade do ladino rosiano e sagaz sobrevivente das agruras do sertão, deixa escapar murmúrios de um diálogo com o texto de Euclides.

Sete-de-Ouros é a representação do tipo de vida a que estão sujeitos os seres sertanejos, acuados por uma natureza indomada, sobrevivendo segundo uma astúcia que lhe é própria, de saber a hora do descanso e da luta no meio de turbilhão de dificuldades que ameaçam sua existência. Sem representar a face inconstante, bárbara e impetuosa – papel conferido aos bois – o burrinho pedrês de Rosa ilumina aquela inteligência e esperteza “criatural” própria de um entendimento não racional das vicissitudes do mundo; há um envolvimento alquímico com a totalidade do universo sertanejo (ROSENFELD, 2006: 63).

Entretanto, toda a aparência de cansaço ilude, toda a anomia evidente é enganosa: de tal soma agrupam-se o sertanejo euclidiano e o Sete-de-Ouros rosiano.

É o homem permanentemente fatigado.

Reflete a preguiça invencível, a atonia muscular perene, em tudo: na palavra remorada, no gesto contrafeito, no andar desaprumado, na cadência langorosa das modinhas, na tendência constante à imobilidade e à quietude.

Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude.

Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecer de improviso. Naquela organização combatida operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormecidas. O homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe, alta, sobre os ombros possantes aclarada pelo olhar desassombrado e

forte; e corrigem-se-lhe, prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e da figura vulgar do tabaréu canhestro reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias (CUNHA, 1975: 100).

Quanto a Sete-de-Ouros, enfrentara com prudência a ameaça que o meio representava; hesitara um tempo, mas avançara sobre o vale alagado pela enchente – córrego da Fome –, navegando com dificuldade, alternando momentos de descanso nas correntezas; evitava troncos e pedras lançadas pela água segundo um cálculo preciso; usa de paciência e serenidade quando os instantes exigem e avança nas águas; ao fim, se alça ao chão firme seguro, enquanto o restante da tropa padece afogada, resultado do nervosismo dos cavalos e da valentia desmedida dos seus cavaleiros (Cf. ROSENFELD, 2006: 65).

Nenhuma pressa! Outra remada, vagarosa. No fim de tudo, tem o pátio, com os cochos, muito milho, na Fazenda; e depois o pasto: sombra, capim e sossego... Nenhuma pressa. Aqui, por ora, este poço doido, que barulha como um fogo, e faz medo, não é novo: tudo é ruim e uma só coisa, no caminho: como os homens e os seus modos, costumeira confusão. É só fechar os olhos. Como sempre. Outra passada, na massa fria. E ir sem afã, à voga surda, amigo da água, bem com o escuro, filho do fundo, poupando forças para o fim. Nada mais, nada de graça; nem um arranco, fora de hora. Assim (ROSA, 1984: 63).

IV

“– É mau, por causa que eles são tristes...
Repara, só, no berro que eles têm...”

Um segundo aspecto, fundamental e prioritário para compreendermos a vitalidade do conto em lançar faíscas sobre temas contidos em pensadores que se debruçaram sobre

caracteres formativos da nação e seu povo, diz respeito às forças que reagem ao progresso: ausência de ânimo empreendedor; saudosismo e propensão ao retrocesso, provocados pela melancolia que anima o brasileiro, apontada por Paulo Prado em *Retrato do Brasil*. Por tratar de forças alheias ao desenvolvimento, gatilhos para a desordem e a violência, *Sagarana* parece afirmar a necessidade de um contrato social para conter a irrupção da barbárie daquele espaço sertanejo. Há uma *falta constituinte* que inspira cuidados: ausência de ânimo progressista. Retrocesso, desordem e violência são os produtos dessa falta.

E, aquilo, ele chorava, sem parar, e de um sentir que fazia pena... Não adiantava a gente querer engambelar nem entreter... Eu pelejei, pelejei, todo – o – mundo inventava coisa para poder agradar o desgraçadinho, mas nada d’ele parar de chorar...
– Que inferno!
– E o gado também vinha vindo trotando triste, não querendo vir. Nunca vi gado para ter querência daquele jeito... Cada um caminhava um trecho, virava para trás, e berrava comprido, de vez em quando... Era uma campanha! A qualquer horinha a gente estava vendo que a boiada ia dar a despedida e arribar. E era só seu Saulinho recomendando: – “Abre o olho, meu povo, que eles estão com vontade de voltar!” (ROSA, 1984: 54–55).

As forças do retrocesso são a partir de agora representadas na história do negrinho, que estando longe de casa – mandado embora por ordem de um fazendeiro – se encontrava em poder de Major Saulo que prometera levá-lo a Curvelo. Saudoso de casa, o negrinho passara a viagem toda chorando sua volta: “Me deixa eu ir–s’embora para trás! Me deixa eu ir–s’embora para trás!” (ROSA, 1984: 55). A tristeza do menino perigava aticar a “querência”²² do boi, que era a do homem também: a tristeza transformada em canção entoada pelo negrinho periga despertar o desejo da volta, arrebatando todos, homens e bois – querenciados –, para a saudade e a vontade de retorno.

... E foi aí, bem na hora em que o sol estava sumindo lá pelos campos e matos, que o pretinho começou a cantar...
... Ah, se vocês ouvissem! Que cantiga mais triste, e que voz mais triste de bonita!... Não sei de onde aquele menino foi tirar tanta tristeza, para repartir com a gente...
Inda era pior do que o choro de em–antes...
...E, aquilo, logo que ele principiou na toada, eu vi que o gado ia ficando desinquieta, desistindo de querer pastar, todos se mexendo e fazendo redemoinho e berrando feio, quase que do jeito de que boi berra quando vê o sangue morto de outro boi...
...Mas, depois; pararam de berrar, eu acho que para não atrapalhar a cantoria do pretinho. E o pretinho cantava, quase chorando, soluçando mesmo... Era assim uma cantiga sorumbática, desfeliz que nem saudade em coração de gente ruim...

²² A “querência” designa um obscuro sentimento, mais bem dito, uma insidiosa inclinação de corpo e alma que a consciência e a vontade do indivíduo mal percebem. Trata-se de um virtual tender para um além que se faz presente na figura de um “algo” perdido e nunca esquecido, que aparece como a “causa” sem causa patente dos grandes perigos do sertão. No fundo do sertão, do ser humano e da criatura há, portanto, um sem-fundo, um vazio – “o magma” daqueles acessos de “brabeza” de boi e homens e daqueles “estouros de boiadas” reais e metafóricos, que desencadeiam avalanches devastadoras de violência (ROSENFELD, 2006: 40).

Mas, linda, linda como uma alegria chorando, uma alegria judiada, que ficou triste de repente:

... *“Ninguém de mim
ninguém de mim
tem compaixão...”*

Aquilo saía gemido e tremido, e vinha bulir com o coração da gente, mas era forte demais. Octaviano pediu a seu Saulinho para mandar o pretinho calar a boca. Mas seu Saulinho tinha tirado da algibeira o retrato da patroa, e ficou espiando, mais as cartas... (...)

... Aí, então, eu comecei a me lembrar de uma porção de coisas, do lugar onde eu nasci, de tudo... (...)

...E o pretinho ia cantando, e, quando ele parava ponto para tomar fôlego, sempre alguma rês urrava ou gemia, parecendo que estavam procurando, todos de cabeça em pé...Então, o Binga me disse: – “Repara só, João Manico, como boi aquerenciado não se cansa de sofrer”... (ROSA: 1984: 56–7).

A querência dos bois e homens totalmente inflamada pela catanga do pretinho provoca o estouro da boiada e a irrupção devastadora da violência no sertão. Os bois debandam sem freios a caminho de casa, voltando; os homens sem poder voltar dali, entregam-se ao banzo – *Saulinho tinha tirado da algibeira o retrato da patroa, e ficou espiando, mais as cartas*. Vale pensar como este episódio recompõe o poder das forças de retrocesso, na medida em que um pequeno menino consegue afetar um conjunto de vaqueiros e uma manada de bois por seu sentimento de melancolia. O efeito devastador do estouro da boiada fica evidente pela descrição dos restos dos dois vaqueiros pisoteados, bem como, das precárias condições do gado recuperado:

Tinham espondongado por ali a fora, e a gente foi achar uns atolados no brejão, outros de pescoço quebrado, caídos no fundo das pirambeiras, e muitos perdidos no meio do mato, sem nem saber por onde dar volta para acharem o caminho de casa... Outros tinham rolado rio abaixo, para piranha comer. E, os que a gente pode arrebanhar de novo, deram, mal e mal, uma boiadinha chocha, assim de brinquedo, e numa petição – de – miséria, que a gente até tinha pena, e dava vontade de se botar a bênção neles e soltar todos no sem–dono! São, são, não tinha quase nenhum... Eram só bois náfegos, vacas descadeiradas, bezerros com torcedura de munheca ou canela partida, garrotes com quebra de palheta ou de anca, o diabo! E muitos desmochados ou de chifre escardado, descascado fundo, dando sangue no sabugo, de tanto bater testada em árvore... Por de longe que a gente olhasse, mesmo o que estava melhorzinho não passava sem ter muito esfolado e muita peladura no corpo... Um prejuízo!...(ROSA, 1984: 58–60).

Neste caso, a cantiga entoada pelo negrinho desperta a tristeza, traço que instaura a desordem naquele espaço. Tida como elemento de retrocesso, a “querência” do boi acarreta o estado de natureza, denotando a incapacidade do homem de refrear os impulsos da natureza, acabando por vigorar o estado de barbárie, violência. Impedir a manifestação desse estado de alma que abate e oprime o espírito brasileiro no caminho da civilização era fundamental para o progresso do homem sobre o meio através de obras de cultura. “O homem brasileiro é

melancólico, e a sua tristeza se exprime pela voz da poesia”, assim afirmava Graça Aranha no seu n’*A estética da vida*. Aranha discute neste trabalho como a experiência do exilado, do desterro é fundante para compreender o espírito que inflama o brasileiro. Segundo o autor, o elemento europeu – português – responsável pela colonização do Brasil não se adaptara completamente a terra brasílica, tendo com isso, gestado o sentimento de nostalgia pela terra deixada para trás. Graça Aranha define nestes termos a questão: “Ele era, assim, um perpétuo desterrado: por vezes tem-se a impressão de que o homem brasileiro deixou as suas raízes em outras paragens; é um transplantado que enlanguesce numa singular nostalgia. (...) O homem brasileiro é melancólico, e a sua tristeza se exprime pela voz da poesia” (ARANHA, 1920 *Apud* MURARI, 2002: 401).

Assim parece confirmar a cantiga do negrinho no conto rosiano: “Ninguém de mim, ninguém de mim tem compaixão”. Gestada e divulgada pela elite intelectual brasileira, a tristeza brasileira se assenta segundo a mistura de três tristezas divergentes: “os infelizes portugueses, mistificados pela doutrina cristã e pelo longo cativo árabe; os nostálgicos africanos desgarrados da terra natal; os dolentes aborígenes, esmagados pela exuberância das florestas, aprisionados e usurpados pelos colonos” (MURARI, 2002: 400-1).

O espírito de nostalgia, próprio do Romantismo, verificado na toada melancólica do negrinho se reflete igualmente em outra estória dentro do conto. Desta feita, o título que recebe a estória é significativo da discussão até aqui montada. É a estória do boi Calundú:

Eu pernoitei lá, e vi a coisa, seô Major. Ninguém não pôde pegar no sono, enquanto não clareou o dia. O Calundú, aquilo ele berrava um gemido rouco, de fazer piedade e assustar... Uivava até feito cachorro, ou não sei se eram os cachorros também uivando, por causa dele. Leofredo, que era de lá naquele tempo, disse: – “ele está arrependido, por ter matado o menino”... Mas o velho Valô Venâncio, vaqueiro cego que não trabalhava mais, explicou para a gente que era um espírito mau que tinha se entrado no corpo do boi... Parecia que ele queria mesmo era chamar alguma pessoa. Fomos lá todos juntos. Quando ele nos viu, parou de urrar e veio, manso, na beira da cerca... Eu vi o jeito de que ele queria contar alguma coisa, e eu rezava para ele não poder falar... De manhã cedo, no outro dia, ele estava murcho, morto, no meio do curral... (ROSA, 1984: 44).

Interessa notar neste a relação do nome do boi – Calundú – com a própria acepção da palavra. Calundú traduz a noção de tristeza, melancolia e nostalgia. Comportamento apresentado – uma vez mais – tanto por homens quanto por animais, impulsividade e agressividade são atributos perfeitamente aplicáveis para animais; assim como, tristeza, melancolia ou nostalgia fazem parte do caráter humano, determinadas atitudes e pensamentos específicos. O *Léxico de Guimarães Rosa* apresenta a definição de Valdomiro Silveira do

termo “Calundú”: “ente sobrenatural que dirige os destinos humanos e, entrando no corpo de uma pessoa, a torna triste, nostálgica, mal-humorada”. (MARTINS, 2001: 94).

“Numa terra radiosa vive um povo triste”; Paulo Prado principia seu *ensaio sobre a tristeza brasileira*, o *Retrato do Brasil*, dando conta das duas características definidoras do *ethos* nacional em sua concepção: a melancolia e a saudade. Lançado em 1927, o ensaio do autor modernista acirrou os ânimos da intelectualidade nacional, recebendo duras críticas dos pensadores ufanistas pelo que fez saltar aos olhos; a saber, um complexo de mazelas nacionais que inviabilizavam o acertar do passo com o progresso dos tempos. Segundo Paulo Prado, o modelo de colonização praticado no Brasil, de exploração desregrada, desencadeou um estado de paralisia nacional em razão da atitude puramente predatória do colonizador português. Prado afirmava ser o colonizador dominado por paixões, que agiam sobre o mesmo de forma totalitária, determinando o rumo de suas ações. As paixões que dominavam o dominador eram o sensualismo e o desejo por ouro: “A história do Brasil é o desenvolvimento desordenado dessas obsessões subjugando o espírito e o corpo de suas vítimas.” (PRADO, 1999: 139). Da substância dessas paixões são escritos os quatro primeiros livros do ensaio de Prado. Iguamente, luxúria e cobiça compõem a substância de uma raça triste que vai se forjando lentamente: “A melancolia dos abusos venéreos e a melancolia dos que vivem na idéia fixa do enriquecimento – no absorto sem finalidade dessas paixões insaciáveis – são vincos fundos na nossa psique racial” (PRADO, 1999: 140-141).

Paulo Prado também analisou a melancolia enquanto um mal do Romantismo do século XIX, que teria permanecido no século como uma manifestação doentia da tristeza. De sua argumentação resulta o fato de que a tristeza característica do brasileiro se nutria constantemente no romantismo local, reforçando ainda mais nossa propensão à melancolia.

Entre nós o círculo vicioso se fechou numa mútua correspondência de influências: versos tristes, homens tristes; melancolia do povo, melancolia dos poetas. (...). Morte e amor. Os dois refrãos da poesia brasileira. O desejo de morrer vinha-lhes da desorganização da vontade e da melancolia desiludida dos que sonham com o romanesco na vida de cada dia. E fisicamente fracos pelo gasto da máquina nervosa, numa reação instintiva de vitalidade, procuravam a sobrevivência num erotismo alucinante, quase feminino. Representavam assim a astenia da raça, o vício das nossas origens mestiças (PRADO, 1999: 182-183).

Arnold Hauser, em sua *História social da arte e da literatura*, apresenta uma visão a respeito da origem do Romantismo que se afigura muito proveitosa para nosso horizonte de intenções. Para Hauser, o sentimento de solidão e nostalgia, bem como, seu correlato desejo de retomar um passado que caracterizava o homem do Romantismo eram tributários das

desilusões a que foram acometidos ao fim da Revolução Francesa. Havendo perdido o prestígio de que gozavam como grupos progressistas antes da revolução, em razão exatamente das marcas ruins deixadas pela mesma, esses homens veem-se atingidos por profunda sensação de superficialidade e impotência, adquirindo um estado de desespero e solidão que acaba determinando boa parte de sua visão de mundo. Portanto, em face de um presente desagregador, a necessidade de retorno ao passado passa a constituir lógica evidente para este grupo (Cf. BENEDETTI, 2008: 33). “Em termos gerais, o romantismo pode ser definido como uma crítica da modernidade, isto é, da civilização capitalista moderna, em nome de ideais atribuídos ao passado pré-capitalista ou pré-moderno” (LÖWY; SAYRE, 1995 *Apud* MURARI, 2002: 282). O romantismo sinaliza a preocupação com as formas de sociabilidade pré-modernas em vias de sufocamento pela ideologia do progresso e do avanço civilizatório sobre os resquícios de tradição; recuperar o passado em suas molduras culturais significava restabelecer a ligação identitária ameaçada pela homogeneização modernizante.

A literatura romântica no Brasil adota o encantamento em face de uma natureza exuberante e virtuosa, estimuladora das subjetividades e refratária ao progressismo capitalista; a exuberância era, ao mesmo tempo, matéria de encantamento e nostalgia. Nesse contexto, a literatura regional nacionaliza o sertão como espaço de memória afetiva e lugar de vida autêntica, de formas de sociabilidade definidoras do caráter essencial da nação em oposição ao cosmopolitismo tacanho do litoral/espaço urbano. Buscava-se um sertão construído na memória, dotado daquela imobilidade temporal. A literatura romântica e regional era quase sempre composta por exilados, sertanejos apartados de sua terra, urbanizados e, por isso saudosistas, ciosos pela manutenção de um lugar de resistência identitária. Em todo caso, conscientes da decadência do espaço sertanejo em razão da ofensiva progressista dos anseios civilizatórios parasitados na Europa.

O sentimentalismo do escritor Hugo de Carvalho Ramos é reflexo desta impregnação do imaginário romântico na literatura regional, em sua visão nostálgica do campo.

Amigo! Não vale descrever a vida que aí levamos e da qual fruis ainda os doces encantos. Longe, numa terra inóspita para os pequenos e humildes, nesta trapeira velha onde noite alta zune a ventania e vêm visitar-me alcatéias de ratazanas, às voltas com meus tédios e minhas pequenas manias de rabiscador anônimo, o espetáculo grandioso da civilização desenrolando-se ao pé pelo buzinar álcere dos autos nas avenidas e pedalar intermitente de tranvias, tão só, à espera dum futuro que não chega e sabendo quão amarga sói às vezes ser a solidão para os que meditam e sonham, e quão duro é viver distante das coisas que nos foram familiares, relembro a paisagem adusta de nossa velha terra e – confesso – não raro uma lágrima furtiva reçuma em minhas faces escaldadas, como óbolo votivo ao torrão onde vi a luz, onde minha infância decorreu como todas, ai, tão depressa e tão descuidosa...

Mas... basta de sentimentalismo! (RAMOS, 1950: 21).

Interessante perceber o viés romântico dessa qualificação do universo sertanejo como um espaço de nostalgia (paisagem exuberante), de afirmação de uma racionalidade outra, distante daquela vivenciada no espaço urbano. Saudade da vida rural e evocação da natureza rude como lugares de formação da sensibilidade: parece-me uma vez mais, impressões notadamente românticas do sertão como repositório da essência nacional justamente pelo seu insulamento em relação ao espaço litorâneo, dotado de um progressismo avassalador.

O passado fugia, como o gigante da fábula, a passadas de sete léguas. Junto ao mar, dentro as fibras do meu ser abalado, cérebro e coração ficaram, sondassem-lhes ao de leve o âmago, como o búzio marinho repetindo os rumores confusos das vagas ausentes... Vagas de florestas e ventanias dos meus pagos nativos!... (RAMOS, 1950: 40).

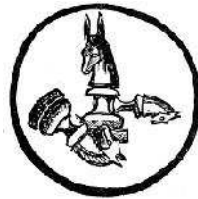
Em face do cosmopolitismo tacanho da cidade, o espaço interior do sertão assume a condição de *locus* imemorial de um passado natural e originário, de plena associação com o mundo físico-natural. Este empasse entre um mundo que parece solidificar um passado, de tempo imóvel [Sertão] e outro, veloz, sem tempo para constituição de uma memória [Cidade].

A interação que se deixa transparecer no caso do negrinho de *O burrinho pedrês*, do romantismo com a intenção de retorno ao passado, assim como sentimentos de tristeza, nostalgia e melancolia, articula-se com a dimensão do problema especificada por Arnold Hauser no texto citado acima. Quando considerada esta articulação, poderemos ampliar a compreensão possível da ideia de “espírito do Calundú”: não apenas reflete o pendor brasileiro à tristeza e nostalgia, como também, enfatiza os mesmos sentimentos com relação ao espírito do Romantismo brasileiro, agregando sua propensão de retorno ao passado – tendo a saudade como sinal mais evidente. Destarte, ajuntando às forças que emperram o progresso do povo e por consequência, da nação, o espírito romântico converte-se em sinônimo de retrocesso. Ao vislumbrar a conexão do retrocesso com o espírito do Romantismo – melancolia, tristeza, saudade –, o conto *O burrinho pedrês* denota uma relação de causa e efeito efetivamente negativa para a formação da nação moderna e civilizada: na esfera social, os sentimentos de melancolia, saudade e tristeza despertam fatores de retrocesso, tais como, apatia, inanição e, como observado no caso do negrinho, de desordem (Cf. BENEDETTI, 2008: 33).

Do contato com essas narrativas que inscrevem a cultura nacional, as imagens projetadas de Brasil carregam em si valores e sentidos de sertão/litoral, ou mesmo, pode-se

conjecturar em termos de que ao se falar em brasilidade, se está tratando do trânsito dessas categorias; percebidas como categorias de pensamento aprioristicamente, sertão e litoral, mobilizam pela simples menção uma plêiade de significados que se incorporam as narrativas que propõem uma ideia de Brasil, antecedendo e condicionando o trato do tema nacional.

“Nações são imaginadas, mas não é fácil imaginar. Não se imagina no vazio e com base em nada. Os símbolos são eficientes quando se afirmam no interior de uma lógica comunitária afetiva de sentidos e quando fazem da língua e da história dados naturais e essenciais; pouco passíveis de dúvida e questionamento” (SCHWARCZ, 2008: 16).



TERCEIRO CAPÍTULO

SERTÃO NÃO É MALINO NEM CARIDOSO

O sertão de Guimarães Rosa entre raça, doença e abandono

O pai morava no fim de um lugar. Aqui é lacuna de gente - ele falou: Só quase que tem bicho andorinha e árvore. Quem aperta o botão do amanhecer é o arãquã. Um dia apareceu por lá um doutro formado: cheio de suspensórios e ademanes. Na beira dos brejos gaviões-caranguejeiros comiam caranguejos. E era mesma distância entre as rãs e a relva. A gente brincava com terra. O doutor apareceu. Disse: Precisam de tomar anquilostomina. Perto de nós sempre havia uma espera de rolinhas. O doutor espantou as rolinhas.

(Manoel de Barros, 1996)

I

Concluimos o capítulo anterior apanhando algumas linhas de força do chamado “espírito do Calundú”, elemento tragicômico percebido como disposição do caráter do brasileiro à melancolia, à nostalgia, ao regresso, implicando ao fim, condição reativa ao progresso. Cabe agora pensar como essa tristeza ‘essencial’ passa pela formação da própria raça, se considerarmos o raciocínio praticado pela intelectualidade brasileira a partir dos anos de 1870 até as três primeiras décadas do século XX. Tornando-se meio que um paraíso dos naturalistas na segunda metade do século XIX, o Brasil figurará no discurso destes como uma *imensa nação mestiça*, evento que, na visão dos mesmos, inviabilizava a constituição de qualquer nacionalidade, bem como, a definição de um povo característico. Destarte, as expectativas aventadas para a nação brasileira naquele fim de século esbarravam na heterogeneidade racial da população, vista como entrave na construção de uma nação homogênea e civilizada; encarada como fator de degeneração dos povos, a miscigenação racial inviabilizava a concretização de uma civilização moderna nos trópicos.

Compondo uma espécie de virada antiromântica, novos padrões de conhecimento são fomentados por um grupo de letrados conhecidos como geração de 1870, projetando esforços no sentido de rever a formação nacional redirecionando-a a partir dos princípios do racionalismo e do liberalismo europeus, almejando o progresso e a modernização das relações políticas, econômicas e sociais da nação. Isso corresponde à introdução do pensamento naturalista e evolucionista nos meios intelectuais da nação; de modo geral se adotará *ideologias científicas*²³ como dispositivos de adequação da realidade nacional aos padrões de modernidade e civilização requeridos. Raça e natureza irão figurar como elementos fundamentais para definição de um *ethos* nacional, bem como, serão vetores distintivos do grau de civilização contidos em nosso povo e espaço. Entretanto, o estudo do espaço, como exercício científico que pretendia perceber a interferência de elementos da geografia e da paisagem sobre as possibilidades de desenvolvimento material e da constituição identitária de uma coletividade, deveria ser preterido em proveito do estudo da constituição racial dessa mesma coletividade. “Com efeito, o que resumia a singularidade local, não era mais a flora, a fauna ou a pujança da terra, e sim uma composição racial singular, certo *espetáculo da*

²³ Frente ao desafio de superar o atraso da nação os homens letrados tiveram a disposição diferentes orientações ideológicas no trajeto de imaginar a identidade nacional: ideais positivistas, o biologismo de Darwin, o evolucionismo de Spencer, o determinismo de Taine, os estudos sobre o meio e o clima de T. Buckle e a criminologia de Lombroso, para citar algumas. Esses princípios estabelecem a totalidade da capacidade humana de conceber a sociedade segundo o desenvolvimento do espírito; ou seja, o poder das ideias e da ciência forma aqui uma elite ilustrada tal qual o iluminismo europeu forjou naquele continente. A razão científica responsável pelo desenvolvimento cultural e social de uma nação.

miscigenação” (SCHWARCZ, 1994: 138). A desigualdade racial explicaria o estágio de civilização vivenciado por cada povo ou até mesmo a situação de barbárie. As raças são desiguais porque gestadas em condições naturais de clima e território diversas; fatores que possibilitam maior ou menor desenvolvimento biológico e social.

De uma necessidade que se impunha inevitável, progredir, articularam-se teorias pessimistas e fatalistas quanto ao futuro do povo brasileiro, muito em função da percepção decaída da raça. O recurso às perspectivas deterministas e evolucionistas seja em função da ação do tempo (da história e da cultura), ou por fatores étnicos e climáticos (meio físico e social) conduziam a constatação cada vez mais evidente do atraso a que estava imerso a nação, sendo, portanto, difícil pensar em termos de progresso o futuro, embora fosse à alternativa disponível, a única do ponto de vista teórico.

José Guilherme Merquior deixa claro o fato de que os autores envolvidos neste debate na passagem do século tinham convicção do progresso e evolução, de todo modo, eram incrédulos quanto às possibilidades daquele Brasil que percebiam almejar o progresso dos tempos. O progresso era uma realidade palpável, mas caía sobre as cabeças frágeis dos povos antiquados, de forma que estes não suportariam a velocidade com que marchava sobre eles o tempo e suas transformações. Enfim, a inevitabilidade do progresso parecia atar-se a um fatalismo em face da inadequação do povo ao progresso dos tempos (Cf. MERQUIOR, 1990: 343-356). Se de um lado os discursos raciais prestavam-se a consecução das nacionalidades em razão da biologização das nações, sugerindo ‘todos’ homogêneos, ao Brasil custava caro a recepção dessas ideias evolucionistas na medida em que a nação brasileira era já mestiça. Progresso e civilização eram termos conciliados a uma homogeneidade racial, o que tornava a mistura racial um erro, conduzindo a degeneração não apenas do indivíduo, como de toda uma coletividade. Paradoxalmente tais constatações quanto à realidade nacional implicavam admitir a inexistência de futuro.

Mesmo em face da evidente diferença entre as estrangeiras teorias deterministas e a realidade mestiça da nação, angariava-se uma saída que escapasse a rigidez teórica. A saída prevista dizia respeito ao “encobrimento” da realidade nacional quanto à mistura de raças – “aceitar a ideia da diferença ontológica entre as raças sem a condenação à hibridação”. Ou seja, os ideais cientificistas seriam adotados a revelia da *miscigenação* característica da população nacional, desconsiderando seu corolário teórico; de todo modo, a identidade haveria de ser pensada levando-se em conta a participação desses grupos no todo nacional (Cf. SCHWARCZ, 1994: 138).

Plenamente discutida e repercutida pela intelectualidade brasileira, a questão racial foi pensada sob ângulos variados, mas, quase sempre pensada em termos da chamada “ideologia do colonialismo”²⁴ como assim chamou Nelson Werneck Sodré (1961). No tocante a produção acadêmica brasileira – historiografia e sociologia –, a recepção das teorias racistas teria se dado sem ajuste ao contexto, num procedimento servil de assimilação de modelos externos. Autores como Dante Moreira Leite e Werneck Sodré associam a adoção e recepção do racismo científico como sintomas do “‘mimetismo’ da nossa cultura local”, ou ainda, sinais de “atraso” e “reflexo cultural” (VENTURA, 1991: 59, aspas do autor). Corroborando estas perspectivas temos o pensamento de Thomas Skidmore, brasilianista que se debruçou igualmente sobre a recepção das teorias racialistas. Já no prefácio de seu livro *Preto no branco*, marca sua posição nos seguintes termos: “Os brasileiros liam tais autores, de regra sem nenhum espírito crítico e ficavam profundamente apreensivos. Caudatários, na sua cultura, imitativos no pensamento – e, cômicos disso – [...] estavam mal preparados para discutir as últimas doutrinas sociais da Europa” (SKIDMORE, 1976: 13). Assim como Moreira e Werneck, Skidmore localiza o problema da recepção na assimilação pura e simples das matrizes europeias. Nesse sentido, o pensamento brasileiro não decorreria de necessidades internas – condições locais –, antes, urde um pensamento dependente e derivante de modismos europeus. Posicionando-se na contracorrente dessas ideias, Roberto Ventura questiona a validade dessa noção de cópia pura e simples nos autores acima citados. Partindo de pressuposto outro – o qual compartilhamos –, Ventura propõe que no Brasil,

[...] os sistemas de pensamento europeus foram integrados de forma crítica e seletiva, segundo os interesses políticos e culturais das camadas letradas preocupadas em articular os ideários estrangeiros à realidade local. O racismo científico assumiu uma função *interna*, não coincidente com os interesses imperialistas, e se transformou em instrumento conservador e autoritário de definição da identidade social da classe senhorial e dos grupos dirigentes, perante uma população considerada étnica e culturalmente inferior. (VENTURA, 1991: 60).

A guisa de exemplificar o tom racista do período, perpassado por compreensões de mundo acentuadamente etnocêntricas, mencionamos na sequência um fragmento, dentre muito relatos possíveis, deixados por essa literatura de viagens acerca do Brasil:

Aqueles que põem em dúvida os efeitos perniciosos da mistura de raças e são levados por falsa filantropia, a romper todas as barreiras colocadas entre elas,

²⁴ Na condição de militante intelectual, o socialista Nelson Werneck Sodré argumentava em favor da industrialização como passo decisivo no processo histórico de reestruturação da economia brasileira, em sua acepção, neocolonial; nesse sentido, combatia os argumentos que difundiam a descrença no país e nos homens que o habitavam e propalavam a sua incapacidade para produzir e conviver com formas avançadas de organização social e econômica. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *A Ideologia do Chibabá*. Rio de Janeiro, ISEB, 1961.

deveriam vir ao Brasil. Não lhes seria possível negar a decadência resultante dos cruzamentos que, neste país, se dão mais largamente do que em qualquer outro. Veriam que esta mistura apaga as melhores qualidades, quer do branco, quer do negro, quer do índio, e produz um tipo mestiço indescritível cuja energia física e mental se enfraqueceu [...]. (AGASSIZ, 1865-66/1975: 180 *apud* NAXARA, 2004: 195).

O Conde Arthur de Gobineau, que permaneceu no Brasil durante quinze meses em missão oficial, não deixa de externar sua insatisfação com a situação racial verificada no Brasil: “Trata-se de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia”. (*Apud* SCHWARCZ, 1994: 137). Tais constatações concorrem para condenar a mestiçagem e aponta-la como causa de decadência da civilização.

O conceito de degeneração logrou êxito no meio científico, especialmente da ciência evolucionista, por tratar-se de uma ideia intimamente conectada às teorias raciais, de modo que o social-darwinismo não poderia deixar de agregá-la ao conjunto dos seus valores. Este é um dos elementos que definem a obra do conde de Gobineau, segundo o qual, o conceito de degeneração era inseparável do próprio movimento da história. Sendo assim, a degeneração se constituía como ponto de recesso para uma raça, na medida em que o cruzamento sanguíneo entre raças enfraqueceria a ambas, ainda mais, se falarmos em alianças com raças consideradas inferiores. Essa recessão racial era algo inerente à constituição de qualquer nação, ao passo que o processo de formação nacional passaria pela dominação de raças tidas como inferiores, o que fatalmente levaria a uma conformidade de trabalhos e interesses que dissiparia o orgulho da conquista, conduzindo à miscigenação. As sequelas desse processo se fariam sentir na decadência das instituições, hábitos e leis, que paulatinamente perderiam suas características originais em direção à desagregação, até o momento em que predominariam os caracteres das raças inferiores. Estas concepções foram amplamente aproveitadas pelas teorias raciais do darwinismo social, tendo aí uma influência considerável, notadamente quando em discussão estava a problemática da miscigenação, ou até e, conseqüentemente, por disseminarem certa noção de história como um ciclo que determinava intervalos entre o apogeu e a inevitável decadência (Cf. MURARI, 2000: 347).

Essa concepção mestiça da nação não fazia parte apenas de um olhar estrangeiro, dos passantes naturalistas que aqui estiveram. “Formamos um paiz mestiço... somos mestiços se não no sangue ao menos na alma”, proclamava Silvio Romero (1888), interlocutor consistente das ideias de Gobineau em solo nacional; concepção de nação essa que parecia bastante consensual entre os grupos letrados, advogados, cientistas e políticos, principalmente no que dizia respeito à afirmação da inferioridade das raças não brancas, elemento que servia à

diferenciação destes da massa popular, “cujas formas de cultura e religião eram depreciadas como atávicas, atrasadas ou degeneradas” (VENTURA, 1991: 58).

Mesmo que apoiando Gobineau na glorificação da raça ariana (branca), Silvio Romero marcava certa distância quanto à questão da miscigenação. Seguindo o rastro do pensamento do autor da *História da Literatura Brasileira*, a condição de nação mestiça não se aplicava somente a população pobre, mas, para todo contingente populacional, estendendo-se as demais “classes” sobre as quais pairava também o perigo da desagregação, na medida em que se encontravam deficientes. Pequenos ou grandes proprietários rurais, burgueses ou trabalhadores rurais, nenhum dos quais estavam organizados como nas nações mais adiantadas. Existindo elementos de desagregação, estes eram tributários das origens raciais dos povos formadores da nação e à natureza do meio, “áspero, em grande parte enganosa, pelas facilidades outorgadas à vadiagem” (ROMERO, 1907: 14), de modo que se pudessemos pensar num caráter nacional evidente, raça e meio o conformaria.

Romero via no mestiçamento uma saída para a formação da nacionalidade, e isto significava afirmação irrestrita dos pressupostos racistas, na medida em que a possibilidade de constituição da nacionalidade seria viável a partir dos cruzamentos entre o elemento branco (europeu) com os nacionais (produto híbrido do contato entre portugueses, índios e negros). “Previa que o elemento branco seria vitorioso na ‘luta entre raças’, devido à superioridade evolutiva, que garante seu predomínio no cruzamento. prevê assim, o total branqueamento da população brasileira em três ou quatro séculos” (VENTURA, 1991: 51). Numa avaliação que estabelece a interferência da raça e do meio na constituição do ser nacional, Romero prioriza o primeiro em detrimento do segundo, apesar de atestar a grande influência deste: “O mestiço é a condição dessa vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores do nosso clima” (ROMERO, 1953: 149).

Para além da solução representada pelo branqueamento, restava ao poder público encontrar alternativas que garantissem o exercício da cidadania ao brasileiro. Resolvida a questão nacional via branqueamento, restava atacar a situação de abandono resultante dos “vícios, acumulados por quatrocentos anos, da escravidão, da política-meio de vida, da emprego-mania, do horror pela vida afanosa do campo...” (ROMERO, 1907: 14).

Há em comum nesses relatos de viagem tanto quanto na obra de intelectuais expressivos como Silvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, entre outros, a percepção de um Brasil ainda resultado do passado colonial, como um “amálgama” de raças – “Homens de todas as cores, amálgamas de diversas raças” –, de modo, que se tornava inviável pensar numa raça “pura”; tendo como pano de fundo posições deterministas e/ou

evolucionistas, atribuíam à miscigenação a realidade de uma população constituída por fracos, doentes e vadios, uma “sub-raça” inábil para concretizar um objetivo que seja construir uma nação. Enfim, a miscigenação progressiva degenerou a “raça brasileira”. Norteados pela necessidade de progresso, tal como, associando a mistura racial o atraso do país, muitos intelectuais bradavam a urgência de posicionamentos e providências, para que a contaminação deletéria proveniente, sobretudo, da raça negra e dos despojos da escravidão não se propagasse, afastando o Brasil da transição para o progresso²⁵.

Num arremate geral de sua história, o Brasil figura frente aos demais povos tocando um tanto mais a condição de barbárie do que as luzes da civilização. Ademais, a realidade interna da nação expressava outras diversas divergências, a saber: de uma elite letrada, eivada com os louros das luzes europeias, contraposta a uma população pobre, ignorante e bárbara. Por mais homogeneidade que se buscasse, ou até se elaborasse discursivamente, o caráter heterogêneo sobressaía aparente. A oposição reconhecida entre campo e cidade estendia-se até os sinônimos de civilização e barbárie. De fato, a maior parte do Brasil estava identificada ao campo e ao atraso e a minoria que ocupava os centros urbanos não poderia ser identificada em sua integralidade com o progresso.

II

Euclides da Cunha afiançava veemente a falácia de toda e qualquer unidade racial brasileira, deixando claro o quanto eram remotas as possibilidades de isso ocorrer. Silvio Romero, caminhando em sentido oposto, aspirava ao branqueamento da raça que se atingiria com alguns séculos, principalmente em função da imigração e pela preponderância étnica do mais forte. Entre ambos, uma divergência a princípio; adiante e no fim, ambos atestam a situação de abandono a que está relegado o brasileiro do interior, distante das garras do poder público. À obra de modernidade e progresso a que se propunha a República correspondia uma obra de cidadania, ainda incipiente nas primeiras décadas do século XX, senão inexistente. Portanto, a denúncia do abandono da população rural feita por Romero pode somar-se a associação entre sertão e isolamento, exacerbada na obra clássica de Euclides da Cunha. O abandono vazado no discurso de ambos indica evidente crítica às elites políticas.

²⁵ Manoel Bonfim e Alberto Torres foram dois autores que, no início do século XX, representaram posição dissonante desse tom fatalista e de condenação da nacionalidade pelas características étnicas do povo brasileiro. Ambos enfatizaram dimensões culturais e políticas do passado nacional e de organização da sociedade. Também apontaram alternativas para o país: no caso de Alberto Torres, a revisão do princípio federalista e o incentivo a pequena propriedade rural, e de Manoel Bonfim, um amplo projeto educacional (LIMA, 1999: 115, nota 33).

“... De repente, acompanhando a celeridade de uma marcha militar, demos de frente, numa volta do sertão, com aqueles desconhecidos singulares, que ali estão – abandonados – há três séculos” (CUNHA, 1975: 85). Desconhecidos singulares e rebeldes estavam aquém da República que os combatia; na condição de reminiscências monárquicas ameaçavam a estabilidade do regime ainda nascente. Entre o espanto da constatação da miséria e o arrebatamento pelo sertanejo forte, Euclides tinha a impressão de um povo deserdado, as voltas com um meio hostil, havendo encontrado na mística religiosa o recurso necessário para suportar a miséria e o abandono do poder público.

Naturalmente, qualquer isolamento social que perdure por três séculos deixa margem a pensar em particularidades antropológicas e sociais acentuadas. Euclides tem a percepção de que há um predomínio da “raça fraca”, oriunda do cruzamento do branco com o índio, embora julgue o mestiço do litoral inferior ao sertanejo, por outro lado percebe o fato de que esse isolamento histórico impediu todo o contato com as transformações que ocorriam no litoral, que se “civilizava”, transcrevendo constantemente os hábitos europeus. Destarte, o autor de *Os Sertões* vê o sertanejo inserido num ambiente social periférico à modernidade e seus influxos progressistas, vinculado ainda a práticas sociais e culturais consideradas antiquadas, o que inviabilizava ao sertanejo qualquer relação mais estreita com formas mais avançadas de civilização.

Testemunhos de uma relação tensa entre homem, terra e sociedade, Romero e Euclides nos falam, a partir de questões raciais e mesológicas, de suas angústias em constituir a nacionalidade. Esta é a ponta do “mistério”, a conexão possível entre os intelectuais apegados a suas leis científicas e a literatura que nos anima nesta pesquisa, do escritor mineiro João Guimarães Rosa. Entre a sanidade domesticada e a loucura, a violência e a miséria, Rosa dá voz à desrazão em personagens de um sertão ignorado. Distante da intenção de explicar cientificamente a marginalidade e abandono do espaço e seu povo, o autor mineiro elabora na ficção o drama dos sertanejos que ‘escaparam’ e/ou sucumbiram à margem de uma sociedade que se aspirava moderna, marcadamente imersa no conflito entre a norma e o desvio, a civilização e a barbárie, a ordem e a desordem.

Da itinerância entre mundos e culturas distintas, Rosa elabora uma narrativa em constante deslocamento físico-temporal e, enquanto diplomata assume um investimento insistente na compreensão, negociação e coexistência de sistemas polarizados. Longe de pretender reproduzir uma mesma matriz cultural – se posicionar na corrente ideológica de um ou outro intelectual –, e perpetuar um viés de raciocínio, Rosa aposta na intervenção

negociada entre “razões” e/ou racionalidades, dando conta de amplificar as formas de interlocução de diferenças entre culturas heterogêneas.

Há, em *Grande Sertão: Veredas*, um evento alegórico dessa negociação de diferenças que emerge quando da tensão entre interlocutores de formações culturais quase irreduzíveis umas às outras. Refiro-me ao episódio que narra o encontro do bando de jagunços ao qual pertence Riobaldo com o mundo insólito dos “catrumanos”²⁶, uma categoria de pessoas habitando um território intersticial “à margem da história” – “nos tempos antigos, devia de ter sido assim”, existindo em condição de miséria absoluta, carentes de tudo, bem como, possuindo uma aparência grotesca, decaída.

Atentemos para o fragmento que narra o primeiro encontro do bando de Riobaldo com os catrumanos.

E de repente aqueles homens podiam ser montão, montoeira, aos milhares mis e centos milhentos, vinham se desentocando e formando, do brenhal, enchiam os caminhos todos, tomavam conta das cidades. Como é que iam saber ter poder de serem bons, com regra e conformidade, mesmo que quisessem ser? Nem achavam capacidade disso.

Haviam de querer usufruir depressa de todas as coisas boas que vissem, haviam de uivar e desatinar. Ah, e bebiam, seguro que bebiam as cachaças inteirinhas da Januária. E pegavam as mulheres, e puxavam para as ruas, com pouco nem se tinha mais ruas, nem roupinhas de meninos, nem casas. Era preciso de mandar tocar depressa os sinos das igrejas, urgência implorando de Deus o socorro. E adiantava? Onde é que os moradores iam achar grotas e fundões para se esconderem – Deus me diga? (ROSA, 2001a: 389-390).

Desse modo, em vista de seres “sub-humanos”, *catrumanos*, a quinta-essência de vidas primevas, a cena narrativa apresenta-nos algo mais que a simples imagem do existir decaído: demarcam uma dimensão aterradora e vulnerável, precedente ou derradeira a tudo; “eles são, na sua “estúrdia” evidência, ao mesmo tempo as vítimas e os carrascos de um delito horrendo, que é histórico, é social, é político, é, enfim, humano – “demasiado humano”, talvez” (FINAZZI-AGRÒ, 2007: 164). Sujeitos não reconhecidos como sujeitos, são em certeza, o mistério do abandono. Igualmente inspirada no fragmento anterior, Walnice Nogueira Galvão afirma que este quadro de violência latente mostra a “plebe rural desencadeada, monstro coletivo que avança para tomar tudo o que foi negado por século de miséria e opressão” (GALVÃO, 1986: 67).

Em face dessa espécie de gente, o bando jagunço experiencia os limites da miséria, a própria condição depauperada da raça. Desse modo, Riobaldo se dá conta da falta inerente àqueles homens, falta constituinte do meio em si: são homens esquecidos pela civilização,

²⁶ Segundo o Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa, *catrumano*, no regionalismo mineiro, é o mesmo que caipira, roceiro, matuto.

“amarelos de tanto comer só polpa de buriti”. Alguns jagunços caem temerários quanto a estes “outros” tão distintos em suas misérias, a exemplo dos piolhos em razão do qual um dos jagunços evita a proximidade. Por seu turno, outro jagunço, de nome Acauã, declara aos seus a “qualidade” desses homens:

Que viviam tapados de Deus, assim nos ocos. Nem não saíam dos solapos, [...], dando cria feito bichos, em socapos. Mas por aí deviam de ter suas casas e suas mulheres, seus meninos pequenos. Cafuas levantadas nas burguérias, em dobras de serras ou no chão das baixadas, beira do brejo; às vezes formando mesmo arruados. Aí plantavam suas rocinhas, às vezes não tinham gordura nem sal [...] Eles mesmos faziam preparo da pólvora de que tinham uso, ralando salitre das lapas, manipulando em panelas (ROSA, 2001a: 400-401).

Estes dois fragmentos em sequencia fixam o termo de uma acepção que se tornará genérica a respeito do sertão, qual seja, a de que abarca todo interior do Brasil, o mundo rural em oposição ao urbano, por consequência apartada da civilização. A generalização do significado da palavra sertão alcança seu ponto derradeiro, seguramente, na fala do médico e romancista Afrânio Peixoto, segundo o qual “‘nosso sertão’ começa para os lados da Avenida”, em alusão à Avenida Central, elemento chave das reformas urbanas no Rio de Janeiro, limiar simbólico entre o Brasil civilizado e o atraso não só das periferias urbanas, como também do meio rural, das regiões ainda selvagens (*Apud* LIMA, 1999: 60).

– ‘O que mal não pergunto: mas donde será que ossenhor está servido de estando vindo, chefe cidadão, com tantos agregados e pertences?’
– ‘Ei, do Brasil, amigo!’ – Zé Bebelo cantou resposta, alta graça. – ‘Vim departir alçada e foro: outra lei – em cada esconso, nas toesas deste sertão...’ (ROSA, 2001a: 403).

A diferença cultural e temporal imaginada nesta cena se alarga para profetizar os riscos previstos no autoritário projeto brasileiro de modernização socioeconômica. Excluídos desses projetos, a cena acima parece querer demonstrar a atenção que passa a dispensar o poder público aos grupos populacionais periféricos. Nesse sentido, ainda acompanhando o raciocínio de Nísia Trindade Lima, a ideia de uma falta constituinte, definidora do sertão, se traduzia na distância aparente daquele espaço em relação ao poder público e aos projetos modernizadores. Trata-se ainda, conforme afirma Willi Bolle, do “*tópos* euclidiano dos ‘patricios retardatários’ do sertão, dos quais ‘nos separa uma coordenada histórica – o tempo’” (BOLLE, 2004: 425-426). Até mesmo aos olhos de Riobaldo aquele povo figurava anacrônico e no extremo da percepção, risível, seja em função da natureza ancestral e tosca

que suas figuras inspiravam, como em razão dos gestos inapropriados que praticavam²⁷. O fato pode ser notado na cena em que um dos *catrumanos* ativamente se dirige a Zé Bebelo a fim de oferecer-lhe dinheiro como contrapartida à ofensa provocada: “era velhusco e estava com o chapéu-de-palha corroído nas todas beiras, apareceu com um dinheiro na palma da mão, oferecendo a Zé Bebelo, como em paga por perdão. A que era um dobrão de prata, antigo do Imperador” (ROSA, 2001a: 402).

Na qualidade contingente particular às relações daquele espaço, Zé Bebelo lidera o bando de jagunços e, portanto, trava o primeiro contato com os *catrumanos*, reunindo-os em torno dos outros jagunços, muito embora isso pareça estranho, visto que Bebelo encarna o princípio da modernidade e legalidade, portador da ordem e do progresso naquele espaço “inviável” do sertão. Mas, é artifício que se faz necessário dentro da economia interna da obra, por colocar em posição de tensionamento a barbárie e a ordem.

Logo após o episódio acima citado, os dois grupos se separam. Porém, não antes daqueles rudes distanciados da nação advertirem Zé Bebelo sobre a temerária passagem pelo arraial do Sucruíú, no qual se “alastrava a varíola reinante”. Por seu turno, uma vez afastados do grupo de *catrumanos*, Riobaldo trata de acusar os termos da diferença neste mundo fronteiro do ainda escuro do Sertão: “Raça daqueles homens era diversiada distante, cujos modos e usos, mal ensinada” (ROSA, 2001a: 404).

A constatação da diferença fundamental que os afasta da brasilidade encontra-se aqui tensionado na relação entre natureza e cultura, segundo a qual esses “outros” – *catrumanos* –, proto-homens, se aproximam, do ponto de vista dos costumes, mais dos animais, sem acesso, portanto, aos interditos da cultura. O estado de natureza ainda age com demasiada força nestes homens de “pobreza inteira e apartada”, distantes no tempo, aquém do progresso. Em razão disso, conforme o ex-jagunço Riobaldo, “estavam menos arredados dos bichos do que de nós mesmos” (ROSA, 2001a: 404).

Na narrativa de *Grande sertão: veredas*, os *catrumanos* mantêm um tipo de existência que se liga a uma condição selvática, no sentido de que a relação com o meio natural não demonstra qualquer alteração na direção da dominação da natureza, praticamente representam “as misérias mil do Brasil fundo fundo”, ainda sofrendo as pressões intempestivas do meio. Essa afirmativa encontra respaldo na ideia constantemente propalada de que o processo de

²⁷ Estes homens, como outros em *Grande Sertão: Veredas*, são vistos por Kathrin Holtermayr Rosenfield como “clara alusão àqueles seres ainda não-humanos que os mitos gregos chamam de “nascidos da terra” (gêgeis) ou “espartos” (spartoi), isto é, “semeados na terra”. (ROSENFELD, 2006: 230). Não por acaso, Heloísa Murgel Starling evocou a imagem dos seringueiros da Amazônia desenhada por Euclides da Cunha para dar conta dos *catrumanos* rosianos: “um híbrido de demônio e truão, habitantes de um mundo perdido no passado” (STARLING, 1999: 157).

dominação da natureza se conecta exponencialmente à industrialização e ao progresso. De tal modo, a remota relação homem-natureza vivida pelos *catrumanos* inspira a falta e projeta a necessária intervenção dos princípios arrolados no projeto baconiano²⁸ de domínio da natureza. Ciência técnica como dispositivos fundamentais na tarefa humana de subjugar o meio em seu favor, e por fim, liberta-se, “criando um novo mundo de prosperidade, de superação da fome, das privações, da doença, e das intempéries, ao mesmo tempo promovendo uma grande realização intelectual e espiritual. O progresso econômico, científico e técnico confundia-se muitas vezes com a utopia” (MURARI, 2000: 452).

Transcendendo os limites de uma delimitação espacial precisa, o sentido de sertão parece estar mais ligado à constituição de um povo e sua relação com o espaço do que à demarcação de um território preciso. O sertão acaba por tornar-se simbólico de um estado de ser, sendo que, a miséria, a loucura ou a doença, a revelia da localização espacial em que ocorram podem configurar um/o sertão. De modo que a situação de abandono percebida na condição dos *catrumanos* rosianos pode perfeitamente fazer paralelo com as diversas representações do espaço/natureza/povo ventiladas a partir de novos modelos científico-deterministas adotados pela intelectualidade brasileira entre fins do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. Modelos esses que deram vazão a uma plêiade considerável de centros de ensino e pesquisa nacionais, como os institutos históricos, os museus etnográficos, as faculdades de direito e de medicina. Os intelectuais que compuseram essas instituições, misto de políticos, cientistas, pesquisadores e literatos assumiram a tarefa de produzir interpretações sobre o Brasil, bem como, apontar saídas para o destino da nação. Pensar a nação implicava intervir nas questões delicadas da raça e do território. Entretanto, uma natureza selvagem somada a uma raça mestiça inspirava sonhos de progresso e

²⁸ A obra filosófica de Francis Bacon está vinculada à questão do domínio do homem sobre o mundo natural e à história das origens do moderno método científico. Seu projeto maior foi a promoção do controle sobre a natureza através do estímulo à invenção e do desenvolvimento das técnicas e das ciências, exaltando a capacidade humana de reproduzir o ato divino da criação. Nesse contexto, ele pretendia promover o progresso do conhecimento reformando-o a partir da crítica da filosofia em sua ineficácia prática, ou seja, à medida que ela não se mostrava capaz de promover melhorias para a vida do homem. Bacon privilegiou a idéia de que o mundo havia acumulado um amplo estoque de observações e experimentos, e de que a expansão do conhecimento sobre o planeta havia conferido a ele o alargamento de sua perspectiva geográfica e de suas possibilidades de desenvolvimento. Daí em diante, tratava-se segundo ele de promover a acumulação de conhecimentos sistemáticos, e de fundar um método de investigação que proporcionasse o aprimoramento do saber. A base de sua teoria não é a descrição ou a explicação da realidade como uma ordem divina fixa e imutável, mas, ao contrário, o estabelecimento de um conhecimento transformador capaz de interferir para o aprimoramento da vida prática: saber significa poder, ele repetirá em diversos trechos. O homem não deveria ser, em sua visão, um observador da ordem divina, mas um ser capaz de utilizar o conhecimento como o meio mais adequado para se obter domínio sobre a natureza. Não se trata de estudar o poder de grupos ou indivíduos uns sobre os outros, mas de fornecer meios para a luta contra a natureza travada constantemente pela humanidade como um todo. (MURARI, 2000: 445).

modernidade com certa dose de pessimismo. Uma vez mais a tal utopia progressista do projeto baconiano.

No conjunto dos textos desses institutos e seus intelectuais-cientistas, sobressai como elemento característico o tom civilizatório. Veja-se, por exemplo, o arremate desferido no Boletim do Museu Paraense E. Goeldi: “os grupos inferiores constituíam barreiras frente ao progresso da civilização”. Adiante Goeldi afirma a crença generalizada no progresso linear na contramão das diferenças culturais: “A perfectibilidade humana fará seu papel no Brasil, assim como a natureza não cessa de agir nas espécies vegetais e animais” (*Apud* SCHWARCZ, 1994: 140-141).

Entre a crença no progresso e o pessimismo, esses cientistas condicionavam o povo como ator em “estado de latência”, num estado de pré-cidadania (ou pré-humanidade como no caso dos *catrumanos* em *Grande Sertão: Veredas*). “Como ressalta José Murilo de Carvalho, os reformadores se viam como messias salvadores de um povo doente, analfabeto, incapaz de ação própria, bestializado, senão definitivamente incapacitado para o progresso” (CARVALHO, 1992 *Apud* LIMA, 1999: 89).

Entre discursos científicos a nação ia se fazendo, levando em conta a afirmação dos campos científicos da Medicina e do Direito como falas autorizadas a pensar os problemas da nação quanto ao ingresso na civilização. Tanto um como outro propunham alternativas na condução da nação, sobretudo quando as questões giravam em torno da idealização de um povo, na perspectiva de encontrar as causas da desigualdade entre os homens. Entretanto, o olhar lançado partia das elites intelectuais que, ao tratar dos problemas raciais e/ou sociais, marcava distância em relação ao dito “povo real”, geralmente localizado no interior do país. Como já apontado anteriormente acima, aos critérios geográficos para definição de um espaço conhecido por sertão vem somar-se outras atribuições, relativas à condição de abandono e exclusão. Fala-se de um sertão marcado pelo desamparo e pela doença. Cabia, conseqüentemente, aos homens de ciência, legisladores e médicos, indicar os caminhos da unidade desse país.

O discurso do direito localiza nas leis a saída prevista para aplainar o conjunto heterogêneo da sociedade, unificando-o em torno de um ideal de nação. De forma que o Estado aparecia como elemento agregador e promotor de homogeneidade social. O elemento da força policial era comumente abordado com louvor, haja vista, por exemplo, o fato de que o ex-presidente Washington Luis (1926-1930) afirma categoricamente não ter a menor dúvida

que “a questão social no Brasil era caso de polícia”²⁹. Regredindo ao extremo desse aforismo, as escolas de direito, embora divergissem quanto às opções teóricas, partilhavam a mesma intenção quando se tratava de perpetuar determinada hierarquia social, pondo em xeque a questão da cidadania em favor do argumento racial.

“O Estado é necessário... É uma formação necessária... e que resulta de uma evolução social, que vinculada aos homens de lei imprime uma única direção a sociedade... Por fim é a força o elemento gerador do Estado, ella se manifesta acima da luta das raças ou de grupos entre nós tão heterogêneos” (Revista Acadêmica da Faculdade de Direito de Recife, 1922 *Apud* SCHWARCZ, 1994: 141).

Esse aspecto do Estado legalista como elemento unificador da nação encontra respaldo nas alegorias do *Grande Sertão* rosiano, especialmente centrado na figura de certo Zé Bebelo, arauto dos princípios legalistas da recente república. Alguns traços básicos dessa personagem são definidos por Alan Viggiano: “É um misto de cangaceiro e aspirante político que, financiado pelo governo, resolvera ‘pôr ordem naqueles sertões’” (VIGGIANO, 1974: 21).

Zé Bebelo define em termos hediondos a ordem jagunça, deixando evidente seu projeto de instituir a civilização legal no sertão barbarizado pelas ordas jagunças. Em trecho narrado por Riobaldo, Zé Bebelo expõe seus objetivos:

– Sei seja de se anuir que sempre haja vergonheira de jagunços, a sobrecorja? Deixa, que daqui a uns meses, nesse nosso Norte não se vai ver mais um qualquer chefe encomendar para as eleições as turmas de sacripantes, desentrando da justiça, só para tudo destruírem do civilizado legal! Assim dizendo, na verdade sentava o dizer, com ira razoável. A gente devia mesmo de reprovar os usos de bando em armas invadir cidades, arrasar o comércio, saquear na sebaça, barrear com estrumes humanos as paredes da casa do juiz-de-direito, escramuçar o promotor amontado à força numa má égua, de cara para trás, com lata amarrada na cauda, e ainda a cambada morras e aí soltando foguetes! Até não arrombavam pipas de cachaça diante de igreja, ou isso de se expor padre sacerdote nu no olho da rua, e ofender as donzelas e as famílias, gozar senhoras casadas, por muitos homens, o marido

²⁹ Meio para afirmação da ruptura proposta pela Revolução de 1930 quanto à forma do regime político, momento em que Estado deixaria de tratar a questão social como caso de polícia e passaria a disciplinar o mercado de trabalho em benefício dos assalariados, esse aforismo foi largamente utilizado pelo discurso getulista para enfatizar o caráter esclarecido e a natureza progressista do regime getulista. De todo modo, nunca houve evidência clara de que Washington Luís fosse mesmo autor da frase ou até, em que contexto ela fora dita. O que fica evidente é que os propagandistas de Getúlio Vargas usaram largamente esse aforismo para marcar distância do regime político anterior, bem como, celebrar suas políticas trabalhistas. O historiador John French trata do imbróglio quanto à suposta frase nestes termos: “Ainda hoje, os historiadores não conseguiram determinar se Washington Luís de fato pronunciou as palavras a ele atribuídas e, em caso afirmativo, o que elas significavam exatamente. Também não Investigaram o que Vargas, seus correligionários e outros queriam dizer quando invocavam o aforismo; não buscaram sua origem e não consideraram seus usos em diferentes contextos. Tudo isso se torna ainda mais surpreendente quando se observa que os defensores de Washington Luís havia muito acusavam seus oponentes de falsificar o aforismo de forma crassa, o que, se verdadeiro, mostra que os historiadores teriam sido enganados, sem se dar conta, por um estratagema getulista. Ainda assim, mesmo que os estudiosos tivessem dirigido sua atenção para a controvérsia em torno da atribuição do aforismo, provavelmente eles teriam julgado a questão como empiricamente insignificante, devido ao inquestionável papel de Washington Luís na repressão contra os trabalhadores nas greves gerais de 1917 e 1919” (FRENCH, 2006: 381).

obrigado a ver? Ao quando falava, com o fogo puxado de si, Zé Bebelo tinha de se esbarrar... (ROSA, 2001a: 146-147).

Bebelo exagera seus objetivos a fim de acabar com a jagunçagem (utilizando jagunços) e pacificar o sertão; em benefício do progresso e da ordem, visando introduzir naquele espaço os ganhos da civilização dita moderna: “Dizendo que, depois, estável que abolisse o jaguncismo, e deputado fosse, então reluzia perfeito o Norte, botando pontes, baseando fábricas, remediando a saúde de todos, preenchendo a pobreza, estreando mil escolas” (ROSA, 2001a: 147). Era um projeto antigo, conforme aponta Miguel Abensour (1992), e “acompanhava a vida de Zé Bebelo, talvez desde sempre, como uma espécie de vocação missionária provocada, principalmente, pela repugnância inata que sentia diante da esmagadora multiplicidade do sofrimento impregnando o cotidiano da gente do Sertão” (ABENSOUR, 1992: 211).

Entretanto, o artifício literário produz uma alegoria que não desata em reflexo fidedigno do real, não é essa a intenção. A personagem rosiana idealiza certa matriz de pensamento como um topos *literário* e não socio-político. Não idealizadas é a atuação das escolas de direito de Recife e São Paulo; enquanto na primeira dominava um modelo claramente determinista como saída para explicar as desigualdades sociais e definir hierarquias, na escola paulista mantinha-se um liberalismo de fachada como modo de garantir respaldo social, mas internamente sobrevivia um discurso racial que prestava-se decididamente, tal como ocorria na escola de Recife, à manutenção de hierarquias. Em ambos os casos, a teoria racial utilizada nada tinha com a noção de cidadania, e por tabela, de democracia. Esses juristas preteriam a vontade individual em favor de uma vontade mais ampla, nacional. Em todo caso, essa vontade nacional haveria de ser pensada por homens de ciência, intelectuais capazes de encontrar caminhos para uma povo mestiço. Assim, tanto o discurso determinista de Recife quanto o liberalismo conservador e antidemocrático de São Paulo, se distanciavam de qualquer intenção promotora de cidadania, antes, cerceavam a vontade do indivíduo. Como dizia um artigo publicado em 1914 na revista da escola paulista, “o indivíduo no Brasil sempre foi letra morta... e afinal, quem se importa”.

O “atraso brasileiro” também será pensado no exercício dos médicos, ciosos por oferecer explicações científicas, um olhar médico, que possam reordenar a temporalidade nacional em sentido projetivo para, assim, pensar o devir da nação brasileira. Fundamental é notar como esta perspectiva médica, lançada especialmente aos espaços interiores da nação, ganha força entre as diferentes expressões intelectuais e extrapola a dimensão médica transformando-se em questão cultural e política. O interior da nação descrito como doente e

abandonado nos relatórios de viagem do Instituto Oswaldo Cruz ganhará corpo em outros textos, a exemplo das narrativas literária, sociológica e etnográfica. Testemunhos de uma relação conflituosa entre homem e natureza, as doenças são tratadas como verdadeiro problema nacional, entrave a consecução do progresso nacional.

No campo da medicina, o médico assume a condição de higienista, tratando o problema das raças como questão sanitária. Sanear os espaços da nação e seu povo constitui missão destes intelectuais num projeto de unificação nacional. Segundo os higienistas, a população estava doente, por isso, avessa ao progresso; haveria que medicar e higienizar os povos como dispositivo civilizacional. Da constatação da enfermidade nacional virá a necessidade de atuação efetiva na sociedade, de modo que esses homens de medicina terão um diálogo franco com a sociologia no sentido de uma intervenção não apenas médica, mas política.

Non señores! Se é bello de contemplar-se o espectáculo singelo da caridade encarnada no medico que allivia padecimentos individuaes, não é menos o daquelle que compenetrado do papel social da medicina politica entorna para todos os lados seus beneficios allargando incommensuravelmente o circulo de suas atividades profissionaes, que na escala da perfectibilidade dos sentimentos auxilia a sociedade em sua passagem do egoismo ao althruismo. O medico moderno digno de seu nome e condicção deve practical-a plenamente no exercicio da medicina politica (Gazeta Medica da Bahia, 1896 *Apud* SCHWARCZ, 1994: 144).

Essa aproximação entre sociologia e medicina irá conferir à medicina a condição de ciência social aplicada na visão de alguns higienistas de fins do século XIX e inícios do XX. O higienismo passa a funcionar como normatizador social, redefinindo hábitos e instituindo formas de relacionamento interpessoal. Nesse sentido, “a medicina não teria por objeto apenas estudar e combater as doenças; ela apresentava fortes relações com a organização social” (LIMA, 1999: 96).

A partir da segunda metade do século XIX as iniciativas direcionadas para reformas sociais no campo da saúde pública tem na dianteira a ação do Estado e a criação de agências federais e estaduais de saúde, visando ao diagnóstico de algumas doenças como resultados de desigualdades sociais. Desenvolve-se então a ideia de patologia social que necessita de uma ação de natureza pública. Na ponta da discussão sobre as patologias sociais alguns movimentos de reforma da saúde partilhavam a crença de que a doença era um elemento constitutivo da identidade nacional em função da semelhança nas condições sanitárias na cidade e nas áreas rurais. “Para o movimento sanitarista dos primeiros anos da República, a doença tornou-se símbolo da apatia do trabalhador rural e do descaso das elites políticas

diante dos problemas nacionais” (LIMA, 1999: 104). Considerando-se a questão racial, o mestiço deixa de ser visto como degenerado para ser tratado como doente.

Lançando mão de sentido mais amplo de doença – mentais e morais –, os médicos higienistas deduziam ser de interesse geral da coletividade o saneamento, mesmo que isso significasse suprimir as liberdades individuais; nesse contexto, o saber almejava autonomia irrestrita na condução do seu projeto, sem ingerência política. O médico se coloca na posição de substituto imediato do poder governamental, na medida em que este não se fazia presente em toda a extensão do território nacional. Esse tipo de postura dava a ver a insatisfação com a forma política predominante na República Velha, de ensejo à oligarquização do regime, sobretudo no que dizia respeito à autonomia desmedida das esferas municipal e estadual, fator que inviabilizava qualquer intervenção coordenada, a nível nacional, no sentido do combate as doenças e da melhora da saúde da população. Assim sendo, do final do século XIX até a década de 1930, as noções de cidadania e igualdade de direitos eram algo sem razão em face da predominância dos poderes locais, bem como, da ausência de instituições que promovessem as leis.

As repercussões desse projeto civilizacional e “raciológico”, que tem seu ponto de apoio em autores como o já mencionado Silvio Romero, Euclides da Cunha, Araripe Jr., Nina Rodrigues, ademais um número considerável de intelectuais que não figuram neste trabalho, fomentará grande parte dos debates sobre a nacionalidade que marcaram a *intelligentsia* da Primeira República, notavelmente se pensarmos nos Movimentos Higienista e Eugenista. Os dois movimentos podem ser encarados como resposta ao estado de abandono da nação por parte dos poderes públicos, assumindo por vezes uma missão salvacionista, em um Brasil diagnosticado como um país doente.

III

(...) foi que a minha frase, ‘o Brasil é um imenso hospital’, desempenhou, inconsciente da sorte que a aguardava e desinteressada da repercussão com que a favoreceram ainda que penetrada da verdade, o ofício da gota de água que fez transbordar o cálice da amargura sertaneja (...)

[Miguel Pereira, 1918]

Abandono, retrocesso, decadência, ruína e doença são alguns termos identificados com a narrativa de Guimarães Rosa no conto *Sarapalha*, integrante da obra *Sagarana*. *Sarapalha* exhibe a condição de depauperamento de um lugar que já viveu um período de progresso, mas

que no momento da narrativa está em ruínas, abandonado pelos moradores e pelo poder civil. Naquele espaço, a nostalgia e o recurso ao passado reinam junto à desolação do lugar; o mesmo espírito de melancolia percebido no conto *Burrinho Pedrês*, já apresentado nesta pesquisa, volta a representar a tristeza como traço marcante do brasileiro, elemento definido por Paulo Prado como entrave ao progresso social e econômico; com a melancolia coexiste a doença, resultado da inércia dos poderes públicos em atuar junto às populações do interior do país. A condição material e psicológica das personagens, a doença, a pobreza, a melancolia, e o retrocesso estão conectados tão intrinsecamente no conto, que não se pode discernir qual dos fatores mencionados é causa ou efeito dos demais, de modo que o conjunto dos fatores condiciona a existência dessas personagens à ruína iminente.

Sarapalha narra a história de um povoado que foi arrasado pela maleita – como é nomeada no conto –, a qual podemos entender por malária. A doença é um elemento fundamental sobre o qual se assenta a história, na medida em que as ações narrativas se dão sempre quando as duas personagens principais, doentes, deliram e enredam nostálgico diálogo sobre o passado. Essas personagens são dois primos, Argemiro e Ribeiro, cuja existência se desfia lenta e monótona, a espera dos acessos de febre provocados pela malária. Para além destes, o arraial conta com uma empregada negra, arrendada numa velha fazenda que inspira ecos de um passado patriarcal e escravocrata: “É aqui, perto do vau da Sarapalha: tem uma fazenda, denegrada e desmantelada; uma cerca de pedra-seca, do tempo dos escravos; (...) e, lá dentro, uma negra, já velha capina e escolhe feijão (...)” (ROSA, 2001b: 153). A população do local se restringe a estes três personagens.

As conversas rotineiras entre os primos variavam em torno de um mesmo tema, trágico e desolador para aqueles: uma história de traição. Fatídico e ofensivo aos dois, ambos apaixonados pela mesma mulher, que foge com um forasteiro, deixando para trás o marido traído, uma paixão secreta não revelada e um povoado moribundo por obra da maleita.

Uma das variações sobre esse mesmo tema de conversa irá afetar decisivamente o curso da narrativa. A monotonia dos dias jaz quebrada abruptamente com a declaração da paixão secreta de Argemiro por Luísa, mulher de Ribeiro. As voltas com essa revelação, a metódica vida local ganha, ainda que temporariamente, um elemento potencializador do estado de enfermidade física.

Em *Sarapalha*, o local onde sobrevivem os dois primos, já foi arraial populoso, segundo Rosa, “já esteve nos mapas” e teve ferrovia, sinais evidentes de algum progresso; no entanto, agora, o cenário é de desolação e ruínas.

Tapera de arraial. Ali, na beira do rio Pará, deixaram largado um povoado inteiro: casas, sobradinho, capela; três vendinhas, o chalé e o cemitério; e a rua, sozinha e comprida, que agora nem mais é uma estrada, de tanto que o mato a entupiu. Ao redor, bons pastos, boa gente, terra boa para o arroz. E o lugar já esteve nos mapas, muito antes da malária chegar (ROSA, 2001b: 151).

A primeira vista, em tudo está o abandono, que fatalmente conduzirá aquele lugar ao definhamento. Nesse primeiro momento o autor destaca o isolamento das comunidades sertanejas, o que pode nos levar a pensar na ausência do poder civil nas áreas interioranas. O local desperta atenção por parecer uma ilha de agruras, rodeada por boas terras e bons pastos, no entanto, acometida pela malária. Num segundo momento, a doença se espalha com tal força, que a imagem do meio comprimindo o homem se faz figurar:

Ela veio de longe, do São Francisco. Um dia, tomou caminho, entrou na boca aberta do Pará, e apegou a subir. Cada ano avançava um punhado de léguas, mais perto, mais perto, pertinho, fazendo medo no povo, porque era sezão da brava – da ‘tremedeira que não desamontava’ – matando muita gente (ROSA, 2001b: 151).

Como visto, a narrativa tece o abandono da cidade como resultado da ação desenfreada da malária, enfermidade sem expectativa imediata de cura. As terras declinaram de valor, boa parte dos habitantes da localidade jazia morta, não havia solução praticável naquele momento que não fosse deixar o local, abandoná-lo a quem quisesse se arriscar. A narrativa vai destacando o avanço da natureza do mesmo modo que o da sezão:

Aí a beldroega, em carreirinha indiscreta – Ora-pro-nobis! Ora-pro-nobis! – apontou caules ruivos no baixo das cercas das hortas, e, talo a talo, avançou. Mas o cabeça-de-boi e o capim-molambo, já donos da rua, tangeram-na de volta; e nem pôde recuar, a coitadinha rasteira, porque no quintal os joás estavam brigando com o espinho-agulha e com o gervão em flor. E, atrás da maria-preta e da vassourinha, vinham urgentes, do campo – oi-ái! – o amor-de-negro, com os tridentes das folhas, e fileiras completas, colunas espertas, do rijo assa-peixe. [...] A gameleira, fazedora de ruínas, brotou com o raizame nas paredes desbarrancadas. Morcegos das lapas se domesticaram na noite sem fim dos quartos, como artista de trapézio, pendentes dos caibros. E aí, então, taperização consumada, quando o fedegoso em touças e a bucha em latadas puderam retomar seu velhíssimo colóquio, o povoado fechou-se em seus restos, que nem o coscorão cinzendo de uma tribo de marimbondos estéreis (ROSA, 2001b: 152).

A descrição do local conduz a perspectiva de “taperização” do ambiente, elemento que aparece em várias narrativas que tratam do universo do sertão: a ideia do espaço que se degrada e degrada o homem. Segundo Monteiro Lobato, a ruína era a evidência do caráter nômade e agressivo do progresso, “deixando atrás de si um rastilho de taperas” (LOBATO,

1974: 3). A tapera³⁰ como representação da ruína se converte em elemento comum da paisagem sertaneja na literatura brasileira de fins do século XIX e início do XX, consolidando a perspectiva da decadência das áreas rurais pela ação deteriorante do tempo, vicissitude do progresso. A degradação dos elementos humanos e materiais à categoria de tapera foram tomados no sentido de um regresso ao estágio originário de natureza, em todo caso, sempre em sua condição depauperada, inferior, parasitária ou esterilizante.

Mesmo que indicasse o caráter corruptivo do tempo, a tapera não indicava um retorno ao passado, antes, agenciava passado e presente num composto cadavérico segundo o qual a disposição das realidades temporais estava posta de modo inverso: o passado era o elemento que indicava o “sabor dos tempos”, portanto, mais atual que o presente; em vigorando os traços do passado, o presente infiltrava-se na corrosão de um tempo que se projetava no revés do progresso, na linearidade sucessiva da história, de modo que, enquanto energia irrefreável e degradante, gradualmente esgotava e reduzia a matéria a cacos de “ex-vidas” (Cf. MURARI, 2000: 367). Monteiro Lobato irá classificar a tapera como a materialidade da morte, corpos que sobravam deteriorados onde não existia mais vida aparente: “casarões que lembram ossaturas de megatérios donde as carnes, o sangue, a vida para sempre refugiram” (LOBATO, 1974: 04).

A decrepitude dos espaços interiores da nação, especialmente na leitura que faz Monteiro Lobato, é resultado ou significa a contrapartida da natureza por sua exploração pelo homem, que não respeitando suas leis tornava-a estéril a qualquer atividade produtiva que pudesse redundar em desenvolvimento material: “E o deserto retoma as posições perdidas”. Parece-nos ser essa a tônica da passagem acima referida no conto de Guimarães Rosa. Homem e natureza passam por processo recíproco de “taperização”, passado e presente – numa mistura monstruosa, progresso e atraso geram de modo ambivalente o enfraquecimento do meio e da raça. Portanto, a tapera era também o híbrido de homem e natureza. No texto de Monteiro Lobato, a irrupção da natureza comprometia casas, construções e pessoas, tomadas por pragas renitentes. No caso do homem, caboclo doente que se mantinha na terra invariavelmente por incapacidade de qualquer ação transformadora de sua situação, jazia “reduzido à condição de um vegetal de carne que não produzia nada de valoroso, fauna cadavérica, lagartixa na pedra, homem-tapera tomado pela barbárie da natureza inferior” (MURARI, 2000: 368). A própria forma como os dois protagonistas são apresentados no

³⁰ O termo se origina do tupi (ta'pera, aldeia extinta). O Dicionário Aurélio atribui a ele os sentidos de: habitação ou aldeia abandonada; casa arruinada; fazenda inteiramente abandonada e em ruínas (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986).

conto revela este aspecto geral de encolhimento da condição humana pela ação corruptora da natureza. Se a natureza segue seu ciclo vital, avançando sobre a obra humana – “Tudo é mato, crescendo sem regra; mas, em volta da enorme morada, pés de milho levantam espigas, no chiqueiro, no curral e no eirado...” (ROSA, 2001b: 153), o espaço do homem se recolhe e a presença destes se condensa à composição da paisagem: “E tem também dois homens sentados, juntinhos, num casco de cocho emborcado, cabisbaixos, quentando-se ao sol” (p. 153). O homem só possui existência como elemento da paisagem, de modo que não aparece como bastião da civilização, antes, compõe um cenário de degradação.

Espaço que abriga uma luta, atemporal, do homem contra o meio pela sobrevivência, o vau da *Sarapalha* parece apresentar a vitória do meio, e o posterior retrocesso ao estado de natureza com a iminência do perigo e miséria para a raça do homem. Nesse tipo de espaço, que tem a esterilidade como circunstância e a violência em caráter latente, a relação pacífica e amistosa entre os dois primos soa contraditória, anormal naquele ambiente; o decurso da narrativa cuidará de extinguir a passividade dessa relação. De todo modo, o engenho humano ainda persiste no vau da *Sarapalha*, tendo em vista que o milho ainda é plantado como recurso para refrear o ímpeto corrosivo da natureza. Entretanto, como mostrado na citação acima, o estado de natureza reina soberano em vários momentos da narrativa, nas plantas que travam luta particular pela tomada de ruas e prédios contra os quais se projetam, como em “A gameleira, fazedora de ruínas, brotou com o raizame nas paredes desbarrancadas” (ROSA, 2001b: 152). Ou ainda quando o narrador aponta os motivos que levaram os habitantes dali migrarem para outras regiões. No mais, focaliza a condição insalubre daquele lugar: “Enquanto as fêmeas sugam, todos os machos montam guarda, psalmodiando tremido, numa nota única, em tom de dó. E uma a uma, aquelas já fartas de sangue abrem recitativo, esvoaçantes, uma oitava mais baixo, em meiga voz de descante, na orgia crepuscular” (ROSA, 2001b: 154). O tom de dó da cantilena dos pernilongos é, ao mesmo tempo, uma referência ao estado penoso das personagens. Estão num estado de completo abandono, sobrevivendo enquanto a doença não cobra os termos de sua estadia; os dois primos mantêm-se em estado de alerta, espreitando a morte entre os delírios da febre. Gozam não de uma vida, plena, mas, de uma “sobrevida”. “Primo Ribeiro dormiu mal e o outro não dorme quase nunca. Mas ambos escutaram o mosquito a noite inteira. E o anofelino é o passarinho que canta mais bonito, na terra bonita onde mora a maleita” (ROSA, 2001b: 153). Em verdade, o “pássaro” na estória é o mosquito transmissor da malária, vetor do estado de apatia, que os leva aos delírios da febre alta.

Da representação da natureza tropical sempre disposta a recuperar os espaços invadidos pela gana progressista do homem a constatação de que existe também uma metáfora da condição humana nestas passagens; a permanência desses homens ali no vau da *Sarapalha* é consciente, um isolamento como resistência e apego. Resistência a uma migração que, de algum modo, possa lhes garantir uma condição existencial mais civilizada de vida e o apego a terra como resqúcio de um tempo arruinado, ou seja, a evidência da integração física e mental daqueles homens à situação de atraso, apatia e violência que subiste na natureza local. Os que partiram do vau, o fizeram fugindo do atraso e perigo que representava a doença em busca de alguma paragem mais desenvolvida, levando, portanto, consigo o desejo de um *futuro* melhor. Os que ficaram, caso de Argemiro e Ribeiro, guardavam a esperança do retorno de um *passado*. Na medida em que Guimarães Rosa centraliza a narrativa em torno das vozes que murmuram um passado, se tornam evidentes a falência e a falácia desse *passado*. A falência em razão de uma ordem que não vigora mais no local, ordem de dominação, patriarcalista. A falácia derivada da presunção de um mundo perfeito por primo Ribeiro: imaginava ter o amor de sua mulher e o respeito e amizade de Primo Argemiro. Ao fim do relato, ao conhecermos o desejo e o amor de Argemiro pela mulher de seu primo, vemos o quão fantasiosa era a felicidade de Ribeiro. Nostalgia, morte e melancolia envolviam os dois primos, bem como, a totalidade do conto.

Ironicamente, a possibilidade iminente da morte pela doença é aguardada como prêmio por Primo Ribeiro, como saída desejada de seu sofrimento pela ausência de Luísa³¹: “– A maleita não é nada. Até ajudou a gente a não pensar...” (ROSA, 2001b: 160); “– Primo Ribeiro, o senhor gosta d’ aqui?... – Que pergunta! Tanto faz... É bom, p’ra se acabar mais ligeiro... O doutor deu prazo de um ano... Você lembra?” (Idem, p. 158); “Mas, agora, já estou vendo o meu descanso, que está chega–não–chega, na horinha de chegar...” (Idem, p.159); “Quer o remédio, Primo? – Não vou tomar mais... Não adianta. Está custando muito a chegar a morte... E eu quero é morrer.” (Idem, p.162). Diante do quadro, surge o questionamento de que se a morte é ansiada como fuga a um mal de amor ou se ataca contra a ineficácia das ações governamentais no combate a doença.

Num estado tal de abandono civilizatório os habitantes do vau recorrem respectivamente a Deus e ao acaso como forças capazes de livrá-los daquele mal da maleita:

³¹ Em estudo centrado na inserção da figura feminina na narrativa de Guimarães Rosa, Cleusa Rios P. Passos identificou, com propriedade, Luísa à maleita. Após falar da ambivalência que percorre toda a narrativa no que diz respeito à doença e à personagem, diz Passos: “Paralelamente, doença e mulher se tocam naquilo que engendram, isto é, abandono, desamor e morte, responsáveis pela destruição dos que insistem em ficar. A esterilidade dominante se faz consequência do feminino, de sua ausência literal ou presença metafórica” (PASSOS, 2000: 192).

“– Talvez que até aqui ela não chegue... Deus há-de...”, “– Talvez que para o ano ela não volte, vá s’ embora...” (ROSA, 1984b: 151-152). Segundo estudo de Maria Sylvia de Carvalho Franco, *A vontade santa* (1975), recorrer a elementos sobrenaturais e mágicos para aplacar “as misérias” é natural em comunidades insuladas, onde os padrões de vida geralmente são deficitários; portanto, há um sentido religioso prático na recorrência ao místico, sendo esta uma das particularidades da religiosidade brasileira apontada por em *A vontade santa*. O expediente mágico-religioso era comumente associado a uma defasagem na mentalidade dos habitantes daquele espaço sertanejo. Euclides da Cunha elabora uma visão do homem como uma partícula dependente das pressões externas que o meio natural lhe impõe, resultando dessa relação o recurso ao religioso como saída aos infortúnios naturais; isso é bem mais evidente no sertão:

O homem dos sertões – pelo que esboçamos – mais do que qualquer outro, está em função imediata da terra. É uma variável dependente no jogar dos elementos. Da consciência da fraqueza para os debelar resulta, mais forte, este apelar constante para o maravilhoso, esta condição inferior de pupilo estúpido da divindade. Em paragens mais benéficas a necessidade de uma tutela sobrenatural não seria tão imperiosa. Ali, porém, as tendências pessoais como que se acolhetam às vicissitudes externas, e deste entrelaçamento resulta, copiando o contraste que observamos entre a exaltação impulsiva e a apatia enervadora da atividade, a indiferença fatalista pelo futuro e a exaltação religiosa (CUNHA, 1975: 106).

Por outro lado, poderia uma vez mais indicar a ausência dos poderes públicos naquela porção do território aos quais caberia a missão de manter o controle sobre a propagação de enfermidades; da inoperância do Estado em gerir a saúde da população é representada pela chegada do médico ao vau da *Sarapalha*, de todo modo, inadequada, na medida em que a solução disposta àquele povo é paliativa, pois fornece um remédio de efeito temporário, negligenciando formas de eliminação do mosquito, transmissor da doença. Naturalmente associado a uma mentalidade moderna e científica, a figura do médico que aporta na comunidade é redentora, idealizando um modo de salvação. Seu raciocínio “moderno” opõe-se ao caráter rude do raciocínio local: enquanto os habitantes do vau alimentam crenças no sobrenatural como caminho de salvação, assim como, mantêm noções particulares e equivocadas a respeito da maleita, suas formas de propagação e saneamento, o médico acredita na eficácia da ciência para cura dos males que os afligem, eficácia da profilaxia médica no intento de livrar os homens do enfraquecimento progressivo a que estavam submetidos naquele ambiente. Encena-se no corpo narrativo o contraste entre a mentalidade de progresso, associada ao médico, e do retrocesso, imaginada no povo local. Na impossibilidade de arcar com os recursos necessários para extinguir com o mosquito, a

solução derradeira prevista pelo médico seria o abandono do local: “Ele ajuntou a gente... Estava muito triste... Falou: “– Não adianta tomar remédio, porque, o mosquito torna a picar”... Todos têm de se mudar daqui... Mas andem depressa, pelo amor de Deus!”... – Foi no tempo da eleição de seu Major Vilhena... Tiroteio com três mortes...” (ROSA, 2001b: 159-160). Neste pequeno fragmento, os ditos benefícios da civilização encontrem resistência, sobretudo nas figuras de Primo Ribeiro e Argemiro, resistentes a orientação médica para deixarem local, o que implica a falta de credibilidade desse saber em gestação no início do século XX; em todo caso faz ver a projeção do Estado nesse locais como efeito de sanear os espaços em vista de uma imagem de civilização para a nação. Ademais, escapando nas entrelinhas, figura a questão subjacente a toda obra rosiana, a violência das práticas sociais e políticas: a comunidade da *Sarapalha* em vias de desaparecimento assiste ao malfadado jogo político pelo poder tão comum pelos sertões afora durante a República Velha.

Se durante a República Velha o combate às doenças não se fez de modo eficaz, nem sistemático, ao contrário, em razão da estrutura política da nação as regiões sertanejas eram relegadas pelo governo federal, entre o final da década de 1930 e o início de 1940 Getúlio Vargas resolveu dar combate à malária, arregimentando médicos e técnicos experimentados no combate ao mosquito transmissor, de modo a eliminar diretamente a fonte do problema. Em razão disso, o conto, escrito na década de 1940, poderia fazer supor uma crítica ao descaso dos governos na Primeira República, ao passo que, indiretamente, indica a disposição e a eficácia do governo getulista na luta contra a maleita³². Um aspecto que indica o valor que assume a doença em *Sagarana* e por extensão na vida brasileira diz respeito ao fato de ser *Sezão*, febre da maleita, a titulação inicial do livro de contos escrito por Guimarães Rosa. *Sezão* não só dava nome ao livro de contos como era a estória de abertura do mesmo, passando mais tarde a ocupar outra posição, bem como ganhar outro título – o conto e o livro. *Sezão* corresponde ao *Sarapalha* de *Sagarana*.

Na vida brasileira, o movimento sanitaria da Primeira República apoiará sua interpretação sobre o Brasil nas doenças, que segundo os intelectuais mais destacados no

³² Em estudo a respeito da disseminação da malária, o médico Erney Plessmann Camargo deixa claro que a doença tinha uma situação estável no Brasil no início do século XX, sem grandes surtos epidêmicos, a exceção de uma epidemia inesperada ocorrida em Natal na década de 1930. Nesse ponto destaca a ação eficaz de Getúlio Vargas no combate a epidemia: “Getúlio Vargas, com a ajuda da Fundação Rockfeller, resolveu enfrentar a epidemia. Juntos, investiram US\$ 350 mil em um exército de médicos e técnicos, muitos deles já experimentados no combate ao mosquito transmissor da febre amarela. A luta contra o *gambiae* foi formidável. Não sobrou um único criadouro na região que não fosse revirado e aspergido com larvicida. Até vasos de cemitério e potes com água benta receberam sua dose de larvicida. Infelizmente, não havia ainda o DDT, mas todas as casas foram fumigadas com piretro. De qualquer forma, a vitória foi esmagadora e, em 1940, o *Anopheles gambiae* viria a ser completamente erradicado do Brasil. Esse foi o maior sucesso, em nível mundial, de erradicação de uma espécie nociva de uma dada região” (CAMARGO, 2003: 28).

movimento, dizimavam o caráter da nacionalidade. De modo mais amplo, a doença em si fazia parte da nacionalidade, componente que era desta. As ideias eugênicas e higiênicas participavam de um debate ampliado no pensamento social brasileiro, o debate sobre raça e natureza, agregando a este, discussões e propostas concernentes à situação de saúde pública no país. A partir de fins da década de 1910 o discurso higienista passa a se infiltrar com mais energia em questões de ordem social, alcançando visibilidade acentuada com o movimento de saneamento rural, ou do saneamento dos sertões. Em 1918 foram fundadas a “Liga Pró-Saneamento” e a “Sociedade Eugênica de São Paulo”, organizações higienista/eugenista, onde circulavam figuras de relevo como Monteiro Lobato, Artur Neiva, Afrânio Peixoto, Belisário Pena e Renato Kehl, homem que se tornaria o grande divulgador da eugenia no Brasil. A nacionalidade era algo a se pensar tomando a missão de integrar os espaços da nação e saneá-los, no sentido de contornar as precárias condições de saúde do homem do interior. Entretanto, é importante frisar que os ideais eugênico-higiênicos assumiram no Brasil uma característica singular quando comparados a forma que tomaram em países da Europa ou até mesmo na América do Norte. A entrada dessas teorias em solo pátrio ocorreu segundo um processo de hibridização, na medida em que no Brasil, eugenia e higienismo constituíram um binômio de fácil associação, como apontou Tânia Regina de Luca:

no período abarcado pela Revista do Brasil higiene e eugenia frequentemente eram encaradas senão como sinônimos, pelo menos enquanto ciências que compartilhavam objetivos muito próximos. A primeira insistia na erradicação de pestilências, das doenças infecto-contagiosas e nos benefícios da boa alimentação, da abstinência de toxinas, da vida ao ar livre, da adoção de hábitos higiênicos; já a segunda pretendia, com base nos conhecimentos acumulados a respeito da reprodução humana, a perfeição física e moralmente a espécie (LUCA, 1998: 223).

A intelectualidade brasileira, em variados níveis, entusiasmou-se com as possibilidades que pareciam surgir atreladas ao movimento eugenista-higienista. Destarte, esse movimento dava conta de amearhar as aspirações nacionalistas e científicas de sua camada letrada³³. Todavia, não sem embates, pois que a representação de um país abandonado, com uma população de doentes e analfabetos veiculada pelos discursos sanitaristas

³³ Para Fernando Magalhães, em um discurso dado no “calor da hora”, por exemplo: “Por isso, meus senhores, saudemos no Brasil o movimento enérgico e criador da transformação de homens para reintegrá-los na fortuna do seu vigor. Do centro do país parte o exemplo da campanha de apuro da raça: eis o primeiro grande serviço que por estimulante, frutificará na prosperidade nacional. A orientação presente de se praticar a medicina social há de ser, em prazo curto, o grande episódio histórico da nação que, após 1888, não mais deu outra prova de sua grandeza. Surja pois aqui um clangor de debate em prol da nova agremiação política, o partido da eugenia brasileira, remodelando o indivíduo que por seu turno modificará os costumes gerados das leis supremas, na envez de pleitear os códigos complexos cujo liberalismo se deforma todos os dias pela necessidade de adaptação, tanto à inércia dos mandados como ao excesso dos mandantes (MAGALHÃES, 1924 *Apud* SILVEIRA, 2005: 187, nota 18).

contrastava com a ideia de afirmação da nacionalidade em moldes militares requerida pela Liga de Defesa Nacional ao longo da Primeira Guerra Mundial. Julgava oportuno, segundo o debate estabelecido pela Liga, tratar o alistamento militar como dispositivo fundamental para alcançar a soberania e solidificar o sentimento de pertença à nação. Para tanto, lançava-se mão de discursos que afirmavam a força do sertanejo, que, uma vez requisitado pela pátria, garantiria a integridade territorial e política do país. O contra-discurso, parte da notável frase do médico Miguel Pereira em 1916, “O Brasil é um imenso hospital”, antevendo aquilo que posteriormente seria constatado pelos relatórios das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz, revelando uma imagem das áreas interiores que contrariava a lógica de consagração do homem e da natureza presente nas narrativas ufanistas e românticas. O interior que despontava nos relatórios do Instituto Oswaldo Cruz, especialmente os da expedição levada a termo por Artur Neiva e Belisário Pena assinalavam o abandono dos sertões, bem como, a presença de endemias. Haveria, dessa forma, que se tratar a realidade nacional sem ufanismos, pois o sertanejo, antes de ser um forte, estava doente (Cf. LIMA, 1999: 106).

Assim como prefigurado em *Sarapalha*, a perspectiva do sertão como doença, portador de uma natureza agressiva ao homem, circulava plenamente entre o discurso higienista e seu contraponto ufanista e romântico, ainda que o debate entre as duas correntes ideológicas compreendesse diferenças gritantes. No discurso higienista, a referência ao meio hostil ao homem é comum, assim como, a constatação da fragilidade do homem em face da exuberância dos elementos naturais. Nesse sentido, a higiene surge como ciência e conjunto de práticas necessárias nessa relação entre homem e meio por tratar da intermediação entre a civilização e o estado natural. “A eugenia, pensada desde as reflexões de seu fundador, Francis Galton, surgiu objetivando ser a ciência da ‘melhoria da raça humana’” (SILVEIRA, 2005: 186).

Segundo Nísia Trindade Lima (1999), o problema capital nas áreas tropicais para este homem subjugado pelos despojos da civilização reside na multiplicação exponencial da presença diminuta de insetos e vermes e da invisível atuação dos microrganismos a propagar malefícios. O discurso que adquire mais adeptos parece ser aquele que atribui à natureza de países tropicais como o Brasil uma efervescência de vida como traço definidor da realidade natural, assim aparece em Gilberto Freyre: “No homem e nas sementes que ele planta, nas casas que edifica, nos animais que cria para seu uso e subsistência, nos arquivos e bibliotecas que organiza para sua cultura intelectual, nos produtos úteis de beleza que saem de suas mãos,

– em tudo se metem larvas, vermes, insetos, – roendo papel” (FREYRE, 1978 *Apud* LIMA, 1999: 111).

À exemplo disso, veja-se umas das variadas passagens em *Sarapalha*, onde a maleita traz consigo a condição de decadência súbita para os que a contraem. Os dois primos vão mostrando claramente, no desenrolar do conto, o sofrimento de quem contrai a malária:

- Olh’ele aí... o friozinho nas costas...

[...]

E a maleita é a “danada”...

Primo Argemiro não pode olhar muito: ficam-lhe muitas garças pulando, diante dos olhos, que doem e choram, por si sós, longo tempo.

Primo Ribeiro parece um defunto – sarro de amarelo na cara chupada, olhos sujos, desbrilhados, e as mãos pendulando, compondo o equilíbrio, sempre a escorar dos lados a bambeza do corpo. Mãos moles, sem firmeza, que deixam cair tudo quanto ele queira pegar. Baba, Baba, cospe, cospe, cospe, vai fincando o queixo no peito; e trouxe cá para fora a caixinha de remédio, a cornicha de pó e mais o cobertor (ROSA, 2001b: 155-156).

A acomodação à doença ocorre num nível tal, que os protagonistas do conto elaboram entre si um código gestual e vocabular específico reinventando sua própria relação com o mundo ao redor, de modo que o elemento de referência para as ações transfere-se para a maleita.

E quando Primo Ribeiro bate com as mãos nos bolsos, é porque vai tomar uma pitada de pó. E quando Primo Argemiro estende a mão, é pedindo o cornimboque. E quando qualquer dos dois apóia a mão no cocho, é porque está sentindo falta-de-ar. E a maleita é a “danada”; “coitadinho” é o perdigueiro; “eles”, a gente do povoado, que não mais existe no povoado; e “os outros” são os raros viajantes que passam lá em-baixo, porque não quiseram ou não puderam dar volta para pegar a ponte nova, e atalham pelo vau (ROSA, 2001b: 155).

A ciência representaria uma solução para essas vulneráveis condições de vida; tendo em vista a falha defesa natural dos homens para enfrentar as intempéries do meio, a higiene apresenta-se como recurso artificial para estes homens debilitados pelo processo civilizatório. Retomando as palavras de Monteiro Lobato sobre o caráter pragmático da higiene no combate a estas formas deficitárias de vida.

... permitirá erguerem-se grandes empórios nas zonas até aqui condenadas. Ela, só ela, permitirá crear na terra brasileira uma civilização digna deste nome. O nosso estado profundo de degenerescência physica e decadência moral, provém exclusivamente disso: desaparelhamento de defesa higienica. O nosso povo, transplante europeu feito em época de magros conhecimentos scientificos, foi invadido pela microvida tropical, e verminado intensamente, sem que nunca percebesse a extensão da mazela. Só agora se faz o diagnóstico seguro da doença, e surge uma orientação scientifica para a solução do problema da nossa nacionalidade... Desfeitos todos os véus de ufanía, livres para sempre da mentira dithyrambica, o caminho está desimpeçado para a cruzada salvadora. Sanear o paiz deve ser a nossa obsessão de todos os momentos... (LOBATO, 1918 *Apud* LIMA, 1999: 111).

A salvação do país, recomendada por Lobato, diz respeito a um projeto de “integração biológica” dos brasileiros, diagnosticados como doentes pelo escritor paulista, elemento que será determinante para inserir o país no curso do progresso. Contudo, o envolvimento de Monteiro Lobato nas discussões sobre eugenia no Brasil partiu de outro princípio, exatamente oposto ao que acima se lê. Escritor ainda pouco conhecido, publicara no jornal *O Estado de São Paulo* em 1918 dois artigos – *Velha praga e Urupês* –, nos quais tentava dar forma ao que julgava ser a verdadeira face do caboclo brasileiro. Provocativo desde o princípio, *Urupês*³⁴ congrega enquanto qualificativos para o homem do interior, entregue a “doença” e a “ignorância”, adjetivos como “parasita”, “arremedo de homem”, “piolho da terra”; enfim, elemento que obstaculiza a marcha rumo ao progresso no Brasil. Os vários contos reunidos em *Urupês* elaboram no conjunto uma condenação enérgica ao abandono e à ignorância do “Jeca”. De modo que Monteiro Lobato compõe uma obra segundo a ótica do desespero pela apatia da população do interior, alcançando o tônus de denúncia apaixonada em sua escrita. Segundo a historiadora paulista, Tânia Regina de Luca, a recepção dos escritos de Lobato ocorreu de maneira incerta entre os leitores nacionais. Para a historiadora,

a rudeza com que Lobato descreveu seu personagem, se, por um lado, parecia confirmar as avaliações feitas pelos que proclamavam a inferioridade racial da grande maioria do povo brasileiro, por outro, abalou uma determinada visão idílica do campo, cultivada por certos setores da literatura, assim como incomodou os que tinham o sertão como o berço da raça brasileira em elaboração (LUCA, 1998: 203).

Em *Sarapalha*, o local é o *locus* de sofrimento, em seus exíguos habitantes traduz-se o sertão como morada da doença, espaço da ruína, corrupto pelo tempo. Primo Ribeiro, proprietário da fazenda que já gozou de algum desenvolvimento, e Primo Argemiro, “os dois velhos – que não são velhos” (ROSA, 2001b: 154) traduzem o estado atual do latifúndio, econômica e fisicamente arruinados: O primeiro “parece um defunto–sarro de amarelo na cara chupada, olhos sujos, desbrilhados, e as mãos pendulando, compondo o equilíbrio, sempre a escorar dos lados a bambeza do corpo. (...) Baba, baba, cospe, cospe, vai fincando o queixo no peito.” (Idem, p.155-156). Primo Argemiro “É magro, magríssimo. Chega trôpego, bambo, meio curvante.” (ROSA, 2001b: 169). Primo Ribeiro prefere ser enterrado no cemitério do local que, como ele, deve estar em ruínas: “não deixe me levarem p’ra o arraial... Quero ir, mas é p’ra o cemitério do povoado... Está desleixado, mas ainda é chão de Deus” (Idem, p.158). E em ruínas também está Jiló, o “perdigueiro morrinhento” de Primo Ribeiro, que

³⁴ O urupê é uma espécie de fungo poliporáceo que se nutre de matéria orgânica em decomposição. Vulgarmente conhecido como Orelha-de-pau.

“despertou e veio fazer festas, dando de rabo, esfregando-lhes nas pernas os calombos das costas, cheias de bernes, que ninguém tem ânimo para catar.” (Idem, p.161). Aqui, a identificação do sertanejo rosiano com o caboclo de Lobato pode ser sentida em várias passagens, senão, a própria substância do conto dialoga secretamente com a representação do “jeca” levada a termo pelo escritor paulista. Aqui neste fragmento, a decrepitude dos sertanejos causada pela doença, tal como a onipotência do meio agreste e insensível a qualquer razão civilizada. São, pois, temas caros ao virulento debate proposto nas narrativas de Lobato. O escritor paulista inventou a personagem Jeca Tatu, caboclo inerte e doente, sendo que, as personagens de Guimarães Rosa – os dois primos de *Sarapalha* – espelham com razoável fidelidade o retrato impiedoso urdido por ele em 1918 no conto *Velha Praga* de seu *Urupês*, que lhe custou enorme controvérsia nas páginas do jornal O Estado de São Paulo. Em *Velha Praga* lê-se:

Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável á civilização, mas que vive á beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a picapau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encosorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se (LOBATO, 1986: 141).

Assim como os intelectuais da chamada “Geração de 1870”, Monteiro Lobato assume nesses seus primeiros escritos que o brasileiro, especialmente o sertanejo/caipira resulta da interação entre as “três raças formadoras”, estando seu Jeca, portanto, fadado à degenerescência. Produto de uma miscigenação duvidosa e irregular, da mesma forma que, atado a um meio que inviabiliza formas produtivas de existência, desenvolveu-se na medida das palavras do autor, “impenetrável ao progresso, feio, sorna, doente e chambão”. O caboclo interiorano, esse “arremedo de homem” fica marcado pela severidade do retrato pintado por Lobato. Enfaticamente, proclama a incredulidade no progresso e civilização de um país que se ache tomado por Jecas (Cf. SILVEIRA, 2005: 191).

Entre os médicos higienistas dedicados à campanha do saneamento rural em fins da década de 1910, a relação entre raça e doenças estava cada vez mais refutada; quando se tratava dos principais vetores de combate – doença de Chagas, malária e ancilostomose – os higienistas não mediam esforços para deixar evidente a indiferença das doenças quanto à origem social ou racial da população, as enfermidades acometiam a todos, sem distinção. Doença ou saúde não estava atrelada necessariamente às condições naturais e raciais. Desse modo, o projeto de saneamento do interior da nação, já nas primeiras décadas do século XX,

abandonava o determinismo racial como critério para o contágio de doenças. O problema maior estava localizado nas doenças, e não na raça, e a solução se fazia viável com os instrumentos disponibilizados pela ciência. Sobretudo agora, as possibilidades de constituição da nacionalidade no Brasil poderiam se dar tomando como referência sua base étnica, bem como, contando com políticas para as áreas de educação e saúde (Cf. LIMA, 1999: 116).

No mesmo ano de publicação do seu *Urupês*, 1918, Monteiro Lobato revisará seu pensamento sobre o caboclo sertanejo/caipira, muito em razão da influência exercida pela convivência com Artur Neiva e Belisário Pena – este, autor de *O saneamento do Brasil*. Lobato inverteria amplamente sua perspectiva quanto as possibilidades de realização deste homem do interior, alterando seu status de parasita para parasitado, tal como, abstraindo-lhe da culpa por sua inércia: “Está provado que tens no sangue e nas tripas um jardim zoológico da pior espécie”, reconsidera agora. “É essa bicharia cruel que te faz papudo, feio, molenga, inerte. Tens culpa disso? Claro que não.” (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 1997: 112).

A publicação de *Problema Vital* (1918), obra que congrega seus ensaios jornalísticos, todos eles abordando o higienismo e a eugenia, caracteriza a guinada de pensamento no sentido definido pela *Liga Pró-Saneamento Nacional* e pela *Sociedade Eugênica de São Paulo*, que, por meio dos intelectuais que as compunham, ocupavam espaços de debate na imprensa nacional, alargando o alcance das ideias higienistas e eugênicas. Disseminava-se a crença objetiva nos recursos da higiene como saída aos problemas da nacionalidade brasileira, onde “ciência, fé, política e nacionalismo marcavam esse olhar sobre o Brasil e os brasileiros, inserindo-os em um amplo projeto, colocado em uma temporalidade projetiva, ancorada nessa prometeica promessa de salvação da nação pela luz da ciência” (SILVEIRA, 2005: 193).

Em *Problema Vital*, Monteiro Lobato credita o déficit de desenvolvimento da nação ao traço indelével da doença, assim como em *Urupês*, em todo caso, a perspectiva muda de um escrito a outro, na direção de afastar do Jeca a acepção de degenerado em proveito da condição transitória de doente. Portanto, Lobato transforma pessimismo em otimismo, partindo do principio de que a ciência poderia agora explorar todo o potencial da população brasileira, sobretudo porque a apatia, antes inata, agora se torna medicável. Segundo o escritor, o caipira

possui dentro de si grande riqueza em forças. Mas força em estado de possibilidade. E é assim porque está amarrado pela ignorância e pela falta de assistência a terríveis endemias que lhe depauperam o sangue, cacetizam o corpo e atrofiam o espírito. O caipira não ‘é’ assim. Está ‘assim’. Curado, recuperará rapidamente o lugar a que faz jus no concerto etnológico (LOBATO, 1918 *Apud* SILVEIRA, 2005: 196-197).

Havia uma nacionalidade fraturada pelo acúmulo de endemias nos espaços interiores da nação – leia-se sertão –, mas naquele momento o discurso sanitarista abria a possibilidade de pensar em um futuro projetado com o surgimento da ciência experimental no Brasil. Ao caboclo sertanejo projetava-se uma saída para sua condição de atraso, a ideia de saneamento. Para Monteiro Lobato isso resolvia outra questão fundamental para a intelectualidade nacional, a saber, em que ponto localizar a origem da inércia da população: na doença ou na incapacidade racial? Para o escritor paulista, a melhor saída era optar pela doença. A doença porque significava a possibilidade de reverter os problemas brasileiros.

Tornando ao conto de Guimarães Rosa para arrematar, muito embora entre os primos Argemiro e Ribeiro em *Sarapalha* haja uma afinidade de quem partilha as mesmas dores, de amor e de morrer (pela doença), ao ponto de instituírem uma ritualística dos gestos, Argemiro possui traços de caráter diferentes dos de Primo Ribeiro. Se este é preso ao passado, à inércia e encontra prazer na morte que se aproxima, Argemiro busca a distância de qualquer pensamento que conduza a morte: “– Mas, então, não fala em morte, Primo Ribeiro!...”; ele lamenta a partida do doutor: “Olha aqui: não foi pena ele ter ido s’embora? Eu tinha fé em que acabava com a doença...”, e tece planos para o futuro, imediatamente rechaçados por Primo Ribeiro: “– Olha, Primo, se a gente um dia puder sarar, eu ainda hei de plantar uma roça, no lançante que trepa para o espigão” (ROSA, 2001b: 159). Ambos optam pela doença, se bem que para fins diversos. Enquanto Primo Ribeiro aceita a morte pela doença como fim último para uma condição inalterável, Primo Argemiro se volta para adiante, para o futuro como possibilidade de mudança; daí lamentar a partida do médico. Completa-se a afirmação do discurso médico como grande propositor das políticas públicas, colocando como a “missão” do médico-cientista ser o guia para o Brasil.

Sarapalha é uma construção narrativa da condição humana, espaço literário da ruína e do abandono, da saúde que já não há e da própria vida prestes a esvair-se. Entregue a doença e a natureza que consome os espaços outrora “humanizados”, o sertanejo rosiano em alguns aspectos se torna medida daquele caboclo interiorano, indolente, preguiçoso – em contato com a visão pessimista de Monteiro Lobato – e, sobretudo, doente, como o descreveram os relatórios das missões médico-sanitaristas da Primeira República. Seguindo a mesma linha, tem-se a descrição virulenta do meio, enquanto espaço de desagregação, em ruínas, remetendo dessa forma, ao retrocesso. Desta feita, converte-se em espaço arruinado pelo tempo, representação das áreas distantes do civilizado. Esta relação entre o sertanejo e o meio sobre o

qual age e ao qual está, ao mesmo tempo, submetido, mostrando aspectos sociais de uma parcela da população brasileira preterida pelos poderes públicos, é decisiva numa obra em que a representação do Brasil é tão evidente.

Se as populações do interior – dos sertões – padecem com as doenças e o abandono dos poderes constituídos, vem somar-se a esses fatores no conto o mecanismo psicossomático do adultério que, somados a personalidade do sertanejo, retroalimentam e agravam a doença e os sintomas correspondentes a esta, tais como, indolência, desânimo, inércia; tais sintomas, por sua vez, reforçam os elementos de retrocesso social e estagnação que agem na direção do regresso ao estado de natureza. Consequentemente, pelo entrecruzamento de diversos fatores de natureza tanto social como psicológica – doença, condição psicológica, condição material, depressão, retrocesso, entre outros – se formata um complexo de forças em que cada um justifica e aprofunda as demais, num sistema de causa e efeito de difícil identificação da origem. De outro modo, estando Primo Ribeiro e Primo Argemiro sob ação dos mesmos condicionantes sociais e psicológicos, assim como, agredidos pela mesma enfermidade, assumem posições distintas no decorrer da narrativa; um – Primo Ribeiro – para afirmar a permanência e o descrédito quanto a qualquer possibilidade de alteração em sua condição, em tese, uma afirmação do retrocesso. Outro – Primo Argemiro –, a fim de fugir àquele fim premente que a doença lhe impunha, assume a possibilidade de mudança, que significa a evasão daquele espaço; em tese, esse comportamento indica a crença na alteração da condição social.

As discussões sobre a identidade da nação brasileira começaram bem antes da Primeira República, em todo caso, foi somente nesse momento que se pode verificar uma expansão considerável dos debates. Isso se deve ao fato de que uma gama de intelectuais passa a identificar na forma republicana de governo o ingresso em um novo tempo, notadamente marcado pelo ideário do progresso, bem como, a possibilidade de acertar o passo com a civilização num país ainda profundamente identificado com seu passado colonial e escravista, algo incomodo aos olhos de muitos por indicar a inferioridade racial de sua população. A ideia de uma nação fadada ao fracasso em função da raça ou mesmo do clima circula entre os principais intelectuais do país até a primeira década do século XX ainda com intensidade, que vai reduzindo à medida que o discurso sanitarista invade a ordem do dia. Os intelectuais que participam da campanha de saneamento rechaçam a perspectiva da inviabilidade da nação por fatores climáticos e raciais, abandonando-as em favor de uma posição que considera a nação algo a se fazer. A campanha pela reforma da saúde pública e pelo saneamento das áreas rurais, por extensão, do sertão transforma em problema social e

político aquilo que era posto como problema racial; de um lado, pelo descaso das autoridades públicas, de outro, pelas debilidades patológicas. Destarte, raça, doença e abandono serão termos identificatórios do debate sobre a identidade nacional entre o final do século XIX e as três primeiras décadas do século posterior. No proscênio desse debate, o sertão.



PARAGENS PROVISÓRIAS

*“O olho vê,
a lembrança revê,
e a imaginação transvê”*
(Manoel de Barros)

I

Por tudo que pudemos ir costurando até então, demo-nos conta que as relações de tudo o que é sertão com a construção da nação centralizam as construções narrativas; sejam elas sócio históricas ou literárias, os horizontes de expectativa a respeito de uma arrancada modernizadora do país recaem sobre a descontinuidade espacial e as insurgências do povo interiorano como fatores a superar no processo de constituição da nacionalidade. Necessariamente a solução para os entraves da nação passariam pela incorporação política e social dos *sertões*, pela superação seletiva e planejada dos aspectos indesejados do espaço sertanejo. Destarte, a homogeneização da sociedade e do espaço no Brasil, segundo a marcha do progresso e dos recursos da civilização, convertia-se em meio evidente para estabelecer uma comunidade nacional independente entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século posterior.

Os capítulos que antecederam este arremate provisório quiseram fazer notar a recorrência com que a intelectualidade brasílica imaginava uma falta, uma ausência na medida mesmo das indagações sobre a origem e os sentidos da nacionalidade. De que havia um vazio dominante no espaço nacional, determinante da falta e do cerne da brasilidade. Antes mesmo de conjugar uma nacionalidade as representações do Brasil localizavam esta ausência constituinte identificada com a categoria sertão. A fundação da nação passaria inevitavelmente pelo movimento por dentro do vazio sertanejo, “relocalizando-o” espaço-temporalmente segundo o ideal de Brasil. Ora assumindo a condição de repositório inequívoco da essencialidade brasílica, por se manter resguardado dos influxos degenerativos da mentalidade urbana, cosmopolita ao nível da indistinção dos caracteres puramente nacionais, ou como escrevia Euclides, de um cosmopolitismo tacanho, pois que repousado em cópias acrílicas de modelos externos; de outro modo, sertão figurava aos olhos de alguns intelectuais como porção territorial alheada da modernidade, atrasado, bem como, perpetuando formas de sociabilidade defasadas quanto aos interesses nacionais, principalmente em razão do suposto caráter rarefeito dos laços sociais atribuído aos homens sertanejos que, segundo Oliveira Vianna, partilhavam um código específico de conduta incompatível com as diretrizes do estado-nação brasileiro.

Os lugares litoral/interior (sertão) possuem uma consistência muito tênue quanto à condição geográfica se comparadas com sua conotação simbólica de intenso apelo político e emocional. São realidades que se marcam pelo contraste, pela tensão constante que define o debate sobre as desigualdades e problemas que atravessam a modernidade brasileira. Significa

dizer também que sertão e litoral não figuram como realidades naturais determinadas, antes, como projeções representacionais no pensamento social. Representações fortemente identificadas com o processo de formação nacional, sem o qual, se torna complicado pensar na própria identidade dos intelectuais. “Contrastes e juízos proliferam quando o escritor declara opinião a respeito do que se encontra em cada um deles. Expectativas são produzidas quanto à participação ou exclusão de coisas, gentes e modos de sertão e de litoral na comunhão nacional” (VIDAL E SOUZA, 1999: 159). Passa-se a existir várias versões e significados para o sertão na qualidade de ideologias de participação e construção da nacionalidade. As imagens sobre o Brasil acentuam as perspectivas da falta e do vazio constituinte do espaço sertanejo. Elementos que se traduzem nas ideias de atraso, abandono, violência, doença, misticismo, apatia, entre tantos outros qualificativos ventilados ao longo deste trabalho. O que resta ao sertão diz respeito à condição de vazio a ser preenchido pelos projetos de nação moderna. Afirmamos aqui, a partir do que já propusera Edward Said em função da chamada geografia imaginativa, que o lugar-sertão passa a funcionar para a intelectualidade da Primeira República como uma ideia para a qual se reconhece “uma história e uma tradição de pensamento, um imaginário e um vocabulário” (SAID, 2007: 31). Pretendemos, enfim, demonstrar as variações de percepção desta categoria de pensamento na medida do que nos foi possível, enquanto elemento viabilizador de discursos sobre a nação. Ainda segundo Said, essas representações geográficas correspondem às formas espaciais e simbólicas de que uma cultura se vale para garantir realidade e presença (Cf. SAID, 2007: 31).

Dos sertões representados/significados como espaço brasileiro nas narrativas da nacionalidade ficam as intenções prescritivas quanto à formação do corpo nacional; essas figurações espaciais carregam fortes conteúdos políticos e simbólicos, na medida em que, os fatos e dados sobre o sertão servem a elaboração narrativa que orienta o destino ou sentido geral da nação. O móvel para uma interpretação do Brasil é a constatação da incompletude da nação – daí a noção de vazio –, por isso as referências ao sertão estão quase sempre acompanhadas de um viés avaliativo. A intenção recai sobre o diagnóstico dos efeitos para nacionalidade da lida com os sertões. A nação estará incompleta enquanto o sertão representar o atraso, de modo que, a nacionalização do sertão passa inelutavelmente pelo apagamento dos traços de barbárie e “rudeza”. Se lá estão as possibilidades de manutenção de um espírito marcadamente nacional, também estão as condições de degeneração nacional, havendo o intelectual que pensar modos de neutralizar aqueles aspectos indesejados, que não correspondem a uma nação civilizada (comumente identificada com o litoral).

Entre os intelectuais engajados em pensar a nação, pode-se notar aparente estranhamento quanto ao(s) outro(s) de que tratam; interior ou sertão, as representações elaboradas sobre o lugar e seu homem adquirem quase sempre clara relação com uma imagem da sociedade onde só seriam possíveis laços verticais de solidariedade. Nessas representações do espaço, o sertão é pensado como lugar onde se deve agir, seja para “melhorar” a raça (seu homem) ou injetar, metaforicamente, civilização. Em todo caso, sertão não representa uma alteridade total quanto ao espaço urbano, dotado de progresso e civilização. Uma vez mais, o que os separa, já que são partes descompassadas de um mesmo território, é a percepção da falta, da incompletude que dimensiona a condição do outro. No plano da narrativa, o efeito de alteridade serve para dizer o mesmo e o outro, fazendo sugerir a distância e estranhamento; destarte, o exercício geral de interpretação dos intelectuais nas primeiras décadas do século XX dá a ver a necessidade de integração, o desejo de identidade. Notadamente, o pensamento se apodera dos lugares, conferindo-lhes significados diversos, mas os horizontes de expectativas estão sempre na direção da nacionalidade homogênea. Por isso, o sertão só existe como parte de um todo. Todavia, acompanhando os rastros do pensamento de Said, a alteridade geográfica e/ou cultural não é apenas uma elaboração imaginativa, antes, as regiões são parte integrante da civilização e da cultura material do lugar de onde partem as projeções (Cf. SAID, 2007: 28). A alteridade serve para marcar o vazio, a fronteira interna a ser integrada à nacionalidade. A conquista do interior mediante a ação civilizadora da cultura ocidental se apresenta no limite como trajetória fundadora do ideal de nação.

Será também a fronteira interna que as nações desigualmente modernizadas, ou de modernização tardia (e que ficaram a meio caminho entre o moderno e o arcaico), se batem por suprimir, ainda que sempre regressem a elas em busca das explicações sobre suas raízes culturais; territórios que se preservaram no imaginário dessas nações como áreas intocadas pelas ondas modernizantes que invadiram o continente desde o final do século XIX³⁵ (MONTE ALTO, 2002: 158).

Se à nação só se garante existência efetiva mediante um imaginário coletivo que emerge de narrativas tais como, a histórica e a literária, podemos vislumbrar uma fórmula de raciocínio que posiciona o elemento físico na base das narrativas da nacionalidade. Se o elemento físico, na condição de exuberância natural ou vazio geográfico, possibilitava a elaboração de projetos de nação, o mesmo não se verificava quanto a um passado digno de memória. De acordo com Lúcia Lippi Oliveira, a ausência de um passado histórico que oferecesse a consciência de uma identidade determinou a busca das raízes no imenso território

³⁵ Sobre os períodos modernizantes do continente, ver RAMA, Ángel. **Tachcõn narrativa en América Latina. Montevideo**: Arca Editorial, 1989.

que ocupava: “A consciência do espaço, da territorialidade, em contrapartida, forneceu as bases da integração necessária ao estabelecimento da fórmula de um projeto de nação” (OLIVEIRA, 2000, *Apud* MONTE ALTO, 2002: 154-155). À consciência do espaço enquanto homogeneidade totalizadora se contrapunha a heterogeneidade dos elementos que compunham o enredo problemático da história do país; sendo assim, a constituição de uma memória nacional teria naturalmente que passar por uma narrativa organizada a partir do espaço, que preenche e confere sentido ao país.

A perseguição de uma origem da nação, tal como, de caracteres definidores do povo e no extremo, de um evento irradiador de uma história comum atravessa a mente de muitos intelectuais brasileiros, deixando marcas profundas na formação cultural deste país. Esse mito da origem que abarca também a necessidade de uma cultura própria – agregadora da potencialidade identificatória necessária à homogeneização do corpo social – protegida dos influxos externos –, imune porque insulada nos territórios interiores do país à espera dos movimentos civilizadores promovidos pela cultura ocidental, localiza sua forma originária nos movimentos bandeirantes brasileiros. Ou como afirma Lúcia Lippi: “Confirmando a importância do espaço na construção da identidade nacional, encontra-se a questão do ponto zero da história do país, do evento histórico original que fez nascer a nação: as bandeiras” (OLIVEIRA, 1998: 204). Assim como o evento das bandeiras, sertão e sertanejo são frequentemente recuperados como componentes do imaginário nacional. De modo geral, o movimento de reconhecimento e preenchimento do “vazio” figurado no interior do país será reconhecido como a oportunidade de conciliação da qualidade maior do litoral, a civilidade, com a suposta autenticidade cultural – porém, rude, selvagem, atrasado e incivilizado –, percebida no interior/sertão.

Toda essa recorrente discussão em torno de uma Origem que respalde a narrativa de uma História e Cultura comum é tributária de certa razão historicista, cônica da validade de uma história linear e consequencial, “que explica o futuro a partir do passado e faz do presente uma ponte continuamente reconstruída sobre um tempo que, infinitamente e sem parar, transcorre” (FINAZZI-AGRÒ, 1999: 08). Receosos quanto a essa posição, nos parece inviável pensar numa realidade presente ou futura amparada num princípio imóvel, fundamento único de tudo o que possa vir depois. O passado é dado como mosaico, se presta a configurar inúmeros inícios como são inúmeras as experiências espaço-temporais do homem, de modo que o “real” é constituído por infinitas cadeias de sentido. Numa reflexão sobre a Origem há que se levar em conta o caráter ficcional desta, na medida em que só adquire legibilidade no interior de uma narração que configure os elementos fundacionais e

fundamentais para fazer vazar um sentido que por sua vez cria “uma margem” de interpretação incessante. Esse problema da Origem – de uma nação, de uma cultura – fora enfrentado habilmente num texto importante de Ettore Finazzi Agrò.

O lugar do início, nesse sentido, só pode ser indicado a partir da forma que ele assume e que o delimita e o institui, do mesmo modo como a forma é função do espaço e do tempo em que tudo começa. Dito isto, porém, deveríamos reiniciar tudo de novo, visto que, afinal de contas, a Origem, entendida na sua forma e na dimensão que a contém e a molda, apresenta-se como uma noção auto-referencial, afigura-se, justamente, como uma torção lógica remetendo para si mesma: o Início seria apenas aquilo que, por convenção, uma pessoa ou um grupo de pessoas decide assumir como Início. Nesta tautologia, em que se revela o caráter de-cisivo (isto é, produto de um corte arbitrário) e altamente ideológico do Princípio, pode-se todavia descobrir uma verdade importante que se encontra em todo Início: ou seja, que a dimensão e a estrutura do Começo são, na sua essência, puramente convencionais e, na sua forma, meramente ficcionais (FINAZZI-AGRÒ, 1999: 07).

Longe de perseguir qualquer razão evolucionista ou escatológica, a função do historiador estaria para além do exercício mecânico de remontar o curso do tempo para desvendar no passado as origens conformativas do presente, mas o de investigar a disseminação de imagens e fatos enquanto infindas possibilidades de trama do real, até compor um quadro representacional capaz de permitir a visualização de algum sentido comum. Como, por exemplo, reunir um conjunto de imagens e fatos “perspectivadoras” do sentido de nação pensados através de uma categoria específica, mas convertida em mote geral: o sertão³⁶.

Em não havendo uma continuidade histórica no caso brasileiro, o que existe é uma lacuna, um vazio histórico dado o caráter dispersivo e fragmentário que compõe o passado do país; como já dito anteriormente, o referente guia para os projetos de nação será mesmo o espaço totalizante. De modo que nenhum dos escritores aqui discutidos estava empenhado em elaborar reconstruções históricas hipotéticas da Origem, mas, ao contrário, partiram da compleição social e espacial para diagnosticar “uma falta” e prognosticar alternativas de preencher o vazio. O vazio nestes termos é o deserto interior – que é o sertão –, espaço estancado no tempo, marginalizado no curso da história, aquém do progresso dos tempos, por isso emudecido e desgarrado, inconcluso.

Elaborar uma história e um sentido para a nação a partir de um vazio histórico-social, de uma falta constituinte esteve no horizonte de intelectuais de procedências diversas, médicos, engenheiros, literatos, ensaístas, entre outros.

³⁶ Uma discussão mais acurada sobre a constituição narrativa de sentidos para a nação pode ser conferida em BHABHA, Homi K. **O *balda ch***. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

II

Ao que costumeiramente tratamos como Pátria, tendo em função disso a convicção de um todo pleno de significância, assume num escritor como Guimarães Rosa sentido deveras distante daquilo que é comum, que fora caminho assumido por uma gama de escritores empenhados em fundar a nação. O termo paradoxo lhe serve bem nesse contexto, pois, o emaranhado textual de múltiplos sentidos e localização inconstante que é a narrativa do autor mineiro inviabiliza qualquer procedimento de análise que almeje encontrar uma mão única, o centro para o qual convergem os significados ou estruturas formais da escrita. Em Rosa, o centro do discurso é rasurado e difuso. Do desejo de tocar um projeto de nação há que se somar a percepção de uma realidade complexa, dotada não de um centro, mas, de vários; daí que a prática artística de Rosa encara o espaço nacional como algo perenemente questionado, ao qual se agarra e foge a cada lance de vista. Sua capacidade de dizer o País se direciona segundo uma dialética imperfeita entre local e global, território e mundo, haja vista que seus narradores ocupem sempre as margens, os confins entre a norma e o desvio, se posicionando em locais diversos a cada torneio narrativo. A pátria está no “entre” os extremos, no exílio, sempre partindo, avessa a qualquer correspondência imediata. É o exato que se verifica no conto *A terceira margem do rio* do livro de contos *Primeiras histórias* (1962), narrativa de um homem comum, como outro qualquer, que repentinamente manda construir uma canoa e passa a viver nela, quebrando, com este gesto, as regras de sua sociedade, os padrões vigentes e entrando na categoria do diferente: “Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais. A estranheza dessa verdade deu para estarrecer de todo a gente” (ROSA, 1994: 421). Negando-se a assumir qualquer margem específica, o pai (a pátria?) assume a vida no rio como travessia infinita de algo ou alguém desinteressado em alguma parte, querendo talvez um todo “inessencial”. A atitude paterna sugere a inserção no entre lugar, no não lugar indicado pela referência a uma “terceira” margem.

O conto rosiano não apresenta elementos que garantam uma definição para a família, sabe-se que gozavam de alguma prosperidade devido à referência a suas posses, uma fazenda e alguns negócios; desse modo, a necessidade de subsistência ou de trabalho mais específico não fica claro. A descrição do restante da comunidade também conduz a indefinição, pois que viviam entre um “pessoal nosso” que acompanhou o exílio do pai daquela família participando efetivamente ao “acender fogueiras em beirada do rio, enquanto que, no alumiado delas, se rezava e se chamava” (ROSA, 1994: 421), assim como indiretamente, no

proceder de questionar as razões que levaram o pai a tomar tal atitude e permanecer entre as margens do rio a bordo da canoa, sem, no entanto, dirigir-se a parte alguma. O evento impensado e fora de propósito no âmbito da comunidade interfere na rotina dos circundantes, especificamente da família, relutante em admitir talvez um acesso de loucura no pai; em todo caso, mesmo em face da incompreensão gerada, dedicam-se por algum tempo em provê-lo do básico. O filho, também narrador, cuida para que não falte alimento, deixando-os em uma das margens; quanto às roupas, são deixadas à medida da necessidade. Nesse interim cuidam em manter o curso normal de suas vidas a revelia da “acontecência”. O casamento da filha e o nascimento do neto não são suficientes para demover o pai da sua travessia sem fim, nem lugar, fato que marca a desagregação plena da família. Filha, neto e esposa abandonam o lugar, o outro filho ruma para a cidade, sobrando tão somente o narrador, incapaz de outra atitude que não estar ali, sorvido àquela realidade, como que encarnando o papel de herdeiro de uma missão: “Pai, o senhor está velho, já fez o seu tanto... Agora, o senhor vem, não carece mais... O senhor vem, e eu, agora mesmo, quando que seja, a ambas vontades, eu tomo o seu lugar, do senhor, na canoa!...” (ROSA, 1994: 423). Detêm-se na margem enquanto o pai navega o rio, sem se saber onde ele realmente está. Desse modo, o Pai toma conta do cenário narrativo, do imaginário, e se torna presente pela ausência.

A ausência de referenciais mais detalhados, informações sobre os personagens, indicações de local, datas ou nomes confere ao conto uma generalidade muito peculiar, na medida em que impossibilita qualquer conexão específica com um contexto histórico; sendo assim, a articulação que parece urdir não pretende um relato localizado, ou mesmo inventariar a estória de um grupo particular de pessoas, antes, a generalidade da narrativa aponta para uma realidade disjuntiva de elementos dados a priori, bem como, enseja a necessidade de totalidade em que se mistura “em todos os níveis o real e o irreal, o aparente e o oculto, o dado e o suposto” (CANDIDO, 2006: 125).

A leitura do conto põe em cena o desejo feito narrativa da descontinuidade espaço-temporal; como opção estética e política, Rosa urde seu texto para superar meros pares de oposição e, conseqüentemente, os sentidos e verdades fixas que escapam desses pares; a terceira margem contorna o trajeto que desloca o previsível e usual binarismo em direção ao que é transbordamento, de lugar, de sentidos. Portanto, não se alude à margem esquerda ou direita, nem se trata de harmonizar – no sentido de suprimir diferenças – espaços conflitantes, mas de uma configuração que deve conter ambos os lados, estar fora deles, em toda parte e dentro de cada um (Cf. RIBAS, 2011: 73).

De fato, as narrativas rosianas não apenas deslocam o centro de percepção, como vão aos goles minando qualquer referência sistemática, dispersando paradigmas auto-centrados. Os textos estruturam e incorporam em profundidade a condição ambígua, a hesitação entre duas dimensões de sentido, remetendo para uma região/razão híbrida que questiona toda a conotação de verdade aparente. “Espacialização infinita da dúvida”, os textos rosianos agenciam um pensamento heteróclito que está sempre aquém de absolutas respostas, tornando evidente a presença deste espaço de hesitação e trânsito, onde o elemento nacional se agarra sem se prender; um lugar em que a complexidade do tecido narrativo faz ler o problemático enredo da “desrazão” a partir do qual se refletem e se cruzam as dúvidas sem solução sobre o Brasil. “Um País perenemente suspenso entre a afirmação de mil pátrias, entre universalismo e particularismo, entre cidade e interior, entre progresso e atraso, entre autonomia e dependência, entre primeiro e terceiro mundo, e que o escritor deixa, justamente, boiar nessa indecisão, nesse entrelugar” (FINAZZI-AGRÒ, 2001: 102). A coerência da narrativa rosiana consiste na indeterminação do ser da Nação, não sendo uma, podendo ao contrário ser múltiplice – as interpretações sobre o Brasil dão conta disso –, podendo caber na grandeza do sertão, na imobilidade marginal do narrador-filho no conto *a terceira margem* que permanece na margem por toda a vida esperando o outro que não torna; o pai que se ausenta estando ali, porém “ilocalizável”, em margem nenhuma. Guimarães Rosa desvirtua as hierarquias espaciais, interditando os sentidos atribuídos do aqui e do ali, do interior e do exterior, do longe e do perto; o lugar pátrio e paterno (no caso do conto) adquirem conotação virtual, existe para todas as determinações do espaço (as contem), porém, sempre em trânsito, sem lugar (como o pai no conto). Assim confirma o narrador em *Grande Sertão: Veredas*, “o sertão é *sem lugar*”, isto é, a-tópico. Tal como se nos apresenta no conto rosiano da *terceira margem*, a pátria está na sua ausência, na constatação de uma falta. A nacionalidade só funciona em razão de um vazio que se instala, criando, contudo, o lugar da margem, daquele que espera e projeta sentidos na medida em que medita sobre a falta.

Essa terceira margem na narrativa rosiana, figurada como espaço simbólico que engendra os demais, é o Brasil mirado no Sertão e, por sua vez, o sertão como metonímia do mundo. Mais que pensar o país pela lente da região, o autor mineiro estende a dimensão regional do sertão ao alcance do universal, expressão num espaço-tempo global. Atitude essa que denota a intenção – política – de fazer coexistir duas dimensões (imagens/ideias) de Nação divergentes entre si, sem, contudo, anular-se uma a outra. A primeira, conectada à

considerando o País na sua totalidade ideal e, ao mesmo tempo, característica, que o coloca, como identidade única e incontrovertível, como espaço-tempo continental, no contexto histórico e sociopolítico global (Cf. FINAZZI-AGRÒ, 2001: 106).

Aparece aqui no horizonte de expectativa autoral a necessidade de captar a nação e dar-lhe resposta quanto a seus impasses históricos. A representação literária rosiana configura uma imagem da nação onde as incongruências sócio históricas possam dialogar sem se anular. Uma noção de Pátria como pai, mediador entre instâncias divergentes do território, entre margens opostas. Assim, a comunidade imaginada assume em Guimarães Rosa a possibilidade ideológica de convívio político entre ordens de sentido divergentes. Lançando mão de uma palavra que funciona como sùmula da obra do escritor mineiro, *travessia*, temos que o nacional em Rosa é aquilo que faz funcionar qualquer dinâmica espaço-temporal, sendo, portanto, o entre lugar, o (inter)dito entre local e global, sertão/interior e litoral/cidade. Aquilo que preserva toda Diferença e abre espaço para reinvenção dos sentidos e pertencimentos por consistir numa ausência eventual, numa passagem que, pela própria condição não interdita, mas abre espaço para o que pode vir a ser.

Retomando a estória rosiana narrada em *A terceira margem do rio* podemos constatar que o personagem paterno, sem nome, bem como, ocupando um espaço fronteiroço estabelece com sua atitude aparentemente desatinada a visibilidade e resistência que aquela posição mediana requeria representar a Pátria, de modo que “essa figura pode com facilidade ser interpretada como uma metáfora não apenas filosófica, mas também ou, sobretudo histórica e política do Brasil” (FINAZZI-AGRÒ, 2001: 109).

Ao longo dessa pesquisa se evidenciou a contradição, sobretudo a sobreposição de verdades antinômicas entre as interpretações da nação ventiladas por intelectuais das mais diversas procedências – sertão e cidade, atraso e modernidade, violência-barbárie e lei-civilização. A terceira margem rosiana sugere um espaço de diálogo que fomente o paradoxal equilíbrio, onde, ao contrário da lógica tradicional de Estado-nação como um todo homogêneo, se considere a nação naquilo que possui de heterogêneo e diferente. Construir uma história, pensar os meandros de uma cultura partindo da percepção da falta constituinte, do vazio histórico faz todo sentido quando se abandona o discurso da unidade e homogeneidade em proveito de uma configuração narrativa pautada na heterogeneidade e na diferença, imaginando os elementos constituintes da história e cultura nacionais sem a pretensão de lhe descortinar qualquer coerência, continuidade lógica ou Início aparente “— que não existe ou que, pelo menos, nunca está aí onde a procuramos —, mas considerando os

eventos na sua dispersão, na sua singularidade e na sua irredutibilidade ao Uno da metafísica historicista” (FINAZZI-AGRÒ, 1999: 10-11).

Arriscamos tocar na dúvida e meditar a falta para pensar nos limites, tendo em vista que o problema da divisão e das margens constituiu um verdadeiro projeto estético-político para Guimarães Rosa, fazendo-o não só projetar em suas representações temas e discussões do pensamento social, como também se colocando ele próprio na condição daqueles “intérpretes do Brasil” enfáticos quanto ao valor simbólico e histórico da noção de Fronteira, do vazio significante na construção da identidade nacional. Em Guimarães Rosa, pensar o sertão enquanto espaço simbólico de fronteira – *terceira margem* – significa configurar o ajuste entre região e mundo, cidade/ exterior e sertão/ interior como metáfora do espaço-tempo nacional.

Atualmente, considerando a intensidade das trocas culturais e a mobilidade das fronteiras, os textos de fôlego conservam a força de ser um referencial social. De divulgadores e formadores de um sistema de representação cultural, que no caso de Guimarães Rosa, é costurado como um sistema de representação cultural híbrida. Podem se configurar em dois níveis: como um sistema aprisionante, pela representação rígida que estabelecem, esterilizando o potencial cultural, como podem oferecer vazão a todo potencial criativo de um povo.

Guimarães Rosa reinventa um país contrastante; ilumina com a linguagem o povo sertanejo, mais do que isso, faz com que as pessoas do povo dominassem a própria voz, obra de seus narradores marginais. Viabilizando a troca, o trânsito, Rosa mergulha nas falas e valores do povo, fazendo saltar aos olhos o que talvez se quisesse relegar ao esquecimento. Essa postura de equilibrar contrários em meio a um país que se costura lentamente fez Rosa despontar aos olhos críticos de Ángel Rama que o considerou, pois, um mediador entre duas esferas culturais desconectadas: o interior-regional e o exterior-universal.

O pressuposto ficcional dessa tensão entre ordem e desordem, urbano/civilizado e rural/bárbaro iniciado já nos tempos da República Velha, ganha contornos mais nítidos na mente de Rosa, se pensarmos no contexto brasileiro da década de 50, em que os temas da modernização do país e do desenvolvimento que se quer levar ao interior tornam-se constantes no cotidiano político nacional. Dessa maneira, o contexto nacional antepunha estas questões ao escritor que as converte em narrativa épica, alegorizando os receios e esperanças face à incorporação do sertão e do conjunto do Brasil à modernidade.



BIBLIOGRAFIA

FONTES

1. CUNHA, Euclides da. **Os Sebes**. São Paulo: Instituto Nacional do Livro, 1975.
2. FAORO, Raymundo. **Os donos do poder – Formação do patronato político brasileiro**. Vol. 2, São Paulo: Editora Globo, 2004.
3. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
4. LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 4 ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.
5. PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**. 9ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
6. QUEIROZ, Maria Izaura Pereira. **O Campesinato Brasileiro**. São Paulo: Vozes, 1973.
7. RAMOS, Hugo de Carvalho. *Carta dum romântico* [1917]. In: _____. **Obras completas**. São Paulo: Panorama, 1950. V. 2: Plangências. p. 38-44.
8. ROSA, João Guimarães. **Ficção completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, v.I e II, 1994.
9. _____. *Buriti*. In: **Noites do Sertão**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
10. _____. **Grande sertão: veredas**. 19 ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
11. _____. **Sagarana**. 38ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
12. _____. **Estas Estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
13. SODRÉ, Nelson Werneck. **Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1941.
14. SODRÉ, Nelson Werneck. **A Ideologia do Colonialismo**. Rio de Janeiro, ISEB, 1961.
15. VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952 (1920).
16. VIANNA, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

OBRAS DE REFERÊNCIA CRÍTICA

17. ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Trad. coordenada e revista por Alfredo Bosi. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
18. AGUIAR, Flávio; VASCONCELOS, Sandra Gardini. *O conceito de transculturação na obra de Ángel Rama*. In: ABDALA JR., Benjamim (org.). **Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas**. São Paulo: Boitempo, 2004.
19. AMADO, Janaina. *Região, Sertão, Nação*. In **Estudos históricos**. V. 8, nº 15. Rio de Janeiro, 1995.
20. ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. **Guerra e Paz. Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. São Paulo, Editora 34, 2005.
21. ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru/SP: EDUSC, 2000.

22. AUGUSTIN, Günther. *Literatura Intercultural*. In: **XI Congresso Nacional da ABRALIC (Tessituras, Interações, Convergências)**. USP – São Paulo, Brasil; 13 a 17 de julho de 2008.
23. BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
24. BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Trad. José Moura Ramos... (et. al.). São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).
25. BAKHTIN, M. **Questões de literatura e estética**. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 1988.
26. BENEDETTI, Nildo Maximo. **Sagarana - O Brasil de Rosa**. Tese de Doutorado. FFLCH – USP, 2008.
27. BENJAMIN, Walter. *Sobre o Conceito de História*. In: **Magia e Técnica, Arte e Política – Obras Escolhidas**, São Paulo: Brasiliense, 1994, Vol. I.
28. BOLLE, Willi. *O pacto no Grande Sertão - Esoterismo ou lei fundadora?* **Revista USP**. SP, USP, n.36, dez.fev.1997-98, p.26-45.
29. BOLLE, Willi. *O Sertão como forma de pensamento*. **SCRIPTA. Revista de Literatura do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da Puc Minas**, v.2, n.3, Belo Horizonte, p.259-271, 2º semestre de 1998.
30. CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
31. CANDIDO, Antônio. *O homem dos avessos*. IN **Tese e Antítese**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.
32. _____. *Jaguços Mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa*. In **Vários Escritos**. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2004.
33. CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
34. CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
35. COSTA, Ângela Marques da. SCHWARZ, Lilia Moritz. *“Introdução: Finais de século são bons para pensar. Esse é o momento de apostar”; “Pelo mundo: estamos no fim de siècle e na belle époque”*. In **Virando séculos: 1890-1914. No tempo das incertezas**. São Paulo, Cia das Letras, 2000.
36. COSTA SILVA, René Marc da. *O não-branco, o sertão e o pensamento social brasileiro*. **Prismas. Direito, políticas públicas e mundialização**. Núm. 3-2, Dezembro 2006.
37. DEAN, Warren. **A ferro e fogo: A história da devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
38. FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. **Entre a arte e a interpretação: Figurações do Brasil na literatura de João Guimarães Rosa**. Tese de Doutorado. UFMG, 2010.
39. FANTINI, Marli. **Guimarães Rosa: fronteiras, margens, passagens**. São Paulo: Senac/Ateliê, 2003.
40. FANTINI, Marli. *Mudança de mapa, mudança de território na comunidade imaginada de João Rosa*. **Revista de Estudos de Literatura**. Belo Horizonte, v. 4, págs. 159-168, out. 1996.
41. FINAZZI-AGRÒ, Ettore. **Um lugar do tamanho do mundo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
42. FINAZZI-AGRÒ, Ettore. *Geografias da Memória: A Literatura Brasileira entre História e Genealogia*. In: **Anos 90: Revista do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, nº 12, p. 07-16, dez/1999.

43. GALVÃO, Walnice Nogueira. **As falsas verdades: sobre a ambigüidade no Grande Sertão: Veredas**. Editora Perspectiva, São Paulo, 1986.
44. GALVÃO, Walnice Nogueira. **O império do Belo Monte: vida e morte de Canudos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
45. GAY, Peter. **O estilo na História. Gibbon, Ranke, Macauley, Burckhardt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
46. GINZBURG, Carlo. **Olhos de Madeira. Nove Reflexões sobre a Distância**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
47. _____. **Relações de força: história, retórica, prova**. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
48. _____. **Apêndice – Provas e possibilidades**. In: **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Cia das Letras, 2007. (pp. 311-335).
49. GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.
50. GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *O sertão e a identidade nacional em Capistrano de Abreu*. In BURITY, Joanildo A. (Org). **Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
51. HALL, Stuart. *As culturas nacionais como comunidades imaginadas*. In **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomás Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. 6ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, págs. 47-57.
52. HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
53. LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
54. LIMA, Marinalva Vilar de. *Identidade e Alteridade nas narrativas de viagem de Auguste de Saint-Hilaire*. **Tercer Congreso Internacional Alexander von Humboldt 2005: “Literatura de viajes desde y hacia Latinoamérica del siglo XV al XXI”**. del 18 al 22 de julio de 2005.
55. LIMA, Marinalva Vilar de. *Topos caboclo: medievalidade ibérica e brasilidade na obra de Suassuna*. **XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS) “Fronteiras Abertas da América Latina”**. Recife-PE, no período de 06 a 11 de setembro de 2011.
56. LIMA, Nísia T. **Um sertão chamado Brasil. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ/UCAM, 1999.
57. LISBOA, Armando de Melo. **A Modernidade Tupiniquim**. Tese de mestrado: UFSC, 1988.
58. LORENZ, Günter. *Diálogo com Guimarães Rosa*. In **Guimarães Rosa / coletânea organizada por Eduardo F. Coutinho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. **(Coleção Fortuna Crítica; v. 6)**.
59. MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.
60. MARTINS, Nilce Sant'Anna. **O Léxico de Guimarães Rosa**. São Paulo: Edusp, 2001.
61. MELO, Adriana Ferreira de. **Lugar-Sertão: Grafias e rasuras**. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, 2006.
62. MENEZES DE SOUZA, Lynn Mario T. *Hibridismo e tradução cultural em Bhabha*. In: ABDALA, Benjamin (Org.). **Margens da cultura. Mestiçagem, hibridismo e outras misturas**. São Paulo: Boitempo, 2004.
63. MONTE ALTO, Romulo. **Onde está a nação?** Aletria (UFMG), Belo Horizonte, v. 6, n. 9, p. 01-240, 2002. In: Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/poslit>.
64. MURARI, Luciana. **Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade n'Os sertões**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em História, da

- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, UFMG. Belo Horizonte: 1995.
65. MURARI, Luciana. **Tdomisé paisagem: representações a natureza na cultura brasileira**. Tese de doutorado, FFLCH-USP, 2002.
 66. NUNES, B. *A viagem*. In **O dorso do tigre**. São Paulo: Perspectiva, 1969.
 67. OLIVEIRA, Ricardo de. *Ficção, Ciência, História e a Invenção da Brasilidade Sertaneja*. **IPOTESI. Revista de Estudos Literários**. Juiz de Fora: EDUFJF, vol. 4, jan-jun, 2000, pp. 37-53.
 68. OLIVEIRA, L. C. V. **A pesquisa em literatura e os processos de construção da memória**. Boletim do Centro de Estudos Portugueses. Belo Horizonte, FALE/UFMG, n. 23, jul./dez. 1998.
 69. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro*. **Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, 1998, págs. 195-215.
 70. ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. 5.^a ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.
 71. PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
 72. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & literatura: uma velha-nova história**, Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En línea], Debates, 2006, Puesto en línea el 28 janvier 2006. URL: <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>.
 73. RAMA, Ángel. **Transculturación narrativa en América Latina**. Montevideo: Arca Editorial, 1989.
 74. RIBAS, Maria Cristina Cardoso. *Trocas na margem: quando navegar é (im)preciso*. In: **LEITURA EM REVISTA** Cátedra UNESCO de Leitura PUC-Rio, n.2, abr., 2011. Disponível em: [http://www.leituraemrevista.com.br/2/PDF/06 Trocas na margem.pdf](http://www.leituraemrevista.com.br/2/PDF/06_Trocas_na_margem.pdf).
 75. RIBEIRO JR., W.A. *Heródoto*. **Portal Graecia Antiqua**, São Carlos. Disponível em www.greciantiga.org/arquivo.asp?num=0345. Consulta: 26/02/2012.
 76. RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa* (tomo I). São Paulo: Papyrus, 1994.
 77. RONCARI, Luiz. **O Brasil de Rosa: mito e história no universo rosiano: o amor e o poder**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
 78. RÓNAI, Paulo. *Trajetória de uma obra*. In **Seleta de João Guimarães Rosa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
 79. ROSENFELD, Kathrin Holtermayr. **Desenveredando Rosa: a obra de J. G. Rosa e outros ensaios rosianos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
 80. SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
 81. SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural**. 2.^a ed. Rio de Janeiro, Rocco, 2000.
 82. SCHWARRCZ, Lilia Moritz. *Apresentação: Imaginar é difícil (porém necessário)*. In ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre origem e a difusão do nacionalismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
 83. SENA, Custódia. *A categoria sertão*. In **Sociedade e Cultura. Goiânia**. Vol. 1, n. 1, 1998.
 84. SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão, Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República**. 4.^a ed., São Paulo: Brasiliense, 1995.
 85. STAROBINSKI, J. **As máscaras da civilização: ensaios**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
 86. SILVA, Cristiano Cezar Gomes da. *Entre a História e a Literatura: as múltiplas letras, os múltiplos tempos, os múltiplos olhares em Graciliano Ramos*. In **Fênix – Revista**

- de História e Estudos Culturais.** Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2007 Vol. 4
Ano IV nº 4, ISSN: 1807-6971.
87. VAINFAS, Ronaldo (Org). **Dicionário do Brasil Colonial – 1500-1808.** Verbete: Sertão. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
 88. VASCONCELOS, Sandra Guardini T. *Vozes do centro e da periferia.* In **A poética migrante de Guimarães Rosa**/Marli de Oliveira Fantini Scarpelli (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
 89. VASCONCELOS, Sandra. *Os mundos de Rosa.* **Revista USP. Dossiê 30 anos sem Guimarães Rosa.** SP, USP, n.36, dez.fev.1997/1998, p.79-88.
 90. VICENTINI, Albertina. *O sertão e a literatura.* **Sociedade e Cultura,** Goiânia,, v. 1, n. 1, p. 41-54, jan./ jun 1998.
 91. VIDAL E SOUZA, Candice. **A Pátria Geográfica. Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro.** Goiânia: Editora UFG, 1997.
 92. WILLIAMS. Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura.** Tradução Paulo Henrique Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.